

**ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA**

REALIZADA EM 30 DE ABRIL DO ANO 2015

NO

AUDITÓRIO «PAULO QUINTELA»

DE

BRAGANÇA

SIGLAS

AM	Assembleia Municipal
AMB	Assembleia Municipal de Bragança
CAE	Sistema Informação da Classificação
CDU	Coligação Democrática Unitária
CDS/PP	Centro Democrático Social/Partido Popular
CM	Câmara Municipal
DRAP	Direção Regional de Agricultura e Pescas
DGAV	Direção-Geral de Alimentação e Veterinária
FEF	Fundo de Equilíbrio Financeiro
IMI	Imposto Municipal de Imóveis
IRS	Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
MSP	Movimento Sempre Presente
PAOD	Período de Antes da Ordem do Dia
POCAL	Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural
POD	Período da Ordem do Dia
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
ULSN	Unidade Local de Saúde do Nordeste

Segunda Sessão Ordinária/2015 da Assembleia Municipal de Bragança, realizada no dia 30 de abril, no Auditório «Paulo Quintela », em Bragança.

SUMÁRIO	Pág.
Quórum – Segunda Sessão Ordinária – 30 de abril de 2015	8
Expediente	9
Membros que pediram justificação da falta	10
Membros suplentes convocados	10
Instalação – Membros suplentes	11
Proposta/ Deliberação – IMI Familiar	50
Moção – Vespa da galha do castanheiro	43, 102
Voto de Pesar	59
Presenças e Faltas	183

ORDEM DE TRABALHOS	Pág.
1- ATA: Leitura, discussão e votação da ata da primeira sessão ordinária do ano de 2015, realizada no dia 25 de fevereiro.	12
2- PÚBLICO – Período de Intervenção.	15
3- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.	43
4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:	60
4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.	60
4.2 -DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:	106
4.2.1 – Documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2014 e proposta de aplicação de resultados.	106
4.2.2 – Proposta da quinta modificação – primeira revisão ao orçamento municipal da receita, primeira revisão ao orçamento municipal da despesa, primeira revisão ao plano plurianual de investimentos e primeira revisão ao plano de atividades municipal para o ano 2015.	133
4.2.3 – APOIO ÀS FREGUESIAS: União das Freguesias Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova; Junta de Freguesia de Quintanilha; Junta de Freguesia de Mós; Junta de	139

Freguesia de Alfaião (aquisição e reabilitação de habitação, para cedência a um idoso carenciado); Junta de Freguesia do Zoio; Junta de Freguesia de Alfaião (pavimentação da área envolvente do Centro de Convívio de Alfaião); Junta de Freguesia de Rebordãos; Junta de Freguesia de Donai; Junta de Freguesia de Quintela de Lapaças.	
4.2.4 - Transferência de verbas para as juntas de freguesia.	143
4.2.5 - Proposta de carta de princípios do orçamento participativo do Município de Bragança.	146
4.3 - DISCUSSÃO E TOMADA DE CONHECIMENTO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:	158
4.3.1 - Auditoria externa às contas do município de Bragança - Relatório do auditor externo sobre a informação económica e financeira do reportado a 31 de dezembro de 2014.	158
4.3.2 - Certificação legal e parecer sobre as contas do ano de 2014;	160
4.3.3 - Propostas de isenção do pagamento de taxas pela utilização de instalações municipais:	161
4.3.3.1 - Auditório Paulo Quintela (UAG): Instituto Politécnico de Bragança, Instituto Português do Desporto e Juventude, Coral brigantino N.ª Sr.ª das Graças, Seminário Maior de S. José«, Arando - Associação Transmontana Cultural e Desportiva, Partido Social Democrata (dois pedidos), Comissão Diocesana de Justiça e Paz; <u>Para Ratificação do ato:</u> Agrupamento de Escolas Emídio Garcia (Jardim de Infância de Santiago), Federação Distrital do Partido Socialista (RC de 23 fevereiro) e Federação Distrital do Partido Socialista (RC de 13 de abril).	161
4.3.3.2 – Piscinas Municipais (DAF e UDJ) (RC de 23 de fevereiro e RC de 23 de março).	172
4.3.4 – Entrada gratuita no Museu Ibérico da Máscara: Agrupamento de Escolas de Vila Pouca de Aguiar Sul e Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança.	178
4.3.5 – Pedido de utilização da sala de espectáculos do Teatro Municipal de Bragança – DECAS - <u>Ratificação do ato</u> – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte.	181

INTERVENÇÕES

Nome	Página (s)
Prof. Albino Bento (Público)	15,30,32,35,37,42,43

Amândio Gomes	122,156
Anabela Anjos	153
António Malhão	42,50,52,57,130
António Morais	14,48,59,100,153
Bruno Veloso	13,49,53,126,155
Fátima Renovato	99,175
Henrique Ferreira	12,47,54,94,124,153,156,157
Fernando Paula	175
Francisco Pinheiro	12,48,50,127
Isabel Lopes	55
Luís Pires	129
Maria Alves	94,
Maria Renovato	99,175
Presidente da Câmara	48,53,78,93,100,118,122,131,150,152,156
Telmo Afonso	43,46,48

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Nome	Página (s)
Adriano Rodrigues	29
António Malhão	46,91
António Morais	31,40,46,92,
Bruno Veloso	36,122,151
Fátima Renovato	92
Francisco Marcos	47
Francisco Pinheiro	91,151
Henrique Ferreira	151
José Baltasar	30
Luís Fernandes	32,35

DECLARAÇÕES DE VOTO

Nome	Página (s)
Amândio Gomes	133
António Malhão	54
António Morais	105,157

Bruno Veloso	54,132
Fernando Paula	15
Francisco Pinheiro	14,53,132
Henrique Ferreira	133,139
Rui Correia	106
Telmo Afonso	106

PONTO DE ORDEM À MESA

Nome	Página (s)
Bruno Veloso	41

----- Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e quinze, realizou-se no Auditório “Paulo Quintela” de Bragança, a Segunda Sessão Ordinária do ano de dois mil e quinze, da Assembleia Municipal de Bragança, tendo o seu início cerca das nove horas e trinta minutos, e fim cerca das dezanove horas, na qual participaram setenta e seis membros, dos setenta e nove que a constituem, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1- **ATA:** Leitura, discussão e votação da ata da primeira sessão ordinária do ano de 2015, realizada no dia 25 de fevereiro.....
- 2- **PÚBLICO** – Período de Intervenção.
- 3 – **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**
- 4 – **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**
- 4.1 – **Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.**
- 4.2 - **DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:**
- 4.2.1 – Documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2014 e proposta de aplicação de resultados.....
- 4.2.2 – Proposta da quinta modificação – primeira revisão ao orçamento municipal da receita, primeira revisão ao orçamento municipal da despesa, primeira revisão ao plano plurianual de investimentos e primeira revisão ao plano de atividades municipal para o ano 2015.....
- 4.2.3 – **APOIO ÀS FREGUESIAS:**
- União das Freguesias Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova; Junta de Freguesia de Quintanilha; Junta de Freguesia de Mós; Junta de Freguesia de Alfaião (aquisição e reabilitação de habitação, para cedência a um idoso carenciado); Junta de Freguesia do Zoio; Junta de Freguesia de Alfaião (pavimentação da área envolvente do Centro de Convívio de Alfaião); Junta de Freguesia de Rebordãos; Junta de Freguesia de Donai; Junta de Freguesia de Quintela de Lapaças.....
- 4.2.4 - Transferência de verbas para as juntas de freguesia.....
- 4.2.5 - Proposta de carta de princípios do orçamento participativo do Município de Bragança.

4.3 - DISCUSSÃO E TOMADA DE CONHECIMENTO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:.....

4.3.1 - Auditoria externa às contas do município de Bragança - Relatório do auditor externo sobre a informação económica e financeira do reportado a 31 de dezembro de 2014.

4.3.2 - Certificação legal e parecer sobre as contas do ano de 2014;.....

4.3.3 - Propostas de isenção do pagamento de taxas pela utilização de instalações municipais:.....

4.3.3.1 - Auditório Paulo Quintela (UAG): Instituto Politécnico de Bragança, Instituto Português do Desporto e Juventude, Coral brigantino N.ª Sr.ª das Graças, Seminário Maior de S. José«, Arando - Associação Transmontana Cultural e Desportiva, Partido Social Democrata (dois pedidos), Comissão Diocesana de Justiça e Paz; Para Ratificação do ato: Agrupamento de Escolas Emídio Garcia (Jardim de Infância de Santiago), Federação Distrital do Partido Socialista (RC de 23 fevereiro) e Federação Distrital do Partido Socialista (RC de 13 de abril); União de Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo, Grupo Desportivo de Bragança.....

4.3.3.2 – Piscinas Municipais (DAF e UDJ) (RC de 23 de fevereiro e RC de 23 de março).

4.3.4 – Entrada gratuita no Museu Ibérico da Máscara: Agrupamento de Escolas de Vila Pouca de Aguiar Sul e Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança.

4.3.5 – Pedido de utilização da sala de espectáculos do Teatro Municipal de Bragança – DECAS - Ratificação do ato – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte.

----- **Verificado o quórum, sessenta membros presentes, no momento, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia**, Luís Manuel Madureira Afonso, deu por aberta a sessão, tendo cumprimentado todos os presentes.

----- Informou que a Primeira Secretária da Mesa, Susana Andrea Ferreira Taveira, se encontrava impedida de participar na sessão, por motivo de férias, pelo que, e no respeito e cumprimento do n.º 4 do Artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal, chamou, pela experiência que já tem do anterior mandato, a Sr.ª Membro Madalena Morgado, para completar a constituição da Mesa.....

----- Também informou que, no decurso da aprovação do novo Regimento, efetuada na última AM, que aprovou que as atas sejam elaboradas de uma forma mais condensada, mais reduzida, mais sintética, hoje, e a partir de hoje, a Mesa da Assembleia Municipal é secretariada, durante todo o ato da reunião e das reuniões futuras, pela funcionária Luísa Jesus, para tomar nota do sentido das intervenções, dado que aqueles srs. deputados que não fazem a intervenção de forma escrita, e não as entregaram à Mesa da Assembleia, não seriam passadas para a ata, então a funcionária Luísa Jesus vai ter o cuidado, neste trabalho de secretariado, de obter o conteúdo fundamental das intervenções que será vertido em ata.....

-----O Sr. Presidente da AM deu conta do expediente relativo aos assuntos relevantes (alínea m) do n.º 1 do artigo 29º da Lei nº. 75/2013 de 12 de setembro), informando que já tinha sido enviada a todos os Membros da AM, a respetiva listagem, a qual abaixo se transcreve:.....

EXPEDIENTE: Alínea m) do n.º 1 do artigo 29º da Lei nº. 75/2013 de 12 de setembro.

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE ENTRADA NOS SERVIÇOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A PARTIR DE 19 FEVEREIRO DE 2015

Data	Remetente	Assunto
19/02	Grupo Parlamentar “Os Verdes”	Acusa receção da Moção “Pessoal da Segurança Social – Requalificação”.
26/02	Grupo Parlamentar “Os Verdes”	Envia resposta do Governo à pergunta sobre “Contratos de Emprego – Inserção nas Escolas Públicas”.
02/03	Grupo Parlamentar do CDS/PP	Acusa receção da Moção “Pessoal da Segurança Social – Requalificação”.
11/03	Assembleia Municipal de Viseu	Envia moção sobre “ O combate à Corrupção”.
13/03	CMB	Envia Certidão sobre o assunto “Comemorações do 25 de Abril”.
13/03	CMB	Envia certidão sobre o assunto “ Inspeção Sanitária no Matadouro Municipal de Bragança ”.
09/04	Tribunal de Contas	Envia o Despacho Judicial n.º 3/2015, de 9 de março, lembrando

		o prazo de envio da Prestação de contas 2014.
14/04	CDU	Solicita informações sobre “Parqueamento de Táxis na Cidade de Bragança”.

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE EMITIDA A PARTIR DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

Data	Destinatário	Assunto
03/03	CMB	Envio da certidão geral (Minuta da Ata) da sessão de 25 de fevereiro.
04/03	CMB	Envio da Proposta de Recomendação sobre o IMI Familiar.
09/03	CMB	Envio de senhas de presença e boletins itinerários relativos à sessão de 25 de fevereiro.
18/03	Juntas e Uniões de Freguesia do Concelho	Envia edital n.º 02/2015- Publicitação do Regimento da AM.
09/04	CMB	Envio de fotocópia do Despacho n.º3/2015, de 9 de março, do Tribunal de Contas.

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, também, conhecimento do seguinte:.....

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MANDATOS-MEMBROS:

PEDIDOS DE JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:.....

PS: António Vieira (continua na situação de suspensão de mandato) e Jorge Manuel Nogueiro Gomes.....

PSD: Susana Andrea Ferreira Taveira; Jorge Manuel Pinto Silva Ferreira; Maria Cristina Ramos Raposo Leite e Júlio da Costa Carvalho.

Movimento Sempre Presente: Maria Isabel Barreiro Ribeiro e Artur Jorge Fernandes Estevinho.....

Presidentes de Junta de Freguesia: Fernando Francisco G. Rodrigues (Rebordãos) – Fez-se substituir por Adriano Augusto Correia Rodrigues, Rui Manuel C. Gonçalves (Gostei) – Fez-se substituir por Rui Jorge Gonçalves Martins.

MEMBROS SUPLENTE CONVOCADOS:.....

PS: Sandra Marisa Rodrigues Valdemar e Pedro José Pires Rego.

PSD: Manuel Mesquita Rodrigues; Alcino António Afonso Pilão e Maria Fátima Basílio Pereira Prada e Armando José Pereira.

Movimento Sempre Presente: Manuel Agostinho Pires Diz e Altina da Conceição Fernandes.

VERIFICAÇÃO DE PODERES E INSTALAÇÃO dos membros suplentes e do representante do Presidente de Junta de Freguesia de Gostei.....

----- O Sr. Presidente da Mesa procedeu à verificação da legitimidade e identidade do Senhores Membros: Alcino António Afonso Pilão (PSD), Armando José Pereira (PSD) e Rui Jorge Gonçalves Martins (Representante do Presidente de Junta de Freguesia de Gostei).

----- **Verificados os poderes, foram instalados, como membros suplentes desta Assembleia Municipal, por simples assinatura de presença:**

- **Alcino António Afonso Pilão** - eleito pela lista do Partido Social Democrata, de 48 anos de idade, filho de Fernando António Pilão e de Laura Celeste Afonso, Delegado de Acção Médica, natural e residente na Freguesia da Sé, concelho de Bragança, portador do Cartão de Cidadão n.º 7824948, e eleitor n.º A-6804 da Comissão recenseadora da Freguesia da Sé, Concelho de Bragança.....

- **Armando José Pereira** - eleito pela lista do Partido Social Democrata, de 56 anos de idade, filho de António de Jesus Pereira e de Etelvina dos Santos, Engenheiro Florestal, natural de Macedo de Cavaleiros, e residente na Freguesia da Sé, Concelho de Bragança, portador do Cartão de Cidadão n.º 3868598, e eleitor n.º A-4501 da Comissão recenseadora da Freguesia da Sé, Concelho de Bragança.

- **Rui Jorge Gonçalves Martins** (Representante do Presidente de Junta de Freguesia de Gostei) - eleito pela lista do Movimento de Cidadãos Eleitores, de 46 anos de idade, filho de Aniceto Augusto Martins e de Clara Branca Gonçalves Martins, Funcionário Público, natural de Angola e residente na Freguesia de Gostei, Concelho de Bragança, portador do Cartão de Cidadão n.º 13240847.....

PONTO 1- ATA: Leitura, discussão e votação da ata da primeira sessão ordinária do ano de 2015, realizada em 25 de fevereiro.....

----- Para intervenção, inscreveram-se: Francisco Pinheiro, Henrique Ferreira, Bruno Veloso e António Morais

----- **Francisco Pinheiro** – Referiu-se à ata, informou que, na última sessão, tinha apresentado uma Proposta/Deliberação sobre o IMI familiar, dizendo que houve alguma falta de entendimento entre aquilo que ele disse e o que a Mesa anotou, sendo-lhe, então, sugerido em alternativa, a apresentação, não de uma Proposta/Deliberação, que deveria ter sido votada na última Assembleia, e que não foi votada, para uma Proposta/Recomendação, e esta Proposta de alteração do IMI viria aqui à AM proposta pela Câmara. Não achou aquele facto correto e pediu para ser retirada, da ata, a nova versão, ou seja, a Proposta/Recomendação, manter a Proposta de Deliberação, e que a iria apresentar, novamente, para ser votada nesta Sessão da Assembleia.

----- **O Sr. Presidente da Mesa**, em resposta ao Sr. Deputado, disse que a ata refletia os trabalhos ocorridos, não sendo nada retirado à ata, daquilo que ocorreu. De qualquer forma, se o Sr. Deputado tinha uma outra intenção, naquela altura, e não conseguiu concretizá-la através de uma votação, podia apresentar nesta mesma sessão, a proposta, e a Assembleia deliberaria sobre a mesma.....

----- **Henrique Ferreira** – Acha bem que as atas sejam mais resumidas, que este processo já se encetou no mandato 1993/1997, que, na altura, quem fazia as atas eram os secretários da Mesa, com a ajuda do Presidente, que, por sua vez, pedia ajuda aos filhos dele. Acrescentou ainda que as atas que se fizeram nenhuma delas tinha mais de trinta páginas, daí resultando um texto contínuo, sem anexos pelo meio, remetendo ao longo do texto, para os suportes da informação, das propostas, etc., sendo, depois, devidamente numerados e anexados na parte final. Isto era irrelevante, vincou tratando-se de opções de estilo, mas, se a Mesa resolvesse continuar a fazer as atas como fez esta, tudo bem, era uma questão de estilo, o importante seria mesmo que no início da ata, contivesse, como na ata da sessão de 25 de fevereiro 2015, o índice, a referir em que página é que estão as propostas e o decurso da Assembleia.

----- Referiu também que as atas não deveriam ser feitas em função dos apontamentos recolhidos, mas sim em função das audições, porque os apontamentos são sempre problemáticos.....

----- Terminando, acrescentou que quem elaborou as atas durante quatro anos, e poupou quatrocentos mil euros ao Município, com isso, cabe-lhe, agora a si próprio, a autoridade moral, para afirmar que se trata de um trabalho penoso, por isso, não desejava pior sorte aos membros do secretariado e aos secretários da Mesa.....

----- Concluindo mesmo, o Membro Henrique Ferreira, reafirmou tratar-se de um trabalho deveras penoso, merecendo um louvor quem vem realizando este trabalho, desde que ele deixou o cargo de Presidente da Assembleia.

----- Esse louvor, acrescentou, caberá, merecidamente, pelo trabalho que foi feito, de atas, nestes últimos dezoito anos, aos funcionários dos Serviços de Apoio à AM: Luísa Jesus, Pedro Bornes, Álvaro Silva e Luís Silva, propondo ao Sr. Presidente da Mesa e à Mesa, que fizesse o favor de redigir um louvor, com a conveniência que achassem merecer, e que viesse ao Plenário para ser lido, para conhecimento, não sendo necessário ser posto a votação, mas se o fosse, tanto melhor, mais força teria, porque este louvor é muito mais que inteiramente merecido, reafirmou.

----- **O Sr. Presidente da Mesa** informou que a Mesa acolhia com satisfação esta proposta do Sr. Membro do Movimento Sempre Presente, Henrique Ferreira, tendo o Sr. Presidente da Câmara pedido ao Sr. Presidente da Assembleia para que aquele louvor fosse também atribuído ao funcionário Pedro Bornes, que também executou, durante vários anos, aquele trabalho.....

----- Na ocasião, foi também proposto ao Sr. Presidente da Assembleia para que aquele louvor pudesse, do mesmo modo, ser extensível ao funcionário Álvaro Silva, dado que também trabalhou naquele Serviço.....

----- **O Sr. Presidente da Mesa** reafirmou a satisfação com que a Mesa acolhia aquela proposta de atribuição de um voto de louvor aos já referidos quatro funcionários.

----- **Seguidamente, inscreveram-se, para intervir sobre a ata, Bruno Veloso e António Morais.....**

----- **Bruno Veloso** – Manifestou a sua satisfação por ver que a proposta que ele apresentou na reunião da Comissão Permanente, no sentido de que as atas passassem a ser resumidas, tinha surtido efeito, contudo fez um reparo à ata, dizendo que estava demasiadamente resumida, acrescentando, embora, que, como era a primeira feita daquela forma, o grupo do PS iria aprová-la, sendo que, as seguintes deveriam conter um resumo de todas as intervenções proferidas pelos Membros.

----- O Membro Bruno Veloso renovou também a necessidade de dotar a Assembleia Municipal dos meios técnicos necessários para terem o “video stream”, a transmissão das sessões da Assembleia para o exterior. Perguntou ainda para quando aquele sistema estava pronto, aduzindo a urgência da sua rápida instalação, a fim de que as portas da Assembleia possam estar mais abertas ao cidadão através dos novos meios de comunicação.

----- **O Sr. Presidente da Mesa** respondeu ao Sr. Membro Bruno Veloso, dizendo que a informação tinha sido encaminhada para a Câmara e que se encontra nos Serviços de Informática, os quais já estavam a trabalhar neste processo de apresentação pública das sessões e também no processo da visualização dos tempos, e que pensava que, brevemente, estará concluído este processo, para se dar cumprimento ao Regimento.

----- **António Morais** – Concordou com o resumo das atas e referiu a importância histórica das mesmas, nelas vertendo, o mais possível, a realidade do que se passa no Plenário.

----- Alertou, no entanto, que as intervenções teriam que constar resumidamente na ata, em síntese, sim, mas assegurando sempre o sentido das mesmas.

----- Referiu, também, haver grande quantidade de fotografias que eram dispensáveis, daí resultando um desperdício enorme.

----- Finalizou a sua intervenção, reiterando os votos de simpatia por quem irá ter a tarefa, que não será nada simples.

----- **Após análise e discussão, foi a ata submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com um voto contra, sete abstenções e cinquenta e sete votos a favor, estando, momentaneamente, sessenta e cinco membros presentes.**

----- **Inscreveram-se, para declaração de voto: Francisco Pinheiro e Fernando Paula.**

----- **Francisco Pinheiro** – “O CDS/PP votou contra a aprovação desta ata, pela forma como ela está redigida. Não há registo, na ata, de qualquer intervenção do CDS/PP, o único registo que há das intervenções do CDS/PP, na última AM, é um documento que o CDS/PP apresentou, por escrito, e que, agora, pretendem aprovar com alterações

feitas na Secretaria. Portanto não posso votar a favor da ata, pela forma como ela foi redigida, sem evidenciar aquilo que foi dito e falado na AM, e, muito menos, com um documento que eu apresentei, e que, agora, surge na Ata como adulterado. Portanto, eu faço questão que fique vincado, na ata, que eu peço para retirarem o documento da forma como ele está redigido nesta ata, porque vocês não têm nenhum documento, assinado por mim, com a redação do documento que está na ata”.

----- **Fernando Paula** – “É para dizer que me abstive em virtude de não ter estado presente na reunião a que a ata diz respeito.”

PONTO 2 – PÚBLICO – PERÍODO DE INTERVENÇÃO.

----- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou que, a pedido do Sr. Presidente da Câmara, dada a sua preocupação com a ocorrência, no território do Concelho de Bragança, da presença da vespa das galhas do castanheiro, situação extremamente grave para uma atividade de relevância económica na agricultura deste Concelho, a produção de castanha, tendo, a Câmara, o cuidado de contactar a Escola Superior Agrária, na pessoa do Sr. Prof. Albino Bento, Sub-Diretor, para estar presente na sessão, aproveitando o espaço do público para se dirigir aos Srs. deputados e presidentes de junta, fornecendo as últimas informações sobre aquela praga infestante, passando-lhes a informação, para que fosse veiculada às populações, através dos Srs. presidentes de junta.

----- Relevou o interesse manifestado pelo Sr. Presidente da Câmara sobre a matéria, a sua sensibilidade para o assunto, relevando, também, o interesse e os trabalhos que a Escola Superior Agrária do IPB estava a fazer sobre a matéria.....

----- Informou que o tempo para intervenção do público era de trinta minutos, pelo que a intervenção do Sr. Professor, as questões a colocar e as respetivas respostas não poderiam ultrapassar aquele período temporal.

----- **O Senhor Professor Dr. Albino Bento proferiu a seguinte intervenção:**

----- “Muito bom dia. Começava por cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa, o Sr. Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, todos os Srs. Deputados, e agradecer o convite para estar aqui presente.

----- Como diz o Sr. Presidente da Assembleia, efetivamente esta praga, que nesta imagem se vê, um pouco, porque estávamos já no período de Verão e não se viam, de

facto, as folhas do castanheiro, será uma imagem que, dentro de algum tempo, nós teremos aqui também pelo nosso território, se nada for feito nos próximos tempos. ...



Albino Bento & José Alberto Pereira A vespa do castanheiro, *Dryocosmus kuriphilus*:
Instituto Politécnico de Bragança situação atual e medidas de controlo

----- Este inseto chamado vespa, que não tem nada parecido com vespa, aquele inseto que veem ali na imagem, um pequeno himenóptero estranho, há coisas raras destas, na natureza, é um inseto que não são conhecidos machos, e este é um aspeto muito importante que acelera a forma de introdução e colonização do território, naturalmente, porque se, por azar, como sucedeu este ano, viesse um castanheiro atacado com uma galha, se houvesse a necessidade, como na quase na totalidade dos insetos, de existirem machos e fêmeas, não resultava mal nenhum, porque não havia acasalamento. Neste caso não é necessário, vasta vir o castanheiro atacado com uma galha, como não há necessidade dos machos, o ataque está aí, porque, de facto, não é necessário existir acasalamento.

----- É bem certo que se sabe alguma coisa sobre ele noutros países, em Portugal muito menos, houve uma introdução recente, mas aponta-se para uma postura relativamente elevada, 80 a 150 ovinhos por inseto e uma geração por ano. É importantíssimo, Srs. Presidentes de Junta, e quem trabalha, ou quem tem

castanheiros, perceber a séria biologia, muitas vezes ainda se anda um pouquinho a dizer coisas menos verdades e que é importante, neste aspeto da biologia, ter um conhecimento muito importante disto.

----- O inseto tem uma geração por ano, que depois nós vamos ver adiante, veem ali umas galhas dos castanheiros, em baixo um ataque brutal, aqui em Barcelona, imagens de Barcelona, a dispersão da praga para além dos 25Km por ano, pode ser mais, é evidente que o inseto pode estar em voo, vir vento favorável e, como é um inseto pequeno, arrastá-lo a distâncias maiores, mas aponta-se para 8 a 25Km por ano. Era inevitável, nós não estamos numa ilha, não estamos isolados, estando ele no Minho, como está, estando ele no norte de Espanha, era inevitável a chegada dele a território de Trás-os-Montes. Não vale a pena pensar que iríamos viver aqui isolados, que estávamos numa ilha, não estamos. Agora, podia, eventualmente, se não houvesse a ajuda do homem, a introdução acidental podia demorar mais três ou quatro anos a chegar cá, e, portanto, poderíamos ter prejuízos daqui a mais algum tempo. Felizmente, por um lado, porque a castanha está com a rentabilidade muito elevada, os Srs. Produtores que querem plantar, não há plantas, e importam plantas de tudo e mais algum lado, sem cuidado de ver se têm os passaportes fitossanitários, sem cuidado de saber de onde é que vêm, se são de viveiros que são certificados ou não, e o que sucedeu foi que plantas importadas, neste caso, mas também podiam ser plantas vindas do Minho, e vieram atacadas em termos de focos, e já em Trás-os-Montes, em Carrazedo de Monte Negro e aqui em Bragança, e, portanto, ajudámos o inseto a chegar cá mais cedo.

----- É importante perceberem que, de facto, é difícil para as entidades oficiais essa questão do controlo fitossanitário das plantas. O inseto, no inverno, passa a uma forma de larva, os ovinhos são colocados dentro dos gomos, no verão, entre finais de junho e princípio de agosto, há ali um período de um mês e meio em que os adultos voam e fazem a postura, o ovinho desenvolve-se, demora três ou quatro semanas dentro do novelo e depois as larvas jovens, muito pequeninas, ficam no interior do

novelo até à primavera seguinte, passam o outono e todo o inverno, no gomo, e os gomos anatomicamente estão iguais, atacados ou não atacados, os gomos são precisamente iguais, só na primavera seguinte quando o castanheiro retoma a atividade vegetativa, no lugar de dar origem a folhas ou a lançamentos, a postura é feita em gomos folheares, e em gomos que dão origem a ramos. Quando retoma a atividade do castanheiro, no lugar de dar origem a um ramo ou uma folha, dá origem a galhas, e o que veem, aqui em baixo, são quatro ou cinco vespas no interior, portanto lá de uma galha dessas.....

-----Portanto, quando nós plantamos, quando importamos as plantas, em dezembro/janeiro/fevereiro, os gomos e as plantas têm aparência igual, é difícil as entidades certificarem isso.....

-----Onde é que se pode certificar?

----- É nos viveiros. Ou seja, não é possível, e não devia ser possível, autorizar a venda de plantas em viveiros situados em zonas onde a praga já está presente. Supostamente estas plantas que vieram de França. França autoriza a produção de plantas, obriga a ter redes de proteção dos viveiros, com malha fina, obriga a alguns tratamentos. Pelos vistos, nestas plantas que vieram são de França, não resulta, o inseto é extraordinariamente pequeno, é muito difícil garantir nós termos viveiros em zonas onde a praga está e que saiam plantas certificadas, é quase impossível, é muito difícil garantir que o inseto não entra lá dentro. De facto, aquilo que sucedeu é que essas plantas nunca deviam ter entrado em território onde ainda não existia a planta, e chegou!

----- Bom, o ciclo é este, ao longo do mês.

Dryocosmus kuriphilus Yasumatsu

Hymenoptera: Cynipidae

- Reprodução por partenogénese;
- Cerca de 80 - 150 ovos por inseto;
- Uma geração por ano;
- Monófaga.

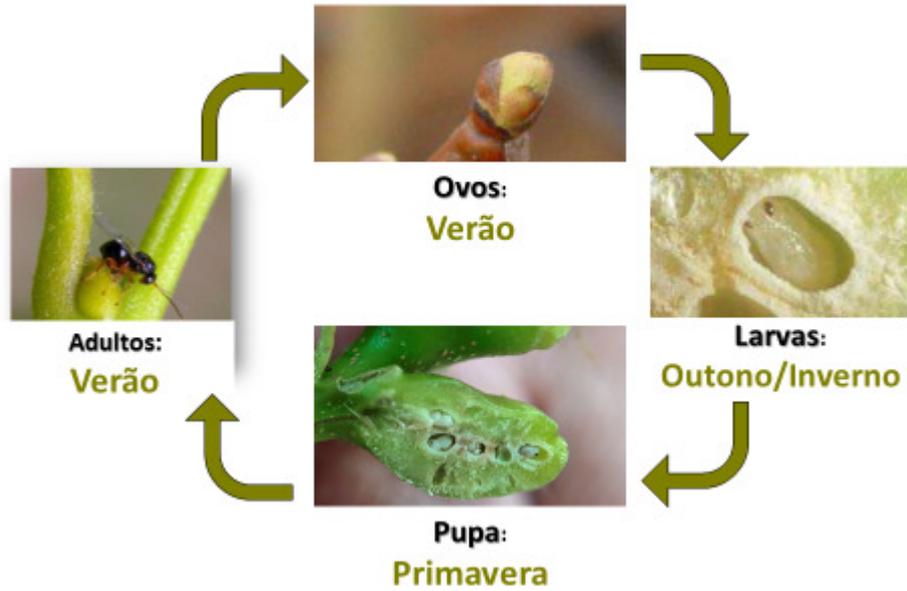
Dispersão da praga:

- Atividade dos adultos 8 a 25 km/ano);
- Plantas ou porta-enxertos infetados;
- Transporte acidental dos insetos (vento, pessoas, viaturas).



Ciclo biológico:

Cinípídeo, *D. kuriphilus*



Ciclo biológico:

Cinípídeo, *D. kuriphilus*



----- Aquilo que mais vimos no estrangeiro, na Catalunha, em Itália, em França, por aí adiante, é que o inseto, no primeiro ano, são meia dúzia de galhas, no segundo ano começa a matar exponencialmente, ao quarto ano podemos contar com prejuízos de 50% a 70%.....

----- Aquilo que eu vi, o ano passado, no Minho, era um ataque relativamente reduzido, uma árvore ou outra bastante mais atacada. Este ano estive lá na segunda feira passada, o ataque está brutal, já, o crescimento foi brutal. Este ano, certamente, o Minho tem redução de produção garantidamente de 50%, e está naquela explosão do 2º para o 4º ano, obviamente, portanto é complicado.

Importância económica:

Cinipídeo, *D. kuriphilus*

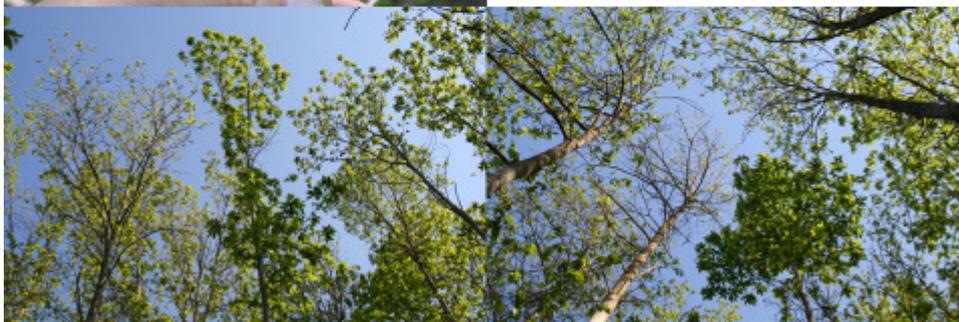
Prejuízos devidos ao cinipídeo, *D. kuriphilus*:

- **Redução do crescimentos;**
 - **Debilita a árvore, podendo chegar a morrer;**
 - **Redução da produção (50 a 70%)**
 - **Possível efeito sinérgico (cinipídeo/cancro).**
-
- **1º ano - sem impacto;**
 - **2º ano - 5 a 10%;**
 - **4º ano - 50 a 70%.**



Importância económica:

Cinípídeo, *D. kuriphilus*



----- O que é que poderia, ou deveria ser feito pelos Srs. Produtores?

----- Vão receber nas Juntas de Freguesia, brevemente, um folheto que tem lá algumas indicações, e terá de haver um trabalho, porque é muito difícil às entidades oficiais, porque não se sabe, garantidamente, quanto foi plantado este ano aqui em Trás-os-Montes. Os produtores, pura e simplesmente, plantaram, e aquilo que deveria ser alertado pelos Srs. Presidentes de Junta, era para que todos os produtores que plantaram plantas e que não tinham conhecimento se essas plantas eram daqui da região, se forem da região não precisam de se preocupar com isso, plantas que, eventualmente, vieram de outros lados, todas as estrangeiras, se souberem que são plantas importadas, e se não forem importadas mas se não forem da região, podem, eventualmente, até terem vindo do Minho, que estava proibida a circulação do material vegetal, mas sabemos como é que isto funciona, e há vigaristas, e, depois, há

outros tentadores ou que gostam de ganhar algum dinheiro, mas não estão sequer certificados, vendem plantas e podem ter chegado outras plantas, obviamente, e aí nessas situações os Srs. produtores têm, agora, cerca de um mês, garantidamente, não mais do que isso, para passar nas novas plantações e olhar para os castanheiros, mas castanheiro a castanheiro, não é difícil, os castanheiros são pequenos, têm uma dúzia de rebentos, e olhar castanheiro a castanheiro.

----- Temos cerca de um mês, por aquilo que é a nossa experiência do ano anterior, na região do Minho, não temos saída de adultos antes de início de junho, ou seja, mais até final de maio, temos o inseto no interior dos gomos, se nós encontrarmos castanheiros com aquelas galhas teremos é que as arrancar, galha a galha, mete-la num saco plástico, com um plástico relativamente grossinho, apertar o saco e o inseto morre lá dentro, e, portanto, se nós conseguíssemos limpar todos os castanheiros novos, efetivamente todos, deixava-mos de ter, novamente, a praga, garantidamente.

----- Agora, compreendo que é uma situação difícil porque há castanheiros que foram plantados por pessoas que nem estão cá, que vêm cá de vez em quando, e haverá, sempre, castanheiros que ficarão por ser observados, e esse será um problema. Portanto também convinha não fazer apenas uma passagem, fazer tipo duas passagens, ou três, até final de maio. Porquê? - Porque nem todos os gomos do castanheiro rebentam ao mesmo tempo e pode haver castanheiros que ainda estão, neste momento, com poucos gomos rebentados.

----- Mais uma nota, também para desmistifica. Não há tratamentos fitossanitários para isto, é bom terem a noção, não vale a pena andarem com isto.....

..... Porque é que não há tratamentos fitossanitários para este período? - Já vos disse, o período é relativamente longo, um mês e meio, a passar, e, portanto, mesmo que houvesse algum inseticida que pudesse ter alguma ação, precisávamos de fazer várias aplicações, nunca seria com uma, que é economicamente inviável.....

----- O inseto está dentro dos gomos, no interior das galhas, não é preciso vasculharem. O que é que isso significa? - Não há circulação de saída, não tendo

circulação de saída mesmo que sejam produtos sistémicos não chega ao inseto. Portanto não vale a pena andarem a inventar com a aplicação de inseticidas, porque é conhecido que não resultam.
-----Aquilo que se está a fazer é aquilo que é possível, fez-se alguma coisa na região do Minho, nós temos contribuído, pagamos alguma coisa daquilo que é possível fazer.

Meios de luta:

Cinipídeo, *D. kuriphilus*

Luta química:

Na proteção contra o cinipídeo, *Dryocosmus kuriphilus* Yasumatsu, o uso de pesticidas não tem sido solução em nenhum dos países afetados pela praga.



Luta mecânica:

Não tem sido solução, salvo:

- Focos muito localizados detetados atempadamente;
- Viveiros.



-----Também este ano, na Universidade do Minho, estamos a fazer trabalho nas galhas do castanheiro, outras em Bragança, para não correr o risco de introduzir a praga, afinal já cá está, mas pronto, tenho uma bolseira na Universidade do Minho que me vai ficar muito mais cara para lhe pagar também o alojamento. Nós estamos lá a fazer trabalhos de biologia do inseto, ver como ele se comporta, como não se comporta, fecundidades, várias coisas estamos a fazer, mas as ferramentas que existem para o minimizar. É bom tendo a noção daquilo que é, ajuda, não é imediato,

como o antibiótico e o inseticida, ajuda, mas vamos passar por um período complicado de 3 ou 4 anos até depois do ataque, até recuperar, novamente, os castanheiros, com essa alternativa, que é este inseto que aqui está, que é um inseto que se alimenta da vespa do castanheiro e que após a introdução, normalmente vai um bocadinho atrás, ou seja, há prejuízos fortes durante 3 ou 4 anos , e, depois, este inseto consegue controlar o outro, é custoso, por aí adiante. Portanto o ideal era nós, este ano, ainda conseguirmos limpar o território.

----- Portanto, o alerta que eu queria aqui deixar era esse, era o de os Srs. Presidentes de Junta, junto dos agricultores de cada uma das freguesias, tenham a noção se plantaram ou não plantaram, incentivar, no fundo convence-los a passar pelas novas plantações e observar se têm galhas ou não, e arranca-las. Portanto creio que seria isso que devia ser feito, de imediato, porque a partir do momento que se dispersar por castanheiros adultos, pouco há a fazer, em castanheiros novos é possível chegar ao castanheiro arrancar a meia dúzia de galhas e eliminar o problema, quanto a castanheiros adultos não há solução, a única solução, de facto, é este parasitóide.

Luta biológica: parasitóides

Cinípideo, *D. kuriphilus*

Tratamento biológico: o interesse tem-se centrado no parasitóide *Torymus sinensis* Kamijo (Chalcidoidea, Torymidae).

Os resultados obtidos com a sua utilização em luta biológica, são muito prometedores mas, por vezes, mais demorado que o desejável.



Luta biológica: parasitóides

Cinipídeo, *D. kuriphilus*

Parasitóide, *T. sinensis*

- Adultos vivem cerca de 30 dias;
- Cerca de 70 ovos por fêmea;
- Ciclo biológico sincronizado com *D. kuriphilus*.



Formação: visita à Catalunha (Espanha)

Cinipídeo, *D. kuriphilus*

- Observar ataque de *D. kuriphilus*;
- Conhecimento da bioecologia de *D. kuriphilus*;
- Conhecer os meios de luta usados e os resultados alcançados;
- Conhecer o processo de obtenção de *T. sinensis* e preparação das largadas.



-----Imagens de visitas que nós fizemos a vários sítios, a França, onde é que têm a produção de parasitóides, a Itália, a vários sítios onde é que nós andamos no ano anterior, e tentámos obter algum conhecimento sobre o inseto. Este inseto é um inseto que nós temos aqui em Bragança, mas não de galhas do castanheiro, mas dos carvalhos, e, basicamente, era este alerta que creio que era o que o Sr. Presidente da Câmara pretendia que fosse feito. Se tiverem alguma dúvida que possa esclarecer, esclarecerei.

Formação: visita ao INRA (França)

Cinípideo, *D. kuriphilus*

Conhecer o plano de ação implementado em França na luta contra o cinípideo *D. kuriphilus*.



Formação: visita a Cuneo (Itália)

Cinípídeo, *D. kuriphilus*

Conhecer o plano de ação implementado em Itália na luta contra o cinípídeo *D. kuriphilus*.



Bioecologia: trabalho em curso

Cinípídeo, *D. kuriphilus*

Estudos da bioecologia do cinípídeo, *D. kuriphilus*:

**Estudo da biologia de
D. kuriphilus;**

**Parasitismo associado
e espécies
envolvidas;**



Estudos de parasitoides autóctones (colheita de galhas dos carvalhos junto de soutos (950)):

Avaliação da diversidade e abundância de parasitoides;

Avaliação da diversidade de cinípídeos;



----- **Presidente da Mesa** – “Muito obrigado, Sr. Professor Albino Bento.

----- Eu pedia, só, que se mantivesse, um pouco, aqui, e naturalmente devolvia a palavra aos Srs. Deputados e Presidentes de Junta, porque suponho que queiram formular questões ao Sr. Professor Albino Bento. Faríamos uma série de três questões e, depois, pedíamos ao Sr. Professor que fornecesse as respostas.

----- O sr. substituto do Presidente de Junta de Freguesia de Rebordãos, Sr. Adriano, tem a palavra. ”.....

----- **Adriano Rodrigues** – “A pergunta que eu queria fazer era se a equipa que está a fazer esta investigação, se poderia fazer sessões de esclarecimento no meio rural, onde, realmente, estão os castanheiros. Nós, os presidentes de junta, eu não sou Presidente, mas sou o representante da Junta, se nós formos fazer uma sessão de

esclarecimento o pessoal não adere, e dizem - mas o que é que ele sabe mais do que nós ? - E se for lá alguém, é diferente.”

----- **Professor Albino Bento** – “Nós fazemos isso com alguma frequência, agora compreenderão que não temos capacidade, obviamente, para ir a todas as Juntas de Freguesia. Se houver um envolvimento, e vocês têm associações de agricultores, daqui, também têm esse conhecimento, como a “Arbórea” e outras associações, se fizermos isso, de forma integrada, eu penso que é possível cobrirmos, num espaço relativamente curto, todas as freguesias onde exista castanheiro. Só com a disponibilidade do Politécnico, que somos duas ou três pessoas que trabalhamos com esta área, é muito difícil, porque a nossa carga de trabalhos, lá no Politécnico, deixa-nos relativamente pouco tempo para estas questões. Mas era importante, e nós compreendemos isso, muitas vezes os Santos da casa, normalmente, fazem poucos milagres, e era importante, de facto, chegar, de fora, alguém que dissesse que deveriam ter mais cuidado do que efetivamente têm.”

----- **Presidente da Mesa** – “Obrigado, Sr. Professor.

----- Mais alguma questão?

----- Sr. Deputado Baltasar. ”

----- **José Baltasar** – “Antes de mais, agradecer a disponibilidade, quer da Escola Superior Agrária, o Professor ter vindo participar na nossa sessão da AM, mas não quero deixar de relevar, da maior importância, a sensibilidade que o nosso Presidente da Câmara mostrou em ir procurar informação onde, efetivamente, se procura, se investiga.....

----- Desta colaboração resulta, aqui, uma interação que é a essência do nosso Politécnico, na nossa região, e isso tem que ser, efetivamente, acarinhado, solicitado, porque nós queremos fazer do nosso IPB aquilo que é um ninho de informações aos vários níveis, naquilo que nos toca ao meio rural. Não haja dúvida que este é um assunto muito sensível, numa gravidade extrema, porque nós quando falamos e reconhecemos que a castanha está muito cara, nós não devemos esquecer qual a

razão deste valor económico que é atribuído à castanha, porque o que aconteceu em Itália veio ser favorável à nossa situação.

----- De qualquer modo, e deixado aqui este alerta, e também esta minha satisfação por ver que esta interação entre a Câmara e a Escola Superior Agrária está no seu melhor, o que posso dizer, chegados aqui, não só a este nível, mas sei que também, porque fiz parte do elenco de docentes da Escola superior Agrária, que há várias ações, mas não haja dúvida, estamos no terreno, estamos todos atentos, devemos continuar a fazer esta partilha para que haja sucesso no nosso trabalho.

----- Eu, depois desta explicação, queria deixar aqui uma pequena pergunta, cuja resposta, possivelmente, não será assim tão pequena, mas que gostávamos que o Sr. Diretor da Escola Superior Agrária nos deixasse aqui uma ideia acerca do valor económico que está associado à produção do parasitoide.”

----- **Presidente de Mesa** – “Uma outra questão, antes de passarmos a palavra ao Sr. Professor Albino Bento, de António Morais da CDU.”

----- **António Morais** – “Antes de mais, agradecer ao Sr. Professor Bento a explicação, e tecer uma outra consideração que me parece extremamente importante, até porque vem na sequência de alguma abordagem sobre a questão da castanha e do castanheiro.

----- Estamos perante uma situação extremamente grave, que não se pode compadecer só com aquilo que está equacionado neste momento, é evidente que é alguma coisa, é importante, é desejável e é de agradecer, mas eu creio que a problemática é extremamente grave, tendo em conta os prejuízos que se avizinham e que isto obriga. Obriga, e sublinho este obriga, a um plano de contingência, tendo em conta os valores que estão em causa, dadas as dificuldades de diagnóstico, dada a escala sócio/económica que envolve o castanheiro com muitos proprietários, dado o tipo, inclusive, da terapia que está aqui em causa. Obriga as entidades públicas, e têm que ser as entidades públicas, nomeadamente o Ministério da Agricultura, os serviços que se relacionam com a agricultura, o Parque Natural de Montesinho com os seu

técnicos, todos temos que arregaçar as mangas e temos que ir para o terreno e temos que fazer um ponto de contingência, porque ainda há tempo.

----- Sublinhar este aspeto, também, esta praga já é conhecida há dois/três anos. Bom, surgem as primeiras medidas, agora, no plano da informação, que é extremamente importante e isso não é uma crítica ao papel do Politécnico, nem pouco mais ou menos, bem pelo contrário, é, até, um agradecimento de alerta, mas não podemos ficar por aqui, temos que, de facto, elaborar e exigir às entidades públicas um ponto de contingência que abarque todos os intervenientes e que vá ao terreno, rapidamente.”.....

----- **Presidente da Mesa** – “ Ainda uma outra questão colocada pelo Sr. Presidente da União de Freguesias de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova, Luís Filipe”.

----- **Luís Filipe** – “Muito bom dia a todos. Cumprimentar o meu colega Albino Bento, também por esta excelente explicação. A minha pergunta fica já um bocado coarctada ali pela intervenção do António, que ia exatamente nesse sentido, qual o papel das entidades oficiais, hoje, perante esta situação. A Escola Agrária está a fazer o seu papel, está a fazer o alerta, está a fazer investigação, está também no terreno. Agora, o Ministério da Agricultura tem que ir, também, rapidamente, arranjar uma solução, ou indemnizar os agricultores que tenham as plantas e que tenham que ser arrancadas, ou qualquer situação, mas rapidamente, porque, como nós verificámos, temos este mês para agir, não agindo, neste mês, a situação piora, drasticamente. ”

----- **Presidente da Mesa** – “Ainda há mais uma inscrição, mas eu passava a palavra ao Sr. Professor Albino Bento e depois a outra série de questões que já estão registadas.”.....

----- **Professor Albino Bento** – “Em termos de custos, que foi a questão colocada pelo Sr. Deputado José Luís Baltazar, este ano foram feitos meios de luta, não queria entrar muito nesse trabalho, concordando com isso, mas é um assunto relativamente polémico, sensível, digamos. Este ano, custou-nos, cada ponto de largada, 300,00€.

-----O que é um ponto de largada? - É uma boa questão, é aquilo que nós, basicamente, entendemos, um ponto de largada é libertar aquele inseto, que vimos ali, que é o parasitoide, numa determinada área afetada.....

-----De quanto em quanto espaço se devia libertar? - Se tivermos muito dinheiro, uma malha mais fina, se tivermos menos dinheiro, uma malha mais larga, para ele ir progredindo, obviamente.....

-----Este ano, posso dizer que, na zona do Minho, que era onde é que estava o inseto, foram libertados insetos, fizemos trinta pontos de largada, libertámos em tudo que era soutos atacados, porque no Minho são, basicamente, árvores dispersas, meia dúzia de árvores aqui, meia dúzia de árvores além, não há muitos soutos continuados e com dimensão, em todos os soutos continuados e com dimensão foi libertado o inseto. Depois importamos, também, fizemos largadas a fazer uma barreira exterior na direção do interior do País porque para o mar o inseto pode ir à vontade, porque a nós não nos interessa, e definiram-se trinta pontos de largada. O trabalho está a ser feito e o preço é esse.

-----É evidente que, daqui a dois ou três anos, se for possível obter os parasitóides cá em Portugal quando nós tivermos já níveis de parasitismos mais elevados, porque a obtenção do parasitoide é muito demorada, trabalhosa, não muito cara, mas muito trabalhosa, que encarece, obviamente, também o parasitoide. Pode, eventualmente, esses custos, reduzirem um bocadinho, mas também não hão-de reduzir muito, porque, efetivamente, dá muito trabalho, muita mão obra, para obter os parasitoides, e não pode ser feito por aprendizes, tem que ser feito por indivíduos que conheçam e que saibam do assunto.

-----Devo dizer, para responder ao Sr. Deputado António Morais, eu não quero estar aqui a defender nem uma coisa nem outra, mas devo-lhe dizer que, no caso concreto desta praga, deve ter sido das pragas em que mais rapidamente se conseguiu atuar, talvez a deteção do inseto pudesse ter sido feita um ano mais cedo, mas as pessoas não estavam alertadas para isto, isto no Minho, porque foi detetado no ano

passado, portanto não chamou a atenção dos agricultores e ninguém o identificou, mas foi identificado o ano passado, em maio.

----- Pois bem, quando foi lá para setembro, havia um plano de ação contra a vespa do castanheiro, eu participei nele, reunimos várias vezes em Vila Real, no Minho, e temos um plano nacional de contingência contra a vespa. Definiram-se equipas, as equipas estão no território, a Direção Regional tem estado muito envolvida com os seus técnicos, na deteção. Aquilo foi assim: ok, agora vamos libertar aonde, e como, e onde é que eles estavam. Bom, todo esse trabalho foi feito por técnicos de Associações de Agricultores e da Direção Regional. Está tudo mapeado, o território, no Minho, está tudo numa base de dados SIG, onde está tudo identificado, sabe-se onde se largou, sabe-se tudo, e isso dá trabalho, e envolveu muitos técnicos no trabalho.

----- Podia ter-se feito mais? - Talvez, pode-se, sempre, fazer mais.

----- Provavelmente, foi dos únicos sítios onde também, de forma muito célere, entrando então no campo um bocadinho mais sensível, se fizeram, um ano depois, largadas. Espanha tem a vespa detetada há quase cinco anos, ainda não fizeram uma única largada!

----- Ainda bem que a DAGV autorizou a introdução do inseto, porque estes insetos não podem ser autorizados, não se podem comprar e aplicar, salvo por organismos exóticos, que não existem cá, e requerem autorizações e outras coisas para o fazer. Foi feito, foi aplicado. A partir do momento que é aplicado, no próximo ano, já não é preciso autorização porque já está cá no território. Portanto o trabalho está a ser feito, foi célere, eventualmente é daquelas situações que poderia exigir, por parte do Ministério da Agricultura, se calhar, o financiamento, como sucede como a do pinheiro ou outras pragas de quarentena, o apoio ao controlo, não sei se vai existir, tenho dúvidas. Eu estive, há 2 dias, reunido no Ministério da Agricultura, enfim, mas, se calhar, exigiria aquilo que são as novas medidas do PDR, dos grupos operacionais, se calhar exigiria um grupo operacional dedicado só à Vespa do Castanheiro, não sei se vai ser possível, as coisas não são fáceis.

----- Mas, garantidamente, porque estamos muito envolvidos também no Brigantia Eco Parque, no Centro de Competências dos Frutos Secos, não tenho nenhuma dúvida, quanto à medida dos Grupos Operacionais, que iremos manter, juntamente com várias Associações e outras, este assunto da Vespa para ser financiado pelos Grupos Operacionais. Agora uma coisa é nós metermos o projeto, outra coisa é ter a aprovação, que será uma coisa muito mais difícil, por aquilo que eu já percebi.”

----- **Luís Fernandes** – “Eu queria perguntar, muito rapidamente, se já têm dados da eficácia do parasitoide sobre a praga.

----- Já agora, está ali o Adriano, também a perguntar, que raio de distância do ponto de largada ele pode atuar.”

----- **Professor Albino Bento** – “Eu diria, eu trabalho há algum tempo em luta biológica, não contra esta Vespa, mas contra outras pragas, e eu fiquei surpreendido, aquando da visita que fiz a França e Itália, porque nunca tinha visto um agente biológico com um nível de equilíbrio tão baixo como eu vi nesta praga, ou seja, eu vi zonas em Itália onde praticamente já não existiam galhas, ou seja, o inseto conseguiu reduzir a praga a um nível quase insignificante. É evidente que isto, depois, funciona como a serra de um serrote, quando a praga desaparece, no todo, o parasita também quase desaparece e a praga, depois, sobe um bocadinho, e vamos andar sempre nisto. Obviamente que não há grandes alternativas, mas vi um nível de equilíbrio biológico, ou seja, de controlo muito grande, coisa que eu nunca tinha visto em praga nenhuma, e isso é bom.....

----- Aquilo que nós fizemos, a nível de demografia, em termos de pontos de largada, estamos a falar tipo o que deveria ser largado, tipo de dois em dois quilómetros, em zonas atacadas. Havendo dinheiro encurtaríamos para quilómetro a quilómetro, mas, para isso, já é preciso haver muito dinheiro, e ele, depois, vai-se dispersando, embora a dispersão do parasitóide é mais lenta do que a da praga, e voa menos. “

----- **Bruno Veloso** – “Muito bom dia. Antes de mais, agradecer, em nome do PS, essa sua explicação tão importante que nos parece, apesar de demasiadamente técnica para o nosso alcance, mas esta sensibilização é verdadeiramente importante...

----- Daquilo que aqui nos trouxe, eu gostaria de lhe colocar duas ou três questões, muito diretas:

----- Primeira - Quem está a financiar esses pontos de largada?.....

----- Segunda - Referiu não existir a contabilização do número de castanheiros plantados que possam estar afetados com essa praga, quem é que seria responsável por esse identificação?.....

----- A Direção Regional de Agricultura, através do Ministério da Agricultura, tem alguma linha aberta para que se possa fazer, rapidamente, esse mapa, para poder identificar, para potenciais focos ?

----- Terceira - Quais são, também, as ajudas que o próprio Município poderá dar nesse sentido, não só divulgação, mas também na identificação - por aquilo que eu entendi, que será também uma problemática - no sentido de podermos estar a alastrar a praga às novas plantações e, portanto, afetar tudo o resto?.....

----- Quarto - Referiu as reuniões que teve com o Ministério da Agricultura e algumas dificuldades de financiamento. Se reconhece algumas medidas, do próprio Ministério, que possam ajudar a minimizar esta situação, porque aquilo que me parece é que os custos que me diz, e não tendo a noção técnica desta largada, são necessários e urgentes, e quando estamos a falar de uma riqueza da nossa região, que pode trazer muitíssimo prejuízo, é bom termos a noção, e os políticos, particularmente, com responsabilidades na área da agricultura, terem essa noção, e que esse investimento, apesar de ser grande, será necessário, porque estamos a falar de uma parte significativa do desenvolvimento regional e da agricultura. É nesse sentido que eu gostaria que desse uma pequena explicação sobre aquilo que poderá ser feito.

----- **António Malhão** – “Muito bom dia. Quero, em primeiro lugar, saudar o Prof. Albino Bento, pela sua disponibilidade em estar aqui connosco, e pela sua proatividade

e capacidade de nos esclarecer sobre uma temática bastante importante. Recordaria, apenas, que a fileira da castanha tem um impacto enorme na nossa economia, representa mais de cinquenta milhões de euros de rendimento para os nossos produtores, e sermos muito céleres e muito proativos neste combate à praga da vespa, aquilo que eu lhe perguntaria é se o IPB já se debruçou sobre o impacto que isto poderá ter na economia local e se vê como possível a constituição de um grupo de trabalho que integre, para além da Direção Regional, a Câmara Municipal e as próprias associações de produtores, no sentido de nos colocarmos todos no terreno, porque isto é uma luta de todos e o Politécnico tem uma grande capacidade e uma grande competência científica a esse nível, mas, sozinho, com certeza que não conseguirá acudir ao problema. E eu acho que, pelo menos, percebe-se que já existe muito trabalho de casa feito, e aquilo que eu apelo é que haja uma congregação de esforços, no sentido de constituir, rapidamente, esse grupo de trabalho e tentarmos minimizar este impacto”

----- **Para responder às questões formuladas**, usou da palavra o Sr. Professor Albino Bento.

----- **Prof. Albino Bento** – “Começando por esta questão. Há uma equipa de trabalho constituída, que foi a equipa que também trabalhou o plano de contingência, embora, depois, esta, regionalizada, não incluía os elementos da DGAV, mas a equipa que fez o plano de contingência contra a vespa incluía colegas do INIAV, da DGAV, incluindo a Sub-Diretora-Geral da Alimentação e Veterinária que participou em parte das reuniões. Estava eu, do Politécnico de Bragança, estava um colega da UTAD, e estavam os colegas da Direção Regional. O Grupo de Trabalho, aqui do Norte, está constituído na DRAP Norte, é coordenado por uma técnica do Ministério da Agricultura, que está em Vila Real. Têm decorrido várias reuniões, está toda a gente envolvida, há reuniões a que são chamadas as Associações. Nós não estamos a trabalhar sozinhos, de forma nenhuma, é impossível, não vale a pena pensar no assunto, o seguimento que está a ser feito, que ainda hoje, de manhã, dei sugestões, antes de vir para aqui, por isso

cheguei um bocadinho já em cima da hora, estava a dar as últimas sugestões para o folheto que vai ser enviado para todas as Juntas de Freguesia. Esse trabalho está a ser feito entre todos, neste caso, com um grupo mais restrito, que sou eu, que é o Professor Laranjo da UTD, que é a Maria Manuela e a Alcina da Direção Regional de Agricultura, e, portanto, o folheto está a ser trabalhado, para ser enviado.

----- Foi acordado, tanto quanto eu sei, eu não estive presente nessa reunião, mas estiveram várias Associações, incluindo a “Arbórea” e algumas empresas, aqui, que o trabalho iria, agora, ser enviado para os Presidentes de Junta, para eles contatarem os agricultores. Não é fácil fazer muito mais do que isso, muito sinceramente.

----- Eu estive, nesta segunda feira passada, em Carrazedo de Monte Negro, a ideia é também, posso não acreditar nesses números, não sei, mas, por exemplo, só em Carrazedo de Monte Negro, apontam para uma plantação de mais de duzentos mil castanheiros, é uma barbaridade. Este ano, se em Carrazedo de Monte Negro se plantaram mais de duzentos mil castanheiros, aqui, certamente, em Bragança e Vinhais, eu não sei quantos mil foram. Controlar isso tudo é algo que é difícil, os agricultores plantaram, a maioria deles, não tenho dúvida nenhuma, se plantassem com apoio, como foi o caso, porque não havia medidas abertas, havia, certamente, uma base de dados onde se sabia onde se tinha plantado ou não plantado. As pessoas plantam mesmo com dinheiro próprio, e é muito difícil saber-se se não for por via das Juntas de Freguesia. Eu vejo difícil fazer isto de outra maneira.

----- Respondendo ao Sr. Deputado, duas notas. É assim, eu não disse, quero deixar claro, que o Ministério da Agricultura não vai apoiar, eventualmente, a situação da vespa, eu também sei que não disse isso, o que eu disse, aqui, é que, dificilmente haverá um programa, por exemplo, como o do pinheiro, que dizia assim - para controlo da lagarta do Pinheiro existem tantos milhões de euros para distribuir e para se aplicar - não acredito que haja, acredito que para se conseguir... ..

-----

----- **Professor Albino Bento** - Claro, isso é outra coisa, mas pode ser por outra via, por exemplo a via de um grupo operacional pode resolver o problema, que é muito menos dinheiro, têm alguns quinhentos e cinquenta mil euros para os cinco anos, era melhor que nada, ajudava, havendo. Dada a importância, era muito melhor, porque estava alocado àquele montante financeiro que podia ser utilizado ao longo do tempo. Não existindo, não está, de forma nenhuma, fora de questão de poder ser apoiado ou por um grupo operacional, com pouco dinheiro, ou, eventualmente, pela medida sucedânea daquilo que era no PRODER anterior, os fatores bióticos, que agora se chamam outra coisa qualquer, mas já será com um processo individual de cada Associação de Agricultores, ou de cada região, a fazer candidaturas parcelares, que algumas podem ser apoiadas, outras não, que isso é um problema.....

----- Por exemplo, nós, antes da vespa chegar aqui, ser identificada em Portugal e no Minho, o ano passado, já tínhamos um projeto submetido ao PRODER. Foi, por questões administrativas, não aprovado. Às vezes há dessas coisas, porque a entidade que ia, como promotor do projeto, tinha que ser associação ou empresa, não tinha CAE de produção, tinha CAE de serviço e, por causa do CAE, não aprovaram o projeto, quando o projeto já previa ter essas coisas.

----- Como é que têm sido feitas, neste momento, as largadas? - Têm sido suportadas, e o trabalho que nós temos, porque uma coisa é trabalhar aqui no território, outra coisa é ir ao Minho, eu cada vez que vou ao Minho perco um dia, gasto não sei quanto de portagens e de transporte, portanto fica caro trabalhar no Minho. ...

----- Como é que tem sido trabalhado? - Com base em outros projetos que não previam a vespa, mas que estão encaixados às despesas, nomeadamente um Potep, que tenho com os colegas de Castilha e Leon, é evidente que a Escola não tem dinheiro para suportar isto no orçamento próprio, e tenho encaixado essas despesas no Poctep.

----- Também para não fugir, que não fujo às perguntas, não tem problemas nenhuns, quem é que pagou estas largadas no Minho? - Parte delas fomos nós, parte delas paguei-as eu, como técnico de Bragança, através desse projeto, vamos ver se,

depois, eles aceitam a fatura, essa é outra parte que nós temos de ver, a seguir, porque, ao devolvermos isto, depois chega lá baixo ao Ministro, à CCDR, e não aceitam as faturas. A outra parte foi paga pelo Ministério e pela DGAV, a Direção Geral Alimentação e Veterinária pagou uma parte importante das largadas, nós pagamos o restante, mas eram trinta pontos de largada, no próximo ano, se isto crescer, no Minho, provavelmente no próximo ano já não serão necessárias as trinta, serão necessárias sessenta ou setenta, e, se não se controlarem, em Trás-os-Montes hão-de ser necessárias mais umas quantas. Isto vai crescendo durante uns tempos, e, por isso, é que era importante conseguir arranjar algum financiamento para isto, obviamente. ...

----- Eu creio que não deixei nenhuma questão por responder.”

----- **Presidente da Mesa** – “Uma última questão, não vamos poder alargar mais a discussão, lamento, haverá outros momentos, a seguir. António Morais da CDU tem a palavra.”

----- **António Morais** – “Era só para complementar a ideia, e a resultante de várias intervenções, e, agarrando a última intervenção do Professor Bento, eu acho que esta é a tónica. Ainda estamos numa fase de informação, a nível do terreno, já há o envolvimento de várias entidades, mas há aqui contradições, no processo decorrente, inclusive da intervenção do Sr. Professor Bento, que muito bem as sinalizou:

----- É a proposta que não é assinada, é a proposta que não é apoiada, é dinheiro que vem, é dinheiro que não vem.....

----- Bom, há aqui um rio que convém ultrapassar, rapidamente, e eu propunha, inclusive, que a intervenção do membro amigo Malhão fosse transformada em proposta, e em posição de exigência desta AM, para que as coisas funcionem, porque há aqui um histórico.....

----- E lembrar, inclusive, aquilo que acontece com o cancro do castanheiro e com outras pragas, a ausência das entidades públicas e nomeadamente do Ministério, que normalmente fica só na fase de informação, quando é preciso mobilizar meios, equipas e terreno, com todos os intervenientes, com as associações, com os

agricultores, mas a nossa realidade sócio/económica implica uma forte intervenção do aparelho do Estado, e que está ausente, e há dinheiros para isso, não é?

----- Termino, com a reafirmação, e se o Membro amigo Malhão quiser aceitar esta minha proposta, que eu creio que é consensual, transformar isso num texto da Assembleia, sobre a exigência do envolvimento das entidades públicas e de um plano de contingência no terreno, não é no gabinete, é no terreno.”

----- **Presidente da Mesa** – “Eu iria dar procedimento, já, desta discussão, lamento, peço desculpa, o prazo que tínhamos é de 30 minutos.”

----- **Bruno Veloso** – “Deixe-me só fazer um ponto de ordem, sobre este ponto.

----- Sr. Presidente, este assunto parece-me demasiado importante, e tendo aqui um cidadão que se dispõe vir aqui esclarecer-nos, a sugestão que eu faço é que se houvesse mais intervenções ou alguma necessidade de debatermos o assunto, que pudéssemos fazê-lo com ele aqui, aliás esta não é uma declaração típica de um cidadão que se dirige à Assembleia, até, pelo que entendi, o Sr. Professor foi convidado a intervir, e muito bem, pelo Sr. Presidente de Câmara, portanto também me parece, que é, quase, mais um ponto, e muito bem, e eu pedia só essa pequena tolerância, até porque existe uma discussão de elaboração de um documento, no âmbito desta Assembleia Municipal, o Sr. Professor pode também, voluntariamente, se assim o entender, dar uma ajuda à prossecução deste documento, e, portanto, parece-me que estarmos a atalhar o tempo, por uma questão processual, quando o assunto e a importância nos mobiliza a todos, parece-me um excesso de rigor. Era só esse apelo que eu fazia à Mesa, na condução dos trabalhos. “

----- **Presidente da Mesa** – “Esse desafio vem na sequência da intervenção, eu ia passar o microfone para o Sr. Deputado Eduardo Malhão colocar também uma questão ao Sr. Professor Albino Bento. Já foi afirmado aqui pelo Deputado Malhão, há pouco, que o valor da produção era de cinquenta milhões de euros, se tem ideia, depois se nos podia dar essa informação, que é importante, qual é o valor económico da produção de castanha no Concelho de Bragança, se há dados dessa matéria.

----- Eu dava a palavra, a seguir, ao Sr. Professor, depois da intervenção do Eduardo Malhão, que pode ainda acrescentar alguma informação ao Sr. Professor.”

----- **Eduardo Malhão** – “Assim, muito rapidamente, eu concordo que se possa construir uma Moção relativamente a esta temática tão complexa e tão importante, mas propunha que ela fosse melhor trabalhada e aprofundada no “Período Antes da Ordem do Dia”, porque julgo que existe, da parte dos Srs. Presidentes de Junta, alguma posição sobre essa matéria, e, depois, podíamos transformar, eventualmente, essa intervenção numa Moção de conjunto, consensualizada entre todos os Partidos e o Movimento, e Juntas de Freguesia aqui representadas. Era essa proposta que eu deixaria. “

----- **Presidente da Mesa** – “Tem todo o acolhimento, por parte da Mesa, naturalmente para ultrapassar a questão processual dos tempos.

----- Sr. Professor, para terminar.”

----- **Professor Albino Bento** – “Não tenho noção, mesmo nenhuma, de qual é o valor económico da produção de castanha no Concelho. Em termos globais, do País, fala-se, na ordem dos setenta milhões, num ano como este ano, ao preço que foi, provavelmente será um bocadinho maior, e, depois, na exportação, isso, obviamente que é bastante maior, mas no Concelho, não tenho a noção de qual é o valor da produção. “

----- **Presidente da Mesa** – “Aproveito, naturalmente, a ocasião para agradecer a presença e os esclarecimentos produzidos aqui pelo Sr. Professor Albino Bento. Fica a informação que foi passada. Espero e desejamos, todos, que essa informação seja por vocês, sistematicamente, veiculada.....

----- Uma palavra de apreço também ao Sr. Presidente de Câmara e à Câmara Municipal de Bragança pela sensibilidade demonstrada pelo tema.

----- Muito obrigado, Sr. Professor, naturalmente com o desejo de um trabalho continuado e em prol da defesa desta produção tão relevante para os agricultores desta região, muito obrigado e sucesso, então, para a vossa atividade. “

-----**Albino Bento** – “Muito obrigado eu, eu é que agradeço, agradecer ao Sr. Presidente o convite para estar aqui presente, e desejar-vos a todos um bom trabalho.

----- Muito obrigado. “

----- Concluindo este ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa referiu que foi, da sua memória, o público mais ativo dos últimos anos.

----- **De seguida, passou-se ao ponto seguinte, da ordem de trabalhos.....**

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

----- **Para intervenção, inscreveram-se: Telmo Afonso (Presidente da Junta de Freguesia de Espinhosela), Francisco Pinheiro do CDS/PP, Henrique Ferreira do Movimento Sempre Presente, Isabel Lopes do PSD, António Malhão do PSD, António Morais da CDU, Francisco Marcos e Pedro Rego do PS, e Maria Amparo Alves do PSD**

----- **Telmo Afonso** – Disse que o assunto que o trazia ali vinha no seguimento da apresentação que fez o Professor Albino Bento sobre a vespa da galha dos castanheiros, e apresentou, por escrito, a seguinte moção.....

“MOÇÃO VESPA DAS GALHAS DOS CASTANHEIROS

----- Originário da China. Assinalado no Japão em 1941, na Coreia em 1961 e na Geórgia (USA) em 1974. Na Europa foi assinalado em Itália em 2002 e na França e Eslovénia em 2005.

----- Este himenóptero ataca todos os castanheiros em geral, apesar de algumas espécies serem bastante mais sensíveis que outras, como, por exemplo, *Castanea sativa* e seus híbridos. A variedade Bouche de Bétizac é bastante resistente, em que as larvas do inseto não se desenvolvem.

----- Desde a postura até ao desenvolvimento das larvas não é possível detectar qualquer sintoma, por simples observação visual. O principal sintoma é o aparecimento de galhas, nos ramos e folhas, a partir de meados de abril. O inseto ao induzir a planta para a formação de galhas prejudica o normal desenvolvimento vegetativo o qual se traduz numa diminuição do crescimento dos ramos, e formação de frutos. Pode mesmo

conduzir à morte da planta. A dispersão é feita através do voo das fêmeas adultas, do vento ou da circulação de material infestado. Em consequência não há formação de galhas, e as folhas apresentam leves deformações.....

-----A única forma de tratamento desta praga é a luta biológica com *Torymus sinensis*, um parasita que vive 12 dias e alimenta-se da vespa, cujas libertações de indivíduos se realizam na Primavera.

-----Considerando que foi confirmada, pela primeira vez, a presença da Vespa das Galhas do Castanheiro na área de Trás-os-Montes, mais propriamente em Carrazeda de Montenegro, no Concelho de Valpaços e em Parada, Bragança.

-----Considerando o forte impacto negativo que pode ter a Vespa das Galhas do Castanheiro na produção de castanha no Nordeste Transmontano, podendo no pior cenário provocar quedas de produção até 90%.

-----Considerando o valor económico gerado pela castanha em Trás-os-Montes, através da criação de riqueza, emprego e fixação das pessoas no meio rural e, por essa via, a coesão territorial e a sustentabilidade ambiental desta região, de baixa densidade populacional.

-----Considerando que a castanha da região de Trás-os-Montes ocupa 85% da área nacional de produção. Desta produção cerca de 70% a 80% destina-se ao mercado externo (Espanha, França, Itália e Brasil são os mais representativos), contribuindo para a dinamização da economia nacional e consequentemente para a melhoria do saldo da balança comercial portuguesa.

-----Considerando que atualmente a castanha é o produto agrícola mais rentável de Trás-os-Montes e responsável pelo maior volume de exportações do nordeste transmontano, estando esse contributo avaliado em cerca de 100 milhões de euros, se considerarmos cumulativamente o impacto na produção e na agroindústria da região, tendo por conseguinte um peso determinante nos orçamentos das famílias, quer sejam agricultores a título principal, ou residentes nas áreas urbanas mas que já tiram grande parte das suas férias para efetuarem a apanha das castanhas, com o objetivo de incrementar o respetivo rendimento disponível.

-----Considerando a excelência deste produto agrícola classificado como “Premium” a nível mundial como o comprova o facto de aproximadamente 85% da produção se destinar à exportação, existindo uma fileira perfeitamente estruturada e inovadora,

desde o produtor até ao consumidor, sendo Bragança atualmente o concelho líder a nível nacional no que concerne à produção, transformação e investigação.....

----- Considerando o histórico de combate à Vespa das Galhas do Castanheiro ocorrido em Itália e noutros países europeus, exige-se que sejam tomadas, no mais curto espaço de tempo, as medidas necessárias ao combate eficaz deste potencial flagelo económico e social para a região de Trás-os-Montes, solicitando-se, com carácter de urgência, a introdução das medidas financeiras e legislativas capazes de garantir aos agentes da fileira as condições para vencerem esta ameaça, sem os custos por que tiveram que passar outros países.

----- Considerando o exposto, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 30 de abril de 2015, delibera:

- Que seja proibida a circulação de castanheiros para novas plantações ou replantações, desde que não estejam certificados e que venham de zonas atacadas pela vespa dos galhos do castanheiro.

- Reforço da fiscalização na altura da comercialização das plantas.

- Imediata aplicação do antagonista onde sejam identificados focos de vespa e que esta aplicação seja suportada pelo Ministério da Agricultura e do Mar.

Que a presente deliberação seja enviada para as seguintes entidades:.....

Ministério da Agricultura e do Mar;.....

Secretaria de Estado da Alimentação e Investigação Agroalimentar;.....

Presidente do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas;.....

Direção Geral de Alimentação e Veterinária;.....

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte;.....

Câmaras Municipais dos Distritos de Bragança e de Vila Real;.....

Assembleias Municipais dos Distritos de Bragança e Vila Real;.....

Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P.;.....

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;.....

Instituto Politécnico de Bragança;.....

Associação Portuguesa de Castanha;.....

Juntas e Uniões de Freguesia do Concelho de Bragança;.....

Organizações de produtores agrícolas e florestais dos Distritos de Bragança e Vila Real;.....

Comunicação Social.....

O subscritor - Telmo Ramiro Prada Afonso.....

-----**Para pedidos de esclarecimento, sobre esta moção, inscreveram-se os seguintes Membros: António Malhão, António Morais, Francisco Marcos, Henrique Ferreira e Bruno Veloso.**

-----**António Malhão** - Congratulou-se com a moção apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Espinhosela, julgou estar bastante completa e bem estruturada, que tinha sido apresentada em nome da Assembleia, e que respondia, um pouco, àquele desafio do Sr. Deputado da CDU.....

-----Sugeriu ao autor e subscritor da moção que pudessem ser introduzidos pequenos detalhes, dado que a Assembleia não podia deliberar proibir a circulação de castanheiros, mas sim pedir às entidades, com competência nessa matéria, para legislar naquele sentido.

----- Disse que a moção, ao sair da Assembleia, deveria sair com aquela correção e que tinha que haver o cuidado de reivindicar coisas que estivessem dentro da legitimidade da Assembleia.

----- Quanto aos considerandos julgou serem demasiado exaustivos, sendo bom sintetizá-los, para uma leitura mais perceptível.....

-----**António Morais** - Subscreeveu o que o Membro António Malhão disse, relativamente à correção da proposta, dado que a proibição de circulação de castanheiros não competia à Assembleia.

----- Teceu outra consideração, sobre a condução e o surgimento da proposta, dizendo que aquele ponto devia ter sido previamente anunciado na reunião da Comissão Permanente, dada a sua importância, e que, ao ser apresentada naquele momento, é porque já estava combinado, lamentando aquele tipo de atitude.

-----**O proponente da Moção, Telmo Afonso, respondeu às questões formuladas**, dizendo que, na moção, onde dizia que “seja proibido”, não estava a dizer que fosse a Assembleia a deliberar sobre a proibição, mas sim as entidades oficiais

competentes que viessem a proibir a circulação de castanheiros, assim como a fiscalização do transporte das árvores, principalmente de zonas infestadas para zonas que não estavam.

-----Que, provavelmente, não estava bem explícito, mas não era aquilo que ele queria, e, nesse sentido, podia ser feita aquela correção, para que ficasse mais explícito quem é que devia fazer aquela proibição de circulação, e que, o que se propunha era ao Ministério da Agricultura e não à Assembleia Municipal.....

-----Que, em relação ao que tinha dito o Membro António Morais, que era um “convénio”, referiu que, no grupo municipal dos Presidentes de Junta do PSD, tinham decidido, pelo interesse que tinha para a região e que a produção da castanha era extremamente importante para a economia das pessoas do meio rural, preocupando-os o aspeto económico das suas populações, achando por bem apresentar aquela moção, independentemente do resto.

-----**Francisco Marcos** – Felicitou o Sr. Presidente da Câmara por ter acatado aquela moção sobre a praga dos castanheiros, que foi apresentada pelo Partido Socialista, em reunião de Câmara, e que foi aprovada, por unanimidade.....

-----Referiu, ainda, que o PS também queria apresentar uma moção, naquele âmbito, e propôs que fosse apresentada, para deliberação, uma moção conjunta, de todos os grupos municipais.....

-----**O Sr. Presidente da Mesa** pediu que todos refletissem sobre a proposta do Partido Socialista, agora apresentada.

-----**Para intervenção, usou da palavra o Membro Henrique Ferreira**, referindo-se à suspeição levantada pelo Membro da CDU, António Morais, dizendo que, a ser verdadeira, era grave, e perguntou à Mesa se não seria possível elaborar-se uma moção de acordo coletivo, que representasse toda a Assembleia e não apenas o PSD. .

-----Que, se fosse como ele disse, havia, de facto, uma condução unilateral dos trabalhos, e que para se provar que isso não é verdade, com o acordo de todas as bancadas, se redigisse uma moção abrangente, e que se aprovava.

-----**O Sr. Presidente da Mesa** disse que não cabia à Mesa da Assembleia deliberar se a moção devia ser, ou não, conjunta, que dependia dos srs. deputados e do proponente da moção.....

-----Antes de passar a palavra ao proponente da moção referiu que era justo e adequado que, devido à relevância, sendo o património deste Concelho, houvesse uma

posição conjunta, unânime, da Assembleia, mas que, aquela era a posição da Mesa, no entanto os grupos municipais é que teriam que definir a sua estratégia política.

----- **Para responder às questões formuladas**, o proponente da moção disse que, em relação às propostas dos srs. deputados, aceitava fazer as alterações que entendessem que podiam acrescentar algo mais à moção.....

----- **O Sr. Presidente da Mesa** disse que havendo abertura, por parte do proponente da moção, cabia aos grupos municipais organizarem-se para elaboração da moção conjunta.

----- Propôs que, devido à extensão da agenda, os trabalhos não se suspendessem e que os líderes dos grupos municipais se reunissem, noutra sala, para organizar o texto que merecesse o acordo de todos.

----- Disse, ainda, que havia algum prejuízo para os grupos municipais que, apenas, tinham um membro, e que, caso abandonassem os trabalhos, caberia aos dois líderes expressarem-se no sentido de dizer se concordavam com aquela postura de recetividade, por parte do proponente da moção, e se pudessem retirar, ou que poderiam deixar o tema para o período da tarde.

----- **Francisco Pinheiro** – Congratulou-se com a moção apresentada pelo Presidente de Junta de Freguesia do PSD, depositando confiança nos líderes dos diversos grupos municipais, para as alterações que decidissem fazer, e que subscreveria a moção, quer como estava, quer com as alterações, dada a importância do assunto.....

----- **António Morais** – Disse que a CDU tinha a presença de um assessor, e que seria aquele a deslocar-se, dado que era possível, regimentalmente, não tendo, ele, que abandonar os trabalhos.

----- **Seguidamente, para um esclarecimento, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara**

----- **Presidente da Câmara** – Sobre este assunto, e dado que não estava na sala quando foi feito um comentário pelo Membro António Morais da CDU, esclareceu que tinha sido ontem, pelas 16h00, que convidou o Professor Altino Bento, que não teve qualquer intervenção, nem sequer intenção política, para ele ter vindo à sessão, sendo, aquilo que foi afirmado, um comentário sem nexos, que não faz qualquer sentido e com o qual não concordava.....

----- Disse que, estando a Câmara Municipal preocupada com aquela problemática, que representava muito, em termos económicos, para o Concelho e para a Região, não poderiam deixar de tomar uma atitude proativa sobre a matéria, e que, nesse sentido, na última reunião da Câmara, apresentaram uma proposta para que as próprias entidades, competentes na matéria, pudessem estar à alerta para atuarem de forma muito clara, objetiva e rápida, no combate à vespa das gralhas do castanheiro. .

----- Disse, ainda, que os Srs. Vereadores do PS apresentaram outra proposta redundante, relativamente àquilo que eles já tinham apresentado, e como entenderam que naquela matéria, pelo menos a nível Assembleia, não devia haver dividendos políticos, devia, apenas, ter dividendos que resultassem na intenção da produção da castanha pelos agricultores, e que não tivessem prejuízo, como é espectável que venham a ter, no caso desta praga continuar a afetar os castanheiros.....

----- Também disse que não estavam ali “a tirar dividendos políticos”, mas sim para ajudar os agricultores, para alertar e para que as entidades competentes fizessem o trabalho que lhes competia.....

----- **Bruno Veloso** – Respondeu ao Sr. Presidente da Câmara que o Partido Socialista estava, na Assembleia e na sua ação política, para tirar dividendos políticos, e os dividendos políticos que pretendia tirar era o bem estar e o melhor para as populações.....

----- Para além da questão da consensualização da moção, fez um apelo ao Sr. Presidente da Assembleia e aos membros que iriam estar na redação final da moção, na medida de se poder equacionar a criação de um “observatório” no âmbito da AM, por forma a que pudessem estar atentos ao desenrolar daquelas situações, e se pudesse agilizar alguma intervenção, politicamente, da AM, de cariz mais forte, junto das entidades competentes.

----- Acrescentou, ainda, que o assunto da criação do “observatório” deveria, também, constar na moção.....

----- Para finalizar, disse, também, que o “observatório” poderia ser presidido pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal.....

----- **O Sr. Presidente da Mesa** agradeceu a sugestão, e, em resposta ao Sr. Deputado, disse que faz parte da decisão dos grupos municipais aquilo que vão propor. Sugeriu que, em vez de se criar um “observatório”, fosse a Própria Comissão Permanente o instrumento por onde poderia passar muita da discussão da AM, tendo

remetido para reflexão dos membros que iriam elaborar a redação final da moção, a qual iria ser apresentada para discussão e votação na Assembleia, que não se criasse o “observatório” mas que fosse a Comissão Permanente a dar aquele acompanhamento

----- **A seguir inscreveu-se, para intervenção, sobre esta moção, António Malhão.**

----- **António Malhão** – Congratulou-se e saudou o Sr. Presidente da Câmara pela sua postura inteligente, e preocupação sobre aquela temática. Referiu, também, que se notava, da parte do Sr. Presidente e do seu Executivo, uma grande preocupação com uma problemática que muito afetava a economia local.

----- Reafirmou, ainda, que, da parte do grupo do PSD, não tinha havido nenhuma manigância, ou nenhum trunfo na manga, para tratar daquela temática, e que a metodologia habitual, para construir moções, era aquela, e que em sede de reunião do grupo municipal e do grupo dos Presidentes de Junta do PSD, os assuntos eram abordados e era decidido quais eram as matérias a levar à Assembleia.

----- Adiantou também, que, quando estes assuntos são suscitados em sede de Comissão Permanente, tinham outro encaminhamento e que este assunto, do mesmo modo, poderia ter sido acolhido em sede da Comissão Permanente, e que, da parte do PSD, não haveria qualquer óbice a que o assunto fosse encaminhado por aquela via. ---

----- Para terminar, acrescentou que o grupo municipal do PSD não subscrevia aquela manifestação de vontade do líder do PS, de criar um “observatório” no âmbito da AM, porque o trabalho importante que a Assembleia faria era em sede de plenário, que era um trabalho mais abrangente, que envolvia todos os Membros, sendo uma discussão mais aberta e uma via mais profícua e mais saudável

----- **Neste momento, os membros responsáveis pela elaboração da redação do texto final da moção conjunta, abandonaram a sala, para o efeito.**

----- **Seguidamente, OoPresidente da Mesa passou a palavra ao membro que se inscreveu em segundo lugar, para intervir no Período de Antes da Ordem do Dia.** ---

----- **Francisco Pinheiro – Apresentou, por escrito, a seguinte:**

“PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

«IMI FAMILIAR»

«Vem propor a redução da taxa de IMI em função do número de dependentes, nos termos previstos no n.º 13 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, em 10% para as famílias com 1 filho, em 15% para as famílias com 2 filhos, e em 20% para as famílias com 3 filhos.»

1. - O Orçamento de Estado para 2015, a par da reforma do IRS e da nova redução da taxa de IRC, veio iniciar o desagravamento fiscal incidente sobre os cidadãos, as empresas e as famílias, sublinhando os resultados do esforço percorrido de contenção orçamental, a manutenção do rigor das contas públicas e o crescimento económico.....
2. - Veio concretizar, nomeadamente, medidas de proteção das famílias e de incentivo à natalidade.....
3. - Por outro lado, na sequência da introdução do quociente familiar no IRS, foi introduzido um benefício fiscal para as famílias com filhos em sede de IMI, permitindo aos municípios reduzirem a taxa de IMI em 10% para as famílias com 1 filho, 15% para as famílias com 2 filhos e 20% para as famílias com 3 filhos.....
4. - Fica assim consagrada a possibilidade dos municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, reduzirem a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), consoante o número de dependentes a cargo.
5. - A aprovação desta proposta não implica qualquer alteração ao orçamento municipal aprovado, uma vez que a sua execução só produz efeitos na liquidação do imposto em 2016. O seu impacto nos orçamentos futuros pode ser acautelado pela adoção de medidas de controlo da despesa municipal, nomeadamente despesas de funcionamento.
6. - Justifica-se fixar uma redução da taxa de IMI, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, e atendendo ao número de dependentes, nos termos do previsto no n.º 13 do Art.º 112º do Código do IMI, porquanto:
- a) As famílias com dependentes têm despesas acrescidas;
- b) A família, como pilar da nossa comunidade deve ser destacada, valorizada e protegida;
- c) A redução da taxa de IMI, que se propõe, funcionará como incentivo à natalidade e conseqüente aumento da população do nosso concelho.....
7. - Em reconhecimento dessa realidade, reduzir o IMI aos nossos munícipes nos termos da lei, é uma das medidas que podem ser tomadas, com alcance direto para muitas famílias e para o desenvolvimento do nosso concelho.

Assim, o Membro desta Assembleia Francisco Luís Pires Pinheiro, eleito pelo CDS-PP, propõe que esta Assembleia delibere:

Aprovar a redução da taxa de IMI em função do número de dependentes, nos termos previstos no nº 13 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a saber:.....

- i. em 10% para as famílias com 1 filho, e.....
- ii. em 15% para as famílias com 2 filhos, e.....
- iii. em 20% para as famílias com 3 filhos. ”.....

-----O Membro da Assembleia Municipal de Bragança eleito pelo CDS – Partido Popular

a) Francisco Luís Pires Pinheiro”.

----- O membro Francisco Pinheiro continuou a sua intervenção, para esclarecer que aquando da última sessão da AM apresentou aquela Proposta/Deliberação, houve uma conversa entre ele e o Presidente da Mesa, no sentido de que a Proposta /Deliberação passasse para uma “Proposta/Recomendação”, dado que, legalmente, tinha que ser assim, tendo concordado com isso, e que, depois, lhe foi proposta uma alteração ao texto, á qual ele anuiu, mas que, essa cedência, feita pelo CDS, também deveria constar da ata, bem como a proposta inicial, ou seja a Proposta/Deliberação.....

----- Mais esclareceu que foi por este facto que apresentava, na presente sessão, novamente, a Proposta de Deliberação, para poderem votar aquela redução do IMI, na Assembleia.

----- **Inscreveram-se para intervenção António Malhão e Bruno Veloso.....**

----- **António Malhão** – Recordou que o Executivo já reduziu o IMI em 12% e que tem o compromisso de cumprir, até ao final do mandato, a promessa de aplicar a taxa mínima do IMI. E também entendia que a temática dos impostos locais devia ser um trabalho aprofundado, com uma discussão com bases sólidas e que envolvesse toda a área fiscal do Município.

----- Questionou como é que iam contrabalançar aquela perda de receita face ao equilíbrio económico e financeiro do Executivo, acrescentando que, por estes pressupostos, o PSD não votava favoravelmente aquela proposta do CDS, por não ser

oportuna, sendo extemporânea, e que, no futuro, teriam oportunidade de discutir aquela matéria, com mais profundidade e mais conhecimento.....

----- **Bruno Veloso** – Interveio para dizer que aquela proposta não vinha no melhor timing, referindo que o PS tinha uma posição, desde há longos anos a esta parte, de propor a taxa mais baixa do IMI para todos os cidadãos, independentemente da composição do agregado familiar. Que compreendiam aquela posição ideológica do CDS, mas que também compreendiam que aquela proposta de baixa, para ser proposta, embora achassem que era extemporânea, devia ser quantificada, para saber quantas famílias abrangia no Concelho, em condições de pagar IMI naquelas circunstâncias, e quanto é que isso representava, mas que estavam a falar de uma redução sobre um coeficiente que era competência da Autarquia Municipal.

----- **A seguir, o Sr. Presidente da Mesa passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para fazer uma intervenção sobre esta matéria.....**

----- **Presidente da Câmara** - Informou que o Executivo mantinha o compromisso assumido, de, em dois mil e dezassete, estar com a taxa mínima de IMI.

----- **Após análise e discussão, foi a “proposta de deliberação” submetida a votação, tendo sido reprovada, por maioria qualificada, com trinta e oito votos contra, treze abstenções e um voto a favor, estando, momentaneamente, cinquenta e dois membros presentes.**

----- **Seguidamente, inscreveram-se, para declaração de voto, os Membros: Francisco Pinheiro, Bruno Veloso e António Malhão.**

----- **Francisco Pinheiro** – “Claro, uma proposta feita pelo CDS/PP, não podia deixar de ser, não é? – Portanto, tudo aquilo que foi dito aqui, o resumo é muito simples, o Grupo Municipal do PSD e Presidentes de Junta do PSD estão contra a redução do IMI.

----- O Sr. Presidente dizer que em 2017 vai estar... é assim, cada um, quando vem aqui, diz aquilo que lhe parece correto, esta é a minha opinião, temos braços no ar quando foi votada a Moção, o PSD votou, em peso, contra a redução do IMI. Portanto quando vierem aqui dizer que estão a baixar o IMI, eu só os posso acusar de estarem a mentir à população, isto porque em 2012 cobraram, de impostos diretos, aos municípios, quatro milhões e seiscentos mil, e em 2014 cinco milhões e setecentos mil. Portanto os impostos diretos, como sabem, 86% corresponde ao IMI.”

----- Dei algum esclarecimento, as pessoas votam sem estarem esclarecidas, parece-me a mim.”

----- **Bruno Veloso** – “O PS absteve-se nesta votação, que, apesar de considerarmos meritória, é inoportuna, e lembrar que o PS tem votado, e tem sido apanágio do PS, ao longo dos anos, defender a redução da taxa de IMI para o valor mínimo. Portanto, fica absolutamente esclarecido e transparente que o PS defende a taxa mínima, não defende, naturalmente, é nos moldes como ela aqui foi apresentada e que nos parece, até, pobre, no sentido de nem sequer trazer uma quantificação, porque quando a gente faz uma proposta destas temos que ter, pelo menos, a noção de qual o número de agregados que vão usufruir e beneficiar dessa medida.

----- Portanto, nesse sentido, e foi, exatamente, por essa ausência de dados que o PS se absteve.”

----- **António Malhão** –“O PSD votou contra esta proposta do CDS/PP por um princípio de coerência e fiel ao programa eleitoral do PSD. E, sempre que, anualmente, o Executivo nos traz aqui a proposta para reduzir o IMI, o PSD está alinhado com esse propósito e vota favoravelmente a redução do IMI, e, naturalmente, que acompanha o planeamento e o compromisso do Executivo, de reduzir o IMI à taxa mínima até 2017, e foi, exatamente, isso que ficou aqui, bem expresso pelo grupo Municipal do PSD.”

----- **De seguida, usaram da palavra, para intervir no Período de Antes da Ordem do Dia, os seguintes Membros: Henrique Ferreira, Isabel Lopes, António Malhão e António Morais.**

----- **Henrique Ferreira – Apresentou por escrito, a seguinte intervenção:**

----- “Queremos, antes de mais, expressar o nosso pesar pelas mortes de Amadeu Ferreira, José Mariano Gago, de José da Silva Lopes e de Ana Vicente.

----- Queremos igualmente congratular-nos com a condecoração atribuída ao Professor Doutor Dionísio Gonçalves, pelo Senhor Presidente da República.

----- Queremos ainda congratular-nos com o lançamento do concurso para a carreira aérea para Vila Real, Viseu, Cascais e Portimão.

----- Queremos também congratular-nos com as candidaturas de Henrique Neto e António Sampaio da Nóvoa à Presidência da República.

-----Mas também queremos lamentar que o PEC apresentado pelo Governo em Bruxelas para os anos 2016, 2017 e 2018 não tivesse sido posto à discussão pública. Seria certamente enriquecido. A não discussão das propostas e a não criação de oportunidades de participação são sempre más.

-----Neste sentido, lamentamos também que a ressurreição do PS não tenha ocorrido antes de tal apresentação. Assim, até pareceu que o *Programa para a Década* não era um programa mas a resposta a outro programa. De qualquer forma, felicitamos o PS pela sua ressurreição. Andava perdido em parte incerta e, agora, qual filho pródigo, regressou para dar corpo e luz ao debate.

-----Por falar em debate, que é que deu à Coligação e ao PS para quererem controlar a cobertura jornalística da próxima campanha eleitoral? Não lembra nem ao diabo mas conhecendo a forma como alguns líderes autoritários chegaram ao poder, não nos admiraria nada que fosse pela mão de prestimosos democratas que caíssemos numa democracia musculada ou numa nova ditadura. A das Finanças e a da inviabilização dos movimentos de cidadãos já existem. E não fosse a revolta da Comunicação Social, já teríamos a voz controlada. Ai se não estivéssemos quarenta e um anos depois de abril e a democracia política e social não tivesse dado origem a uma comunicação social independente mau grado as tentativas do PSD e do PS para a controlar!.....

-----A Revolução de Abril nasceu livre, tornou-se autoritária, recuperou o pluralismo e, agora, está, de novo, sob ameaça autoritária. Há que estarmos vigilantes..... Felicitamos a Câmara e a Assembleia pelas suas comemorações dos 41 anos sobre o 25 de Abril. Foi bonito mesmo que alguns tenha feito campanha eleitoral. Talvez seja melhor começarmos a pagar os almoços do nosso bolso. Muito povo já começa a perguntar e com razão: «Com o meu dinheiro?»

-----Muito obrigado por nos terem ouvido”.

----- **Isabel Lopes – Apresentou, por escrito, a seguinte intervenção:**

-----“O Instituto Politécnico de Bragança (IPB) afirmar-se há vários anos como agente fundamental de suporte e desenvolvimento da região do Nordeste transmontano e de descentralização e democratização do país. O IPB é um bom exemplo de como a existência de um meio de formação qualificado pode ajudar no desenvolvimento de uma Região.

----- O excelente trabalho que o IPB presta foi mais uma vez referenciado. No maior estudo sobre instituições do ensino superior do mundo, o IPB destacou-se, voltando a ser considerado o melhor Politécnico do país e melhor instituição de ensino superior do interior de Portugal, sendo, ainda, a sétima melhor instituição de ensino superior do país. -

----- O estudo da U-Multirank avaliou o desempenho de mais de 1200 instituições de ensino superior, de 85 países diferentes, através de 31 indicadores, agrupados em cinco grandes áreas: Ensino e aprendizagem; Investigação; Transparência de conhecimento; Orientação internacional e Envolvimento regional.....

----- Não podia deixar de expressar mais uma vez nesta Assembleia Municipal a admiração e o reconhecimento do excelente trabalho desta Instituição, que só nos pode encher de orgulho e satisfação.

----- Não podia falar do IPB sem mencionar a condecoração do Professor Dionísio Gonçalves pelo Presidente da República. Este reconhecimento foi mais que justo e reflete o reconhecimento público pelo trabalho desenvolvido pelo Professor Dionísio como Presidente do IPB desde a sua origem até 2006, mantendo-se ainda em funções como Presidente do Conselho Geral desta Instituição.

----- O Presidente da República homenageou, dia 14 de Abril, o Professor Dionísio Gonçalves. Foi condecorado com o grau de Grande-Oficial, o segundo mais elevado da Ordem da Instrução Pública.....

----- O Professor Dionísio é um dos grandes responsáveis por fazer do IPB uma Instituição de referência em Portugal, conforme testemunhei com o estudo que anteriormente mencionei, por isso só me posso congratular com esta homenagem.....

----- Fazendo um volte-face nesta minha intervenção mas continuando a falar em reconhecimento, manifesto aqui o meu pesar pelo falecimento no dia 2 de Abril do ator, encenador e dramaturgo Leandro Vale, considerado por muitos um dos maiores impulsionadores do teatro em Trás-os-Montes.

Presenciei durante alguns anos o seu trabalho no Concelho de Bragança e vivenciei a intensidade e entrega que ele colocava no seu trabalho, levando peças às mais recônditas aldeias do nordeste transmontano, chegando assim aos mais diversos públicos, com o seu grupo de teatro “Teatro em Movimento”.

Político e militante de uma corrente política bem diferente da minha, contudo, não posso deixar de expressar nesta Assembleia Municipal o meu reconhecimento a esta pessoa tão singular que foi o Leandro Vale, que dedicou parte da sua carreira à dinamização e ao fomento da atividade teatral no Nordeste Transmontano”.....

----- **António Malhão – Apresentou, por escrito, a seguinte intervenção**.....

“Bragança - passado, presente e futuro

----- Bragança, cuja importância histórica se deve ao estatuto de praça militar situada numa posição fronteiriça, confronta-se com uma geografia marcada por um território montanhoso e condições climatéricas severas, que a sábia expressão popular classifica de “9 meses de Inverno e três de Inferno”. Associado a isto junta-se uma tripla condição periférica, a regional, a nacional e a ibérica acrescido de uma cultura de Estado centralista e pouco solidário com os territórios mais desfavorecidos do interior, modernamente designados como territórios de baixa densidade.

----- Como consequência disto, Bragança tem sido ao longo da história particularmente fustigada pelas migrações, verificando níveis elevados dos indicadores de envelhecimento aliado a baixa natalidade, de forma ainda mais acentuada no meio rural. Exemplo disto mesmo, e segundo os Censos de 2011, é o facto de Rio de Onor apresentar a maior proporção do país de população residente com 65 ou mais anos, mais precisamente 75% do total da sua população. Já a freguesia de Outeiro é a terceira do país com menor proporção de população residente com idades compreendidas entre os 0 e os quatro anos, com apenas uma criança dentro desta facha etária.

----- É sabido que uma pirâmide demográfica com aquelas características constitui um factor negativo de atractividade económica e impede aumentar níveis de presença externa e conectividade indutora de relações e oportunidades que promovam e estimulem a renovação geracional.....

----- Mas Bragança ao longo dos seus cerca de 5 séculos de existência sempre soube marcar a história e dar a volta por cima nos momentos de maior dificuldade.

----- No início do século XVI Bragança, com cerca de dois mil habitantes era então o maior aglomerado de Trás-os-Montes, agrupando em meados do século XVIII 3.500

peças e era já assumida como capital de província, dando nota do impulso à indústria da seda que chega a empregar cerca de 1.000 operários.....

----- Já no século XX, a chegada do caminho-de-ferro suporta a expansão linear da cidade e designadamente o suporte ao estabelecimento de importantes serviços públicos.

----- No final do século passado rasgam-se novas acessibilidades com a conclusão do IP 4, agora transformado em auto-estrada, e emerge a importância do Instituto Politécnico na criação de massa crítica e no incremento da economia local. Nesse período a população duplica e triplica o número de alojamentos.

----- A Cidade entra no século XXI e valoriza, agora o Rio Fervença, centro das actuações do Programa Polis bem como o seu Centro Histórico com a intervenção do Procom. A arte, a cultura, a educação e o desporto sofrem um novo e importante impulso com a construção do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, do Teatro Municipal, do Centro Cultural Adriano Moreira e dos Centros Escolares. Todos estes equipamentos foram desenvolvidos pela Autarquia segundo padrões de modernidade, qualidade arquitectónica e de sustentabilidade.....

----- A estrutura do emprego do concelho também sofreu uma evolução, verificando-se uma inversão da predominância do sector primário, concentrando-se agora mais no comércio e serviços, com destaque para a prestação de serviços públicos, particularmente especializados nos sectores de saúde, educação, acção social e administração.

----- A construção civil, que num passado recente imprimia uma especial dinâmica e movimento à economia da Cidade e do Concelho passou por algumas dificuldades com o esgotamento do mercado imobiliário, mas dá agora alguns sinais de reanimação e de vitalidade, especializando-se mais no segmento da reabilitação urbana.

----- As empresas assumem também neste novo ciclo um papel preponderante e começam a olhar mais para os mercados internacionais e para o sector industrial, encontrando-se em curso a concretização de importantes projectos de investimento capazes de gerar novos postos de trabalho, essenciais para a fixação de população, em especial a jovem.

----- Bragança, conhecidos que são os problemas típicos da dificuldade de desenvolvimento numa situação em que à sua Geografia adversa se junta a crise

económica e demográfica da região, mesmo assim tem procurado diferenciar-se e afirmar-se nos mais diversos domínios.

----- Tem sabido alavancar os factores críticos de sucesso relevantes na micro geopolítica da cidade, designadamente a integração num espaço de elevado valor ambiental que gera uma economia sustentável, o posicionamento transfronteiriço potenciador de relações transfronteiriças e do reforço da conectividade externa, o nível de qualificação superior do seu capital humano por acção directa do Instituto Politécnico, a maior capacitação de uma nova geração de empresários e ainda o potencial que o novo Centro de Ciência e Tecnologia apresenta ao nível da criação e captação de novas Start-Ups de base tecnológica.

----- Bragança sempre marcou a história e continuará a marcar no futuro num processo dinâmico de evolução e interacção com a comunidade. O seu futuro também há-de ser aquilo que nós quisermos colectivamente e certamente continuará haver por muito tempo manhãs que cantam.

----- Muito obrigado! ”

----- **António Morais** – Interveio para referir que na última votação sobre o Regimento, tinha ficado dúbia a posição da CDU, pelo que queria esclarecer que, votando contra, não era contra a proposta, porque isso seria inaceitável, não era democrático, porque a posição da CDU era consentânea com aquilo que, anteriormente, na Comissão Permanente tinha sido decidido.....

----- Lembrou, ainda, para memória futura, que a proposta da CDU, de aumentar o tempo, não era exagerada, dada a representatividade de cada partido, na Assembleia, e secundarizou a ausência da CDU nas Comemorações do dia 25 de Abril, dizendo que tinham estado presentes em Izeda, mas que não poderiam estar presentes em inaugurações do Executivo, por mais meritório que fosse.

----- Para terminar, apresentou à Mesa, para ser lido e votado, o seguinte

“Voto de Pesar

----- Assunto: Falecimento de Leandro Vale.

----- **No quadro dos direitos dos membros da Assembleia Municipal que constam do regimento venho propor um voto de pesar a esta assembleia.....**

----- Esta Assembleia manifesta profundo pesar e endereça as mais sinceras condolências à família pelo falecimento de Leandro do Vale, actor, encenador, escritor, radialista.

----- Leandro do Vale dedicou toda a sua vida à cultura, e ao teatro em particular, empregando esforços na luta pela democratização do acesso e fruição cultural do nosso povo. -

----- Durante vários anos e depois de ter fundado “O Teatro em Movimento” no concelho de Bragança, única companhia profissional sediada na região, levou às aldeias mais isoladas do distrito centenas de peças de teatro para junto das populações, revelando-se um excepcional êxito na região a concepção de teatro itinerante.....

----- Para Leandro do Vale, que se assumiu sempre como um lutador anti-fascista, era indissociável a democratização da cultura dos restantes pilares do regime democrático, a saber, democracia política, económica e social.....

----- Acompanha este voto de pesar, a proposta da atribuição de medalha de mérito a Leandro Vale.

O eleito da CDU.....

a) António Morais”.....

----- De imediato, devido à escassez de tempo, e por lhe parecer que por parte do Plenário tinha acolhimento, o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação este voto de pesar, o qual foi aprovado, por unanimidade, estando, momentaneamente, sessenta e dois membros presentes.

----- Não houve declarações de voto.....

----- O Presidente da Mesa informou que ficava, assim, prejudicada a intervenção de alguns dos Srs. Deputados, dada a falta de tempo neste período, pedindo desculpa àqueles que se inscreveram para intervenção, mas que não cabia à Assembleia fazer caber num período tão curto, uma hora, todas as moções e intervenções que foram propostas, pelo que prosseguiram os trabalhos.....

PONTO 4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

PONTO 4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.....

- ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO -

Conforme alínea c) do n.º.2 do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, apresento para apreciação a presente informação escrita acerca da atividade da Câmara

Municipal e da situação financeira do Município, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 25 de fevereiro de 2015.

1 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

1.1 - Divisão de Administração Financeira

1.1.1 – Serviço de Contabilidade e Gestão Patrimonial

Com reporte ao período de 1 de janeiro a 31 de março de 2015, a execução bruta do Orçamento da receita é de 17,2% (*i.e.* de 6.412.230€), para um Orçamento da despesa paga de 16,6% (*i.e.* de 6.208.067€). De um modo global, as Grandes Opções do Plano atingiram, até 31 de março de 2015, uma execução financeira de 9,8% (*i.e.* de 1.278.453€), provenientes de pagamentos do Plano Plurianual de Investimentos, no montante de 938.926€ e decorrentes de pagamentos do Plano de Atividades Municipal, no valor de 339.527€.

As despesas foram orientadas principalmente para as funções sociais e económicas, com um valor de despesa paga de 476.257€ e 613.601€, respetivamente. O Plano Plurianual de Investimentos apresenta uma execução financeira de 8,3% e o Plano de Atividades Municipal, constituído pelas atividades mais relevantes da autarquia, atingiu, até à referida data, uma execução financeira de 20,4%.

O passivo da autarquia regista em 31 de março de 2015 (dados à data) uma dívida a terceiros de médio e longo prazos de 6.658.191€ (uma diminuição de 33.669€, ou seja, de 0,5% comparativamente a 31 de dezembro de 2014) e uma dívida a terceiros de curto prazo de 3.262.877€ (uma diminuição de 552.691€, ou seja, de 14,5% comparativamente a 31 de dezembro de 2014). Importa salientar que integram as dívidas a terceiros de curto prazo os credores de cauções, no valor de 1.153.366€ - a qual evidencia importâncias retidas de e para terceiros (*i.e.* são fundos alheios à Autarquia, encontrando-se depositados em contas específicas de disponibilidades e possíveis de utilização – para restituição das cauções – a qualquer momento).

A evolução global da estrutura das dívidas a terceiros regista em 31 de março de 2015 uma diminuição de 586.360€, ou seja, 5,6%, comparativamente a 31 de dezembro de 2014.

Entre os dias 1 de janeiro e 31 de março de 2015 foram, ainda, cobrados 11.553 recibos de água, cobradas 4.834 faturas e pagas 1.462 ordens de pagamento.

No período de 1 de janeiro e 20 de março de 2015 o valor das taxas e outras receitas municipais arrecadadas pelo Serviço de Taxas, Contraordenações e Metrologia no âmbito das suas atribuições foi de 139.191€.

De 1 de janeiro e 20 de abril de 2015 foram deliberados em reunião de Câmara, apoios financeiros às Freguesias no montante de 154.500,00€ e apoios financeiros a Associações e outras Instituições sem fins lucrativos no valor de 263.308,40€ (inclui a celebração de contratos-programa com os clubes e coletividades desportivas, para o desenvolvimento dos planos de atividades).

1.2-UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

1.2.1. Serviço de Expediente Geral e Arquivo

Foram tratados os documentos em suporte de papel, na aplicação informática de atendimento e o registo de faturas na aplicação informática POCAL, num total de 1 325 documentos.

No âmbito da Lei n.º 37/2006, de 09 de agosto, foram emitidos **3** certificados de Registo de Cidadãos da União Europeia, sendo prestado, também, outro tipo de informação, referente a assuntos de legalização.

Atendimento ao público

O Gabinete de Atendimento Integrado ao Município, através do Balcão Único, apresenta, no período em referência, os seguintes resultados de atendimento: Urbanismo – 761; Águas e Saneamento – 1.552; Ação Social e outros – 282; transportes – 538.

Foram encaminhados e atendidos 3.133 munícipes, registando uma média diária de 104 atendimentos, incluindo Tesouraria. O tempo médio de atendimento foi de 04:01 minutos e o tempo médio de espera situou-se em, 06:10 minutos.

Serviço de Arquivo

Para além das tarefas normais de incorporação, transferência, pesquisa e requisição de documentação pelas diversas unidades orgânicas do Município, foi prestado apoio a investigadores externos com disponibilização de informação.

Deu-se continuidade, ao processo de implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), tendo por objetivo a certificação deste serviço.

1.2.2 . Serviço de Recursos Humanos

Para além das normais tarefas do Serviço, este Serviço procedeu ao acompanhamento dos seguintes procedimentos concursais por tempo indeterminado: 1 Técnico Superior, área de atividade, Contabilidade - Período experimental; 1 Técnico Superior, área de atividade, Biblioteca e Documentação - Período experimental; 6 Assistente Operacionais (Matadouro Municipal) - Período experimental; 1 Técnico

Superior, área de atividade, Eng. Produção Animal (Matadouro Municipal) - Período experimental; 1 Assistente Operacional, área de atividade, Coveiro - Período experimental; 1 Assistente Operacional, área de atividade, Abate de Animais (Matadouro Municipal) - Período experimental; 1 Assistente Operacional, área de atividade, Limpeza das Instalações (Mercado Municipal) - Período experimental; 1 Técnico Superior, área de atividade, Comunicação Social - Período experimental; 1 Técnico Superior, área de atividade, Relações Públicas - Período experimental; 1 Assistente Operacional, área de atividade, Operador de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais - Período experimental e 2 Assistentes Operacionais, área de atividade, Limpeza das Instalações (Mercado Municipal) - Período experimental.

Processos de aposentação em curso, a aguardar resposta da C.G.A.: **1** processo.

Apoio aos trabalhadores que solicitaram o Estatuto de Trabalhador-Estudante (**1**), quer ao nível de horários, quer ao nível de várias informações legais.

Foi desenvolvido o processo de candidatura ao Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL V), análise, admissão e exclusão dos candidatos.

Foi desenvolvido todo o processo relativo a **3** ações de formação.

Serviço de Informática

Para além das tarefas normais foram desenvolvidas as seguintes ações: - Realização de um upgrade à plataforma tecnológica *backup de dados* existente no centro de dados. - Continuidade do trabalho, já em curso, referente à renovação dos seguintes websites autárquicos: Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, Biblioteca Municipal, Biblioteca Adriano Moreira e Museu da Máscara e do Traje; - Acompanhamento da implementação do Sistema de Gestão da Qualidade em curso; - Estão a ser dados passos no sentido de se proceder à certificação de todos os serviços da autarquia. Atualmente fazem parte do processo de certificação os seguintes serviços: Atendimento, Obras Particulares, Arquivo, Biblioteca, Teatro Municipal, Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, Museu Ibérico da Máscara e do Traje, Posto de Turismo, Piscinas Municipais, Pavilhão Municipal Arnaldo Pereira, Gestão dos Recursos Humanos, Compras e Gestão de Sistemas de Informação; - Relativamente ao backoffice aplicacional SIGMA foi dado início à implementação da contabilidade de custos; - Implementação de um novo circuito de gestão documental referente às requisições internas.

De 25 de fevereiro a 21 de abril de 2015, o facebook do Município de Bragança contava com 11.254 fãs, que seguem diariamente as atualizações.

O principal website do Município de Bragança registou um total de 75.752 visitas (média de 1.378 visualizações por dia). O Teatro Municipal recebeu 9 271 visitas, uma média de 169 visitantes por dia.

Assessoria jurídica e contencioso:

Elaboração de informações jurídicas e prestação de apoio técnico jurídico em diversas áreas. Classificação de canídeo na categoria de cão perigoso e Proposta de Protocolo de Colaboração entre o Município de Bragança e a Associação AMICA – *Amicus Canis*; Contestação escrita no âmbito do Auto de Notícia n.º CO 0615500074; - Participação na elaboração do projeto de Regulamento Municipal de Urbanização.

2 - Divisão de Educação, Cultura e Ação Social

2.1. Serviço de Educação e Ação Social

Educação

No âmbito do “Programa de Controlo de Salubridade das Cantinas do Ensino Pré-escolar e 1º CEB”, realizaram-se visitas às instalações onde são confeccionadas, diariamente, as refeições escolares de tendo-se procedido à verificação do cumprimento da legislação em vigor nas matérias de higiene e segurança alimentar, estando presente os técnicos do serviço de educação do Município, a Veterinária Municipal e a técnica de saúde ambiental da Unidade de Saúde Pública do Nordeste.

Atualmente, no âmbito do programa de generalização do fornecimento de refeições escolares e atividades de animação e apoio à família, o Município está a apoiar 864 alunos do 1º CEB (escalão 1 - 272; escalão 2 - 174; outro escalão - 418) e 337 alunos do Pré-escolar (escalão 1 - 110; escalão 2 - 71; outro escalão - 156).

Encontra-se aberto o período de candidatura para o serviço de refeições escolares, os manuais escolares e as atividades de animação e apoio à família, para o ano letivo 2015-2016, para os alunos do 1º ciclo do ensino e básico e do pré-escolar das escolas da rede de ensino público do concelho de Bragança, e a decorrer até ao dia 30 de junho de 2015.

O Município atribui, atualmente, suplemento alimentar diário a 289 alunos carenciados do 1º ciclo do ensino básico público.

Realizou-se o tratamento da informação relativa ao inquérito à satisfação dos serviços prestados pelo município, pelas instituições escolares do ensino público, com base

nos resultados da aplicação dos questionários no 1º período escolar do ano letivo em curso, obtendo, na generalidade, resultados bastante satisfatórios.

Iniciaram-se as ações de sensibilização sobre segurança rodoviária na Escola Fixa de Trânsito, ministradas pelos agentes do Programa Escola Segura da PSP, tendo participado nelas, alunos das escolas do 1º ciclo do ensino básico público e privado do concelho.

Foi iniciado o procedimento de contratação para aquisição de serviços para fornecimento de refeições às escolas do pré-escolar e 1º ciclo do concelho de Bragança para o ano letivo 2015/2016.

No âmbito das comemorações do Dia Internacional da Floresta foi distribuído um cubo mágico alusivo à temática da prevenção dos fogos florestais, a todos os alunos do ensino pré-escolar e ensino básico do 1º e 2º ciclo da rede pública e privada do concelho de Bragança, envolvendo um total de 2600 alunos.

No âmbito do protocolo de cooperação existente entre o Município de Bragança, a Secretaria de Estado da Descentralização Administrativa de Timor-Leste e a comissão instaladora do Município de Aileu, procedeu-se à realização de uma campanha de angariação de livros, junto da comunidade brigantina, com vista à instalação de uma Biblioteca Municipal no referido Município timorense.

No âmbito do projeto Sorrir Branquinho, realizou-se um rastreio oral para conhecimento da prevalência de doenças orais, estando envolvidas crianças do ensino pré-escolar público e privado do concelho de Bragança.

Fez-se o encaminhamento, gratuito, de, aproximadamente, 310 crianças (126 com cáries), com necessidades evidentes de cuidados de medicina dentária, para as consultas de medicina dentária do Centro de Saúde de Bragança, para colocação de selantes e outros tratamentos necessários.

Ação Social

No período compreendido entre os meses de fevereiro a abril de 2015, realizaram-se aproximadamente 98 atendimentos sociais. Nestes atendimentos analisaram-se diferentes pedidos de apoio social, mediante a elaboração de diagnósticos, com conseqüente encaminhamento e acompanhamento social a indivíduos e famílias, que incidiram sobre as seguintes solicitações:

Acrescem as situações de atendimento geral aos munícipes e a realização de visitas domiciliárias no âmbito do acompanhamento de uma multiplicidade de situações/problemáticas e para avaliação social.

Neste período foi efetuado o estudo e priorização dos casos de apoio a melhorias habitacionais para o primeiro semestre de 2015 e iniciado o processo de atualização de dados dos agregados familiares residentes em habitação social 2015 (composição do agregado familiar, apuramento de rendimentos, sinalização de situações de deficiência/doença crónica e sobrelotação), no âmbito da aplicação da recente alteração da lei do arrendamento apoiado, Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro.

No âmbito da Rede Social do Concelho de Bragança, foram realizadas três reuniões com a Corane –Foram realizadas as Jornadas da Rede Social de Bragança – Novos desafios de Intervenção local - promovidas pelo Conselho Local de Ação Social de Bragança (CLAS), com participação ativa dos representantes do Município de Bragança e da EAPN-Delegação de Bragança na sua preparação.

Foi realizada ação de sensibilização promovida pela CPCJ de Bragança, numa parceria entre a CPCJ de Bragança e o projeto Pontes de Inclusão (Escolhas 5.ª Geração – Fundação Casa de Trabalho Dr. Oliveira Salazar), com a colaboração da técnica do MB, no âmbito da prevenção dos maus-tratos na infância, dirigida a auxiliares de ação educativa na Escola Secundária Miguel Torga.

A reunião dos parceiros do projeto dedicada à preparação do mês dos maus tratos contou com a presença e participação dos representantes do município.

Foi dado início ao processo de organização da V Feira de Emprego, Educação e Solidariedade de Bragança envolvendo os parceiros Centro Social e Paroquial dos Santos Mártires e Associação Académica do IPB.

2.2. Serviço de Animação e Equipamentos Culturais

Centro de Arte Contemporânea: No Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, continua patente a exposição, inaugurada no dia 07 de fevereiro, “Ritos e Mitos” que integra uma seleção de séries e trabalhos emblemáticos produzidos pela pintora Graça Morais nos últimos 40 anos. A exposição vai estar patente até ao dia 28 de julho de 2015 nas salas do centro dedicadas à pintora.

No Núcleo de Exposições Temporárias continua patente a exposição, inaugurada no dia 07 de fevereiro, “A Antítese e a Calma” de António DaCosta 1914-2014, um dos pintores mais notáveis do processo surrealista português.

Nos meses de fevereiro e março foram realizadas 37 visitas guiadas/jogo solicitadas por escolas e instituições e visitaram o espaço 2518 pessoas, na sua maioria portuguesas.

Durante este período o serviço educativo organizou as oficinas de prática artística da Páscoa para crianças dos 3 aos 12 anos.

Museu Ibérico da Máscara e do Traje: Nos meses de fevereiro e março visitaram o museu 1093 pessoas.

Neste período foram realizadas 19 visitas, solicitadas por escolas e instituições da cidade e de vários pontos do país e estrangeiro.

Teatro Municipal de Bragança:

Nos meses de fevereiro e março realizaram-se 20 espetáculos, com 29 sessões, assistidos por 2.843 espectadores.

Nos meses de fevereiro e março destacaram-se os espetáculos “Life is a Second of Love”, de Rita Redshoes, “Estamos Todos”, com o ator José Pedro Gomes, “Capicua”, “Cheio”, os concertos de Nuno Prata, Cati Freitas e Aldina Duarte, o Teatro da Didascalia com “One Man Alone”, “O Amor dos Infelizes”, “A Flor do Lácio”, com André Gago, e no Dia Mundial da Poesia “Trovas & Canções, Atores, Poetas e Cantores” espetáculo em redor da figura de Ruy de Carvalho.

Para o público escolar “Ulisses de volta à Casa Partida”, “Todo Encaja”, “As Filhas do Diabo”, “Poemas para Bocas Pequenas”, “A Flor do Lácio” e o “Soldadinho”.

De destacar mais uma edição do “VINTE e SETE - Festival Internacional de Teatro” que pelo décimo primeiro ano consecutivo se realiza em Bragança e Vila Real. Com início no dia 27 de março, Dia Mundial do Teatro, e durante um mês, a região acolheu 19 espetáculos, dirigidos aos vários públicos e escalões etários.

Já no mês de abril destaque para o Concerto da Páscoa, pela Atlantic Coast Orchestra, e, ainda, para, no âmbito do evento Plast&Cine 2015, a estreia da peça “GRAÇA Suite teatral em três movimentos, numa co-produção entre o Teatro da Garagem e o Teatro Municipal de Bragança, que partindo da vida e obra da pintora Graça Morais propõe uma viagem pelos ciclos temáticos das suas criações.

Biblioteca Municipal

Continuação da indexação e catalogação do acervo documental que têm vindo a ser executadas paralelamente ao trabalho de atendimento ao público.

No mês de fevereiro foi executado o tratamento técnico e catalogação informatizada de 13 monografias e efetuada a correção de 1698 registos (no sentido de uniformizar os registos catalogados com a Biblioteca Nacional) e em março 161 monografias catalogadas e 924 registos corrigidos.

Durante o mês de fevereiro usufruíram dos serviços disponibilizados na Biblioteca 2467 utilizadores e no mês de março 2598.

Nos dias 24 e 25 de fevereiro, decorreu a atividade “O Escritor vai à Escola”, no âmbito da Rede de Bibliotecas de Bragança, com o escritor Tiago Patrício que desenvolveu atividades sobre a sua obra nos Agrupamentos de Escolas de Bragança. No final do dia, na Biblioteca Municipal, o Dr. António Tiza apresentou o livro “Mil Novecentos e Setenta e Cinco” do referido escritor.

No dia 20 de março, e integrada na programação do Dia da Poesia, foi apresentada a obra “Um Ocidental Acidental”, de Álvaro Leonardo Teixeira, com o prefácio da Dra. Elisete Afonso.

Nestes meses, na secção infantil, foram desenvolvidas algumas atividades, tais como: leituras partilhadas, desenho e pintura, projeção de filmes e hora do conto, tendo sido registada a presença de 789 crianças.

Nos meses de fevereiro e março foram realizadas 14 oficinas de leitura e visitas guiadas solicitadas por escolas e instituições.

Biblioteca Adriano Moreira

Nos meses de fevereiro e março registou-se a presença de 377 pessoas. Inserida no ciclo de conferências “Biblioteca Adriano Moreira, Conversas sobre Valores” realizou-se, no espaço da Biblioteca Municipal, no dia 10 de abril de 2015, a conferência “A Interioridade como categoria jurídica: um ensaio de jurisprudência”, proferida pelo Professor Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto e que contou com a presença do Professor Doutor Adriano Moreira.

Centro Cultural Municipal Adriano Moreira

Exposições: Inaugurada a 05 de dezembro, esteve patente, na sala Luís de Camões, até ao início do mês de abril, a exposição “Epigrafia Romana do Concelho de Bragança”.

No dia 06 de março, na sala Miguel Cervantes, foi inaugurada a exposição “Máscaras e Mascaretos”, que contou, ainda, com a representação da peça “O Sonho do Careto”, de 10 a 19 de março, vista por um total de 250 alunos das escolas da cidade.

Os trabalhos foram produzidos pelos alunos do curso EFA Animador Sociocultural do IEFP – Serviço de Formação Profissional de Bragança, do curso Vocacional de Artes do Espetáculo, do curso Profissional de Animação Sociocultural e do curso Profissional de Apoio Psicossocial do Agrupamento de Escolas Emídio Garcia e dos integrantes do Projeto AJAM'sascaretos – Associação Juvenil dos Artistas Macedenses, sob a coordenação do professor Acácio Pradinhos.

No dia 16 de abril foi inaugurada a exposição de trabalhos realizados pela comunidade escolar de Bragança no âmbito do Plast&Cine 2015 – Homenagem à pintora Graça Morais, patente nas duas salas de exposições.

Centro de Fotografia Georges Dussaud: No espaço do Centro de Fotografia Georges Dussaud continua patente a exposição “Tempo de Castanhas”.

Visitaram este espaço no mês de fevereiro 257 pessoas e no mês de março 682.

Outras atividades:

- Dia Mundial da Poesia: Comemorado no dia 20 de março e organizado pelo Município de Bragança e pela Rede de Biblioteca de Bragança, contou com a participação de 700 alunos dos agrupamentos de escolas e de utentes de instituições de solidariedade social do Concelho de Bragança. Do programa constou “Andante” – poesia a circular; “Um poema para ti” – distribuição de poemas à comunidade; “Ler faz bem” - distribuição de poemas em farmácias; “Manif Poética” – palavras de intervenção; “Quadras à solta”; “Palavras do Mundo em Bragança”; “T-shirt + t-shirt = Palavras” e “Árvore da Poesia”.

- Homenagem ao Dr. Amadeu Ferreira: No dia 28 de março, no Centro Cultural Municipal Adriano Moreira, foi prestada homenagem ao Dr. Amadeu Ferreira, com a apresentação dos livros “O Fio das Lembranças – Biografia de Amadeu Ferreira”, de Teresa Martins Marques, e “Belheç/Velhice”, de Francisco Niebro (pseudónimo de Amadeu Ferreira). Foi igualmente apresentada a obra “O Fio das Lembranças – Biografia de Amadeu Ferreira”, a cargo do Comendador António Jorge Nunes, e o livro “Belheç/Velhice”.

- Plast&Cine: GRAÇA MORAIS Vida e Obra foi tema do projeto "Plast&Cine" 2015, um projeto multidisciplinar que homenageou a vida e a obra da pintora Graça Morais, em Bragança, envolvendo a comunidade local. O evento, decorreu entre os dias 16 e 18 de abril, contou com a presença da homenageada e vários convidados de renome nacional como Ana Marques Gastão, António Mega Ferreira, Cruzeiro Seixas,

Guilherme de Oliveira Martins, José Luís Porfírio, Raquel Henriques da Silva, Roberto Chichorro, entre outros. As atividades decorreram no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, Teatro Municipal, Centro Cultural Municipal Adriano Moreira, Auditório Paulo Quintela, Galeria História e Arte, Museu do Abade de Baçal e vários espaços públicos da cidade onde foram expostas várias obras de arte pública e representados alguns momentos teatrais de teatro de rua.

A conferência “Graça Morais, Vida e Obra”, com alguns dos maiores especialistas das artes plásticas, as exposições “Graça Morais – Metamorfose”, trabalhos realizados pela comunidade escolar de Bragança, “Graça Morais no Museu do Abade de Baçal”, arte pública, várias interpretações musicais, recital de guitarra de Pedro Caldeira Cabral e Ducan Fox, a coprodução entre o Teatro da Garagem e do Teatro Municipal de Bragança com estreita absoluta de “GRAÇA suite teatral em três movimentos”, o roteiro “Graça Morais / Arte Pública – Cidade de Bragança”, percurso de enquadramento pelos locais da cidade de Bragança com obras de arte de Graça Morais, e outros momentos, marcaram esta iniciativa que culminará com a realização de um filme/documentário e a edição de um livro.

O Plast&Cine foi organizado pelo Município de Bragança, com o apoio da União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo, e contou com a participação dos Agrupamentos de Escolas Abade de Baçal, Emídio Garcia e Miguel Torga, da Escola Superior de Educação do IPB, do Centro de Formação Profissional do Instituto de Emprego e Formação Profissional, da Escola Profissional Prática Universal, ASCUDT, Cáritas Diocesana de Bragança, Centro Social de Santa Clara, Colégio do Sagrado Coração de Jesus, Santa Casa da Misericórdia, Obra Kolping, União de Centros Sociais e Paroquiais da Unidade Pastoral Senhora das Graças, que desenvolveram trabalhos sobre a vida e a obra da artista plástica.

2.3. UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE

O projeto desporto sénior no meio rural está a decorrer na Freguesia de Grijó de Parada com uma média de 15 participantes, na União de Freguesia de São Julião de Palácios e Deição, com uma média de 20 participantes, na União de Freguesias de Rio Frio e Milhão, com uma média de 30 participantes, na Freguesia de Babe, com 15 participantes e na Freguesia de Gimonde, com uma média de 20 participantes.

No período em análise foram realizadas as seguintes caminhadas, inseridas no projeto “Bragança Saudável, Bragança Solidária”: Rio de Onor, onde participaram cerca de 80

caminheiros; Sortes com 109 caminheiros, Macedo do Mato com 140 caminheiros e Gimonde com 150 caminheiros.

Em sequência de outras iniciativas já elaboradas em parceria, a Unidade Cuidados na Comunidade do Centro de Saúde de Santa Maria, propôs a realização de algumas atividades de promoção da saúde, designadamente a comemoração de dias alusivos a problemática das doenças cardiovasculares.

No dia 31 março realizou-se, na piscina municipal, com a colaboração de uma equipa de enfermagem da ULSNE, uma palestra sobre o AVC e uma aula de hidroginástica. Estiveram presentes cerca de 40 pessoas.

No dia 15 de Abril, decorreu mais uma edição da maratona de hidroginástica, “Hidro By Night”, onde estiveram presentes 70 participantes. Participaram alunos das classes orientadas, do programa mexa-se e utilizadores do regime livre da piscina municipal.

2.4 - DIVISÃO DE PROMOÇÃO ECONÓMICA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Turismo

Durante o período de 01 de fevereiro a 31 de março, foram atendidos no Posto Municipal de Turismo um total de 1455 turistas, sendo de destacar o incremento com origem em Portugal e Espanha.

Está a ser exibido, nos voos, de médio e longo curso, da TAP, os filmes promocionais da Marca Bragança e do Concelho, sem qualquer custo para o Município, no sentido de promoção territorial de Bragança e com isso atrair mais turistas, contribuindo para a dinamização económica deste Concelho.

Foi realizada uma reunião de trabalho com os feirantes do concelho de Bragança, a propósito do processo de mudança da feira municipal para as sextas-feiras, e do processo de transferência para o novo espaço da feira, para além de outros assuntos de interesse para o bom funcionamento da mesma.

Foi igualmente realizada uma reunião de trabalho com os taxistas do concelho de Bragança, com o objetivo de abordar alguns problemas e constrangimentos do setor, bem como eventuais estratégias de melhoria, em prol da dinamização económica e promoção turística de Bragança.

Promoção Económica

Ata da Segunda Sessão Ordinária/2015 da Assembleia Municipal, realizada em 30 de abril.

Festival do Butelo e das Casulas: A tenda do Festival do Butelo e das Casulas, em plena Praça da Sé, foi, de 20 a 22 de fevereiro, destino obrigatório para milhares de pessoas, estimando-se em 15 mil o número de visitantes do espaço, sendo de destacar a grande afluência de espanhóis (de Zamora e León), bem como de portugueses (de Beja, Lisboa, Figueira da Foz, Porto e Braga, entre outras localidades). É relevante, apesar de ser apenas a segunda edição em que se instala um espaço de venda na Praça da Sé, a unanimidade dos inquiridos em afirmar que o evento é muito bom e que pretendem voltar.

Os 19 expositores do Concelho de Bragança deram a conhecer os melhores produtos tradicionais que servem de base a muitos pratos da inigualável gastronomia bragançana, sendo de destacar as vendas de butelo, casulas, fumeiro, pão, compotas e produtos hortícolas. A estimativa de vendas dos produtores, quer no espaço da Praça da Sé, quer no fornecimento de butelo e casulas aos restaurantes aderentes à Semana Gastronómica do Butelo e das Casulas, estima-se em 65 mil euros.

Também os 28 restaurantes que aderiram à iniciativa se mostraram bastante satisfeitos com a afluência de pessoas aos seus estabelecimentos, para provarem o tradicional Butelo e Casulas, superando, mesmo, todas as expectativas iniciais.

A aposta do Município de Bragança neste evento, que pelo segundo ano conta com uma tenda de produtos regionais na Praça da Sé, tem como principal finalidade revitalizar o Centro Histórico, bem como estimular o setor da restauração e da hotelaria e promover os produtos tipicamente Bragançanos, levando à dinamização da economia local e promoção turística de Bragança.

A organização do Festival do Butelo e das Casulas de Bragança foi da Câmara Municipal de Bragança, contando com o apoio da Fundação Rei Afonso Henriques e da Confraria do Butelo e das Casulas.

Matadouro Municipal de Bragança

O Matadouro Municipal de Bragança tem registado um incremento significativo no número de abates e procura por parte de produtores e comerciantes, reflexo da qualidade do serviço prestado, eficiência da infraestrutura e condições de entrega das carcaças.

Em fevereiro e março de 2015, foram abatidos 343 bovinos adultos que totalizaram 64.773 kg que, comparativamente a igual período do ano 2014, corresponde a um incremento de 109,54%.

Em fevereiro e março de 2015, foram abatidos 363 ovinos <10kg que totalizaram 1074 kg que, comparativamente a igual período do ano 2014, corresponde a um incremento de 298,78%.

Em fevereiro e março de 2015, foram abatidos 123 suínos adultos que totalizaram 15982 kg que, comparativamente a igual período do ano 2014, corresponde a um incremento de 111,74%.

Relativamente ao volume de abate total do Matadouro Municipal nos meses de fevereiro e março, registou-se um incremento de 113,48% no volume de abates em relação ao mesmo período do ano 2014.

Mercado Municipal de Bragança

Realizou-se de 30 de março a 4 de abril a Semana do Folar no Mercado Municipal de Bragança, tendo sido instaladas 6 bancas que foram utilizadas por comerciantes e produtores instalados no mercado para promover o foliar e os produtos locais.

3 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E OBRAS MUNICIPAIS

Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo

Neste período foram abertos três concursos no valor de 464.000,00€+IVA: - Reconstrução de edifício para residência de estudantes na Rua Conselheiro Abílio Beça n.ºs 4-6-8, no âmbito do plano estratégico de reabilitação urbana (345.000,00€); - Mobilidade para todos – Reparação de passeios nos Bairros do Pinhal, Rubacar e Mae d'Água; - Remodelação e conservação das instalações municipais (Centro Escolar da Sé e Santa Maria, jardim de infância de S. Tiago, Centro Ciência Viva, Teatro Municipal e Campo de futebol do CEE.

Adjudicados trabalhos complementares no edifício do novo espaço para a feira, no montante de 93.472,69€.

No âmbito das atividades exercidas, pelo Serviço de Urbanismo, no período compreendido entre o dia 25 de fevereiro a 15 de abril, foram elaborados 290 actos administrativos. Do conjunto das operações urbanísticas, 80% correspondem a intervenções no espaço rural.

A decorrer as seguintes obras: - Repavimentação da Rua de Vale d'Álvaro; - Centro Interpretativo da Cultura Sefardita do Nordeste Transmontano; - Remodelação do Parque de Campismo Municipal; - Adaptação da antiga Escola Primária de Pinela para Centro Interpretativo da Cerâmica; - Construção de rotunda junto do acesso aos

Serviços Sociais do IPB;- Construção de passeios na entrada sul de Bragança e no Bairro do Sapato.

Divisão de Logística e Mobilidade

Serviço de Máquinas e Oficinas

No âmbito do serviço de Máquinas de Oficinas procedeu-se à limpeza de aceiros e caminhos florestais nas freguesias de Espinhosela e Donai; - Limpeza e regularização de bermas e valetas em várias estradas municipais; - Enchimento de caminhos rurais nas localidades de Babe, Vila Meã, São Julião de Palácios, Sarzeda, Carragosa, Donai, Meixedo, Vila Nova, Formil, Alimonde, Conlelas, Gondesende, Oleiros, Terroso, Maças, Vila Franca, França, Quinta de S. Jorge, Coelhooso, Quintas de Montesinho, Paradinha Nova e Velha, Calvelhe, Izeda, Frieira, Sanceriz, Macedo do Mato, Sendas, Vila Franca, Rabal, Alfaião e Soutelo.

Realizados trabalhos de manutenção de pavimentos na rede viária municipal, limpeza de lixo depositado em bermas e valetas das estradas.

Foram, ainda, garantidos apoios diversos às Juntas e Uniões de Freguesias, com equipamentos e asseguradas tarefas relacionadas com a segurança e proteção civil.

Quanto ao Serviço de Compras e Armazém, foram rececionados 1040 pedidos de aquisição que resultaram em 1.681 adjudicações num valor total 437.362,99€.

Em relação ao serviço de Mobilidade, no período em análise, o serviço de transporte de turismo efetuou 47 viagens, com capacidade de transporte para 1604 passageiros percorrendo 12.203 km's. No período escolar, o serviço de transporte de turismo efetuou também o transporte diário de alunos do 1.º ciclo para os almoços e para as atividades extracurriculares.

Relativamente aos Parques de estacionamento, verificou-se um aumento na utilização do estacionamento subterrâneo em cerca de 1,82 % em relação ao ano anterior.

Tendo em conta que as taxas com estacionamento não sofreram qualquer aumento no ano de 2014, pode-se concluir que ao aumento da procura na utilização do estacionamento, principalmente no subterrâneo, é resultado da atual política Municipal de dinamização do Centro Histórico.

4- DIVISÃO DE AMBIENTE, ÁGUAS E ENERGIA

4.1- Serviço de Águas e Saneamento

No setor de águas, foram executados os seguintes trabalhos: execução de 18 novos contratos; - 181 Mudanças de nome;- 52 Substituição de contadores; - 36 Reparações de ruturas; - 7 reparações em edifícios.

Na Av. das Forças Armadas encontra-se em execução a substituição da conduta de água. No período em análise foram realizados 32 trabalhos de desobstrução (18 + 14) e a limpeza de 31 fossas.

A decorrer a obra de “execução do emissário e instalação da estação de tratamento na localidade de São Pedro de Serracenos”. A obra consiste na execução de um emissário, a anulação das duas fossas existentes e a construção de uma estação de tratamento, apresentando um custo global de 164.677,50€+IVA.

4.2. Serviço de Espaços Verdes e Cemitérios e Serviço de Manutenção e Limpeza Urbana

Realizados os seguintes trabalhos: - Manutenção Urbana: Manutenção de sinalética vertical e horizontal em perímetro urbano. Manutenção de mobiliário urbano no núcleo central urbano – Jardim da Braguinha. Levantamento de danos e reparações de abrigos e mupies Desenvolvimento de inúmeras ações de montagem de desmontagem de palcos, apoio a eventos culturais e afixação de publicidade; - - Parques Infantis: Inspeção, fiscalização e manutenção de espaços de jogo e recreio. Correção das não conformidades inventariadas pela ASAE, nomeadamente na remoção de equipamentos do Parque Infantil da Brasileira Requalificação de parque infantil do Parque urbano da Coxa.

- Gabinete Técnico Florestal: Associado à celebração do Dia da Árvore e da Floresta foi realizada uma ação de sensibilização direcionada à população escolar (pré-escolar até ao 6ºano), com distribuição de um cubo didático, no âmbito do projeto “ A Cores ou a Cinza?”; Execução do Plano Operacional Municipal-2015; Preparação de mensagem de sensibilização no âmbito da DFCL a ser difundida na fatura da água.

- Serviço de Proteção Civil Municipal: Apoio na identificação e notificação de proprietários de edifícios devolutos; Colocação de gradeamento de proteção nos edifícios devolutos identificados com risco de queda; Articulação, com o CDOS e Bombeiros do Concelho, das atividades do Serviço Municipal de Proteção Civil; Presença, sempre que solicitados, nas ocorrências de âmbito municipal de proteção civil; Continuação da Elaboração do Plano de Emergência do Aeródromo Municipal de Categoria 5, com vista à nova Carreira Aérea de serviço público, Bragança/Vila

Real/Viseu/Cascais/Portimão, de acordo com as diretrizes do ANAC; Participação em reuniões mensais no ANAC com vista à nova Carreira Aérea de serviço público, Bragança/Vila Real/Viseu/Cascais/Portimão; Planificação de duas formações, para 28 bombeiros, para Operadores do Sistema de Incêndios do Veículo Saval Kronenburg, nas instalações do Aeródromo Municipal; Elaboração de parecer para proposta de Lei de Bases da Proteção Civil;

Serviço veterinário: No âmbito do controlo de animais errantes, procedeu-se à captura de 63 canídeos e 1 felino, dos quais 6 foram adotados e 10 restituídos aos seus proprietários. A captura destes animais contribui para a melhoria das condições de segurança e higiene pública. Durante o mês de março a direção técnica do canil foi da responsabilidade da médica veterinária do município de Bragança.

No âmbito da Saúde Pública Veterinária, foram efetuadas 2 vistorias às instalações onde são confeccionadas as refeições fornecidas pela empresa às crianças do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, 1 vistoria a um veículo de venda ambulante, 2 vistorias de queixas de insalubridade, 12 vistorias no âmbito do PACE aos estabelecimentos de venda a retalho de matéria-prima de origem animal não transformada e 2 vistorias para atribuição de Número de Controlo Veterinário definitivo a “cozinhas regionais” para fabrico de fumeiro. Emissão de parecer sobre 3 projetos de instalações pecuárias.

- Espaços verdes: Manutenção de todos os espaços verdes, monda e limpeza de canteiros, limpeza de folhas, corte de relva, poda de sebes e limpeza geral dos espaços; Apoio na manutenção do estádio municipal, corte de relva, transporte e marcação do campo; Plantação e reposição de 57 Árvores de alinhamento; Plantação de 150 arbustos; Apoio na poda e corte de árvores no parque urbano da Aldeia de Gimonde; Poda de árvores de alinhamento junto a sinalética e iluminação pública.

4.3. Serviço de Energia, Eletromecânica e Telecomunicações

Assegurada a manutenção de todos os equipamentos municipais no âmbito do setor de eletrotécnica geral e AVACs. Lançamento do concurso para substituição, na zona urbana, de 1131 de luminárias convencionais por luminária tipo Led (candidatura ao POVT). Lançamento dos concursos para a manutenção dos sistemas de AVAC no edifício do Forte São João de Deus e para a manutenção de todos elevadores instalados em edifícios municipais.

Aeródromo Municipal

Nos meses de janeiro a março de 2015, verificaram-se 383 movimentos de aeronaves (mais 277 movimentos que no mesmo período de 2014).

O Governo lançou o concurso internacional para a carreira de serviço público Bragança-Vila Real-Viseu-Cascais-Portimão, senda a data limite para apresentação das propostas é dia 27 de maio de 2015.

Outros assuntos de interesse:

- ✓ No dia 8 de março, Dia da Mulher, decorreu, no Teatro Municipal de Bragança, o evento “A Mulher na Agricultura e no Desenvolvimento Rural Sustentável”, organizado pela Direção Regional de Agricultura e Pescas.
- ✓ O Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiães Maduro, visitou o Concelho de Bragança, no dia 10 de março, a propósito da inauguração de uma nova unidade de transformação de uma empresa familiar no setor dos enchidos, carnes e turismo, na aldeia de Gimonde.
- ✓ Os Bombeiros Voluntários de Bragança e de Izeda receberam equipamento, pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. A entrega decorreu no dia 12 de março.
- ✓ Nos dias 19 e 20 de março, mais de 300 crianças do 4.º ano de Escolas do Concelho de Bragança participaram na comemoração do Dia da Árvore.
- ✓ O Município de Bragança apoiou, com mais de 252 mil euros, 17 coletividades do Concelho, tendo os protocolos sido assinados no dia 23 de março.
- ✓ Decorreu, nos dias 27 a 29 de março, a XVI Feira do Folar de Izeda, onde se venderam mais de quatro toneladas de folar.
- ✓ Decorreu no dia 10 de abril, na Biblioteca Municipal, a conferência “A Interioridade como categoria jurídica: um ensaio de jurisprudência”, inserida no Ciclo de Conferências “Biblioteca Adriano Moreira, Conversas sobre Valores”.
- ✓ No dia 16 de abril foi assinado o protocolo de constituição da Comunidade para a Economia Cívica de Bragança, que agrega as principais instituições públicas, privadas e da economia social de Bragança e que irá desenvolver um Programa de Trabalho.

Município de Bragança, 23 de abril de 2015.

O Presidente da Câmara Municipal

Hernâni Dinis Venâncio Dias

----- Tomado conhecimento.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal completou a informação relativa ao Estado e Vida do Município, previamente distribuída aos Srs. Membros da Assembleia, através da seguinte apresentação em power point.

Estado e
Vida do Município

**Obras, infraestruturas
e urbanismo**

Bragança
Município

Mobilidade para todos



Execução de passeios: Rua Dr. Abílio Vaz das Neves e Rua Miguel Torga. Investimento global: 83,85 mil euros

2

----- Esta intervenção dos passeios continuaria, brevemente, na Avenida João da Cruz e também junto ao Hospital, para além de outras intervenções que estavam a ser preparadas em termos concursais.

----- Com o contributo da CM, a própria União de Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo desenvolveu um procedimento concursal para reparação de passeios na Cidade.

Mobilidade para todos



Repavimentação da Rua de Vale d'Alvaro.
Investimento global: 150,42 mil euros

3

Mobilidade para todos



**Construção de rotunda junto do acesso aos Serviços
Sociais do IPB.** Investimento global: 99,25 mil euros

4

Mobilidade para todos



5 **Elevação de passadeiras na Av. de Santa Apolónia**

----- Esta elevação das passadeiras teve em conta as questões de segurança que ali se colocavam recorrentemente.

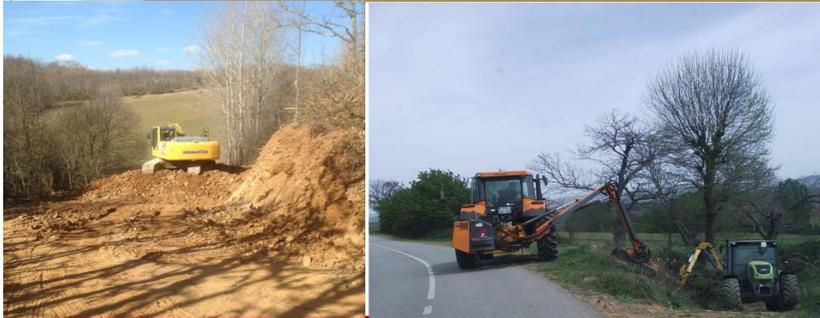
Mobilidade para todos



6 **Inauguração do Caminho Municipal 1061 (Mós-Valverde-Paredes). Investimento global: 900 mil euros**

----- Obra que foi inaugurada no dia 25 de Abril e que contou com a participação muito expressiva da população local.

Mobilidade para todos



7 **Enchimento de caminhos rurais e trabalhos de manutenção e limpeza da rede viária municipal**

-----Serviço em execução, com a maquinaria Municipal, quase sempre com os destróadores, equipamento este muito requisitado por todos os Srs. Presidentes de Junta, e que, este ano, adquiriram um trator equipado com um destróador para melhor responder às solicitações.

Promoção Turística e Económica



8 **Remodelação do Parque de Campismo Municipal.**
Investimento global: 388,29 mil euros.

-----Projeto candidatado e que não conseguiu financiamento, sendo o montante despendido do orçamento municipal.....

Promoção Turística e Económica



Centro Interpretativo da Cerâmica de Pinela
Custo global da obra: 95, 40 mil euros. FEDER: 80%

9

----- Projeto que dará alguma relevância às cantarinhas, tendo em conta que se aproximava o evento “Feira das Cantarinhas”, e, a fim de se valorizar aquilo que é intrínseco da nossa terra.

Promoção Turística e Económica



**Centro interpretativo Cultura Sefardita do
Nordeste Transmontano. Invest. Global: 1,1 milhão de**

10

----- Esta obra, ligeiramente, atrasada, e que, finda esta execução física da parte da construção, tudo o resto seriam conteúdos a introduzir no seu interior.

Estado e
Vida do Município

Obras, infraestruturas e urbanismo



+ Cidadania



11 **Inauguração do Centro de Convívio de Paredes**
(25 de abril). Obra executada pela União das Freguesias de
Parada e Falde. Apoio financeiro do MB de 100 mil euros.

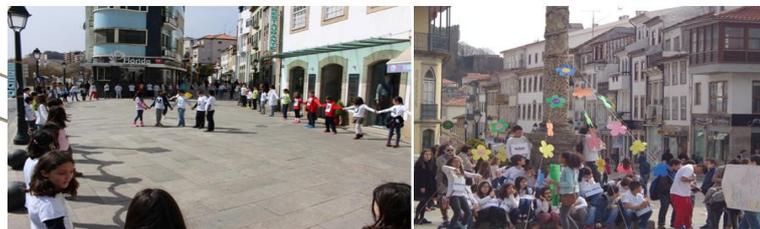
----- Um Equipamento, há muitos anos, ansiado pela população daquela freguesia.....

Estado e
Vida do Município

Cultura



Bragança, Território de Alta Densidade Cultural



12 **Dia Mundial da Poesia (20 março):** Participação
de 700 alunos dos Agrupamentos de Escolas e utentes de
IPSS do Concelho de Bragança

**Homenagem a Amadeu Ferreira
(1950-2015)**



28 de março: Homenagem ao cofundador e Presidente da Academia de Letras de Trás-os-Montes, com apresentação do livro "O Fio das Lembranças – Biografia de Amadeu Ferreira"

13

**"A Interioridade como categoria jurídica:
um ensaio de jurisprudência"**



10 de abril: Conferência proferida pelo Professor Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto e que contou com a presença do Professor Doutor Adriano Moreira

14

----- Uma conferência sublinhada ao tema " biblioteca Adriano Moreira – Conversas sobre valores no futuro", que contou com a presença do próprio e do Prof. Eduardo Vera Cruz Pinto, uma pessoa ligada a Bragança, não só pelo facto de ter vindo a desenvolver alguns projetos conjuntamente do o Município de Bragança mas, também, pelo facto de vir a ajudar a criar o observatório de direito e interioridade da nossa cidade.....

Bragança Criativa



Plast&Cine 2015
Homenagem a GRAÇA MORAIS - Vida e Obra

15

----- Evento no qual estiveram envolvidos muitos agentes locais da nossa cidade, desde os agrupamentos de escolas, ao ensino superior, às IPSS's, galeria de arte e outras entidades, que colaboraram de forma intensa, promovendo Bragança, sob o ponto de vista cultural, que teve eco a nível do País, tendo acontecido também uma conferência no Auditório "Paulo Quintela", com especialistas, pessoas muito conceituadas e que vieram a Bragança a enriquecer o panorama cultural da cidade de Bragança.

Bragança Criativa



Arte pública, teatros de rua, interpretações musicais, visitas guiadas a exposições, performance e representações, conferências e muita animação, contribuíram para a dinamização do Centro Histórico

16

Bragança Criativa



Promovido pelo Município de Bragança, com o apoio da União das Freguesias de Sê, Santa Maria e Meixedo, parceria dos Agrupamentos de Escolas Abade de Baçal, Emídio Garcia e Miguel Torga, da Escola Superior de Educação do IPB, do Centro de Formação Profissional do Instituto de Emprego e Formação Profissional, da Escola Profissional Prática Universal, ASCUDT, Cáritas Diocesana de Bragança, Centro Social de Santa Clara, Colégio do Sagrado Coração de Jesus, Santa Casa da Misericórdia, Obra Kolping, União de Centros Sociais e Paroquiais da Unidade Pastoral Senhora das Graças

17

Bragança, Território de Alta Densidade Cultural



Viagem Literária (25 abril): Conversa literária com os escritores Luis Sepúlveda e Valter Hugo Mãe, moderada por João Paulo Sacadura Cabral.

18

**Centro Cultural Municipal
Adriano Moreira**



Exposição "Máscaras e Mascaretos (06 de março):
com representação da peça "O Sonho do Careto", de 10 a
19 de março, vista por um total de 250 alunos das escolas
da cidade.

19

Bragança + Saudável e Feliz



Caminhadas rurais em Sortes, Macedo Mato, Gimonde
e Paredes (com a participação de 444 caminheiros)

20

Estado e
Vida do Município

Desporto e Juventude



Bragança + Saudável e Feliz



Maratona de Hidroginástica "Hidro by night"
(15 abril): 70 participantes

21

Estado e
Vida do Município

Desporto e Juventude

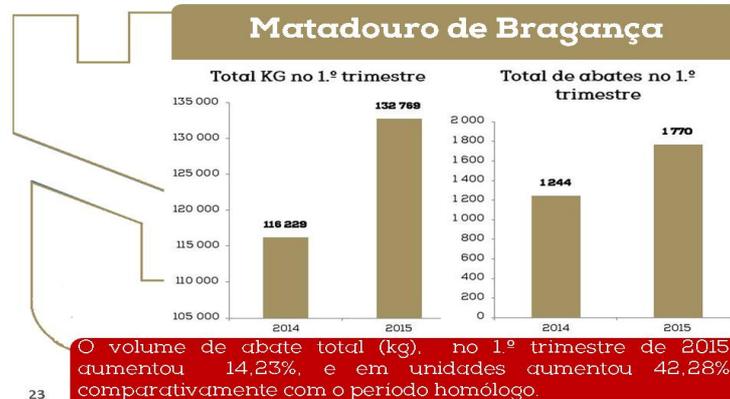


Bragança + Saudável e Feliz



Passoio de BTT (26 abril): 110 participantes. Bragança -
Baçal - Varge - Gimonde - Bragança (40 km)

22



23

----- Relativamente ao Matadouro de Bragança referiu que estes valores significam que este equipamento, tão importante que é para a economia da região, está a ter um melhor desempenho que alguma vez teve, face aos aumentos verificados.



24

Dia Mundial da Árvore



19 e 20 de março: mais de 300 crianças do 4.º ano de Escolas do Concelho de Bragança participaram na comemoração do Dia da Árvore

25

Outros eventos



Comemorações do 25 de abril.
Sessão Evocativa em Izeda

26

-----Que as Comemorações do 25 de Abril tiveram a participação de muitos
Membros da AM e da população de Izeda.....

Reconhecimento ao Mérito



Pelo segundo ano consecutivo, no ranking internacional U-Multirank, o IPB volta a ocupar a 7ª posição a nível nacional e é o 1º Instituto Politécnico em Portugal. As pontuações máximas obtidas são o resultado da experiência acumulada e comprovada do IPB, nomeadamente, no impacto e excelência da sua produção científica e investigação aplicada (também distinguida anualmente pelo ranking Scimago, na mobilidade internacional de estudantes e no envolvimento com a sua Região.

27

----- Para finalizar, deu conhecimento deste reconhecimento de mérito, dizendo que é uma situação de regozijo, e que vão continuar com uma atitude positiva e de estreita cooperação com esta Instituição de Ensino Superior.....

----- **Inscreveram-se, para pedidos de esclarecimento, António Malhão, Francisco Pinheiro, António Morais e Fátima Renovato.....**

----- **António Malhão** – Dirigiu, ao Sr. Presidente da Câmara, as seguintes questões:.....

----- 1 - Obras de proximidade - Se tinha havido a preocupação, do Executivo, de valorizar as empresas locais na execução dessas obras.....

----- 2 - Qual tinha sido o papel do Executivo no apoio e no estímulo da fixação das empresas que estão em fase de instalação na Zona Industrial de Mós, empresas essas que iriam criar vários postos de trabalho, empresas viradas para a internacionalização.

----- Ainda, como sugestão, dado o sucesso da iniciativa Plast&Cine, se não seria exequível transformar aquele evento numa bianal de arte urbana, porque foi uma iniciativa mobilizadora, envolvendo toda a comunidade, tendo dignificado a nossa cidade.....

----- **Francisco Pinheiro** – Felicitou a Câmara Municipal por algumas iniciativas, que teve oportunidade de acompanhar, que têm sido bastante participadas e com muito valor para a Cidade e para o Concelho.....

----- Relativamente às obras que estavam a ser realizadas no Parque de Campismo, existindo um acordo com o INATEL, e tendo sido feitas obras, há dez anos, e estando ser feitas obras, no valor de quatrocentos mil euros, perguntou do que é que o INATEL prescindiu para que fosse a Câmara a pagar uma obra de quatrocentos mil euros, estando eles a explorar as instalações.

----- Também entendia que seja o proprietário a fazer obras na casa, mas perguntou o que é que isso alterou no acordo que a Câmara tem com o INATEL.

----- Saliu a finalização da obra da estrada de Paredes/Valverde, obra iniciada há quarenta anos, e a inauguração daquela instalação construída em Paredes.

----- **António Morais** – Prescindiu do pedido de esclarecimento.

----- **Fátima Renovato - Colocou as seguintes questões**, ao Sr. Presidente da Câmara:.....

----- 1 – Relativamente ao avião, se foram tidos em conta os transportes de Tires para Lisboa e vice versa, dos passageiros que viajavam de Bragança para Tires, e se aquilo fazia parte do Caderno de Encargos.

----- 2 – Quanto ao Túnel do Marão, sendo uma obra de grande interesse para todos, solicitou informação sobre as diligências que tivessem sido feitas, naquele sentido, e qual era o ponto da situação.....

----- 3 – Relativamente ao Parque Tecnológico, dado aproximar-se a data da inauguração, solicitou que lhes fossem transmitidos os dados possíveis, em termos de desenvolvimento de empresas e qual era a previsão em termos de taxas de ocupação.

----- 4 – Quanto à Feira das Cantarinhas referiu que esperava o mesmo sucesso que teve nos anos anteriores, e perguntou se se teve em conta as possíveis dificuldades de quem os visitava, e de eles próprios, em se deslocarem ao Centro Histórico e das dificuldades encontradas para estacionamento, e se estava previsto facilitar, parcial ou totalmente, a isenção de pagamento nos parques municipais, ou até nos parágrafos disponíveis, já que, parte deles, estavam ocupados com as vendas próprias da feira. ...

----- 5 – Relativamente ao passeio executado na obra do sapato, perguntou qual era o motivo de ter sido feito só de um lado.....

----- Terminou, com a questão – para quando a resolução do assunto das lombas da Avenida Sá Carneiro?.....

-----**Não havendo mais pedidos de esclarecimento, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões que lhe foram formuladas.**

-----**Presidente da Câmara** - Respondendo às questões colocadas pelo Membro António Malhão, referiu o seguinte:.....

----- Que tinha havido imensas iniciativas relativamente à questão da ajuda à economia, e que as obras que estavam a ser feitas no Município e que foram adjudicadas pelo atual Executivo, excepto as que estavam a ser realizadas na entrada sul, todas elas estavam a ser executadas por empresários da terra.

-----Relativamente à fixação de empresas em Mós, disse que o atual Executivo tomou medidas, no sentido de poder captar mais empresas para lá, sendo verdade que a redução que ocorreu, do valor do metro quadrado para quatro euros, e com os benefícios da criação de postos de trabalho, as empresas podiam pagar, apenas, pelo metro, um euro, sendo um motivo, mais que suficiente, para atrair empresas para a zona industrial de Mós, e que, naquele momento, tinham, apenas, um lote disponível, que estava pré reservado porque todos os restantes foram adquiridos por empresas, para criarem postos de trabalho.

----- Referiu que a Câmara tem servido de interlocutor junto de empresas que já estavam instaladas em Bragança e outras que pretendiam vir para cá, e que a Divisão de Promoção económica e Desenvolvimento Social tem vindo a fazer um trabalho meritório, naquela matéria, estabelecendo contacto com todos os setores de atividade dentro do Concelho, tendo tido boa aceitação por parte dos empresários, no sentido de congregarem esforços.

----- Adiantou que, em determinados setores, estão a equacionar a possibilidade de fazer algumas reduções, para que haja mais atratividade.

-----Relativamente à sugestão do Membro António Malhão, de transformar o Plast&Cine numa bianal, pareceu-lhe muito positiva e disse que seria tomada em boa nota. --

-----**Respondendo à questão colocada pelo Sr. Membro Francisco Pinheiro,** relativamente às obras do parque de campismo, lembrou que aquele assunto já tinha sido presente Assembleia Municipal, no sentido de rescindirem, parcialmente, o protocolo com o INATEL para que a Câmara pudesse assumir a responsabilidade das

obras, e que, naquele momento não tinham qualquer vínculo ao INATEL, ao nível do Parque de Campismo.

----- **Respondendo à Membro Fátima Renovato disse o seguinte:**.....

-----Relativamente ao avião, que o caderno de encargos não contemplava o transporte de Tires para Lisboa.

----- Quanto ao túnel do Marão, referiu que não tinha informação privilegiada, não podendo dar pormenores que não conhecia.....

-----Relativamente ao Parque de Ciência e Tecnologia, disse que não tinha conhecimento da data da inauguração.

----- Quanto à feira das cantarinhas disse que na cidade havia imensos estacionamento, e que não estava nada contemplado ao nível da redução ou isenção de taxas sendo nos parques subterrâneos ou de superfície.

----- Quanto à questão do passeio do sapato, referiu que a outra parte não foi executada por falta de dotação suficiente na empreitada para fazer as obras necessárias (demolição de muro antigo e construção de um novo).

----- Quanto ao passeio do outro lado, dado que a Câmara teria que adquirir terrenos, e porque a mobilidade ficava assegurada com o outro lado do passeio, não havia necessidade de a Câmara estar a dispende dinheiro.....

----- Quanto às lombas da Avenida Sá Carneiro, referiu que o plano de intervenção, a nível da melhor mobilidade para todos, estava em curso.....

----- **Inscreveram-se para intervenções: Maria do Amparo, Henrique Ferreira, António Morais, Fátima Renovato.**

----- **Maria Alves – Apresentou, por escrito o seguinte, a seguinte intervenção:.**

-----“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. e Sr. Secretários, Exmo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Sr. Vice Presidente, Sra. e Srs. Vereadores, Srs. Presidentes da União de Freguesias, Sras. e Srs. Presidentes de Junta, Sras. e Srs. Deputados, Dmo. Público, Órgãos da Comunicação Social.....

----- Antes de iniciar a minha intervenção quero agradecer ao Senhor Presidente da União de Freguesias da Sé, Santa Maria e Meixedo, Dr. José Pires, pela homenagem que me foi feita no dia da mulher e agradeço a sua Ex^a. Senhor Presidente da Câmara Municipal pela sua presença.....

----- Obrigada.

----- Sr. Presidente!.....

-----Passado um ano e meio da tomada de posse do seu executivo, cumpre-me “mais uma vez “ fazer a intervenção relativa ao Estado e Vida do Município.

-----Quando tomou posse o País encontrava-se num estado de emergência financeira; já a recuperar ainda efetivamente em estado de emergência. Assim sendo, desde que tomou posse foi confrontado com a necessidade de tomar decisões que numa altura menos complicada da vida nacional seriam fáceis de executar.....

----- Não posso passar esta intervenção sem assinalar que teve uma herança tanto a nível económico como infra estrutural que ajudou a facilitar a sua gestão.

----- Assim, as suas intervenções circunscreveram-se, e bem, á ação sobre problemas pontuais resultantes da mudança de paradigma económico.

----- Durante as últimas décadas a economia local assentou sobre três pontos fundamentais:

----- O primeiro e o mais empregador, a Construção Civil, seguido pela atividade industrial, cujo o marco principal é a FAURECIA e pelo IPB.

----- Efetivamente, a crise económica atingiu especialmente o sector da Construção levando à erradicação de um vasto contingente de postos de trabalho e de pequenas e de médias empresas.....

----- Relativamente à Indústria, o número de encomendas decaiu levando á falta de necessidade de aumentar o número de contratados.....

----- No que toca ao IPB, as taxas demográficas cada vez mais desfavoráveis levaram a uma pequena redução da população universitária do nosso concelho.

----- Todas estas adversidades foram enfrentadas por V. Exa. valorosamente e cada vez com mais sucesso.

----- A falta de Construção Nova V. Exa. respondeu com uma política de revitalização e cada vez maior aposta no CENTRO HISTÓRICO da cidade.

----- Esta medida permitiu apoiar e reorientar atividade de construção mantendo alguns postos de trabalho e fomentando a criação de NOVOS em atividades relacionadas com o TURISMO.

----- Desta política destaco:

----- Numa aposta cada vez maior no CENTRO CULTURAL de ARTE CONTEMPORÂNEA GRAÇA MORAIS, como Ex-líbris cultural com exposições e atividades fazendo referência:

-----À exposição “RITOS e MITOS” de GRAÇA MORAIS, a “ANTITESE da CALMA” de ANTÓNIO DA COSTA e a realização de oficinas de Prática Artística para as nossas crianças.....

----- Destaco também, as atividades do TEATRO MUNICIPAL de Bragança que cada vez mais se assume como o principal POLO de ARTES performativas da região, essencial para a elevação da cultura literária do concelho foram as inúmeras atividades nas nossas bibliotecas e no CENTRO CULTURAL “ ADRIANO MOREIRA”..

-----Não gostava de terminar este elencar de atividades culturais sem fazer referência ao evento “PLAST&CINE “ que serviu para enriquecer a “CARA” da nossa cidade.....

----- Muito bem! Que este evento se repita com a maior frequência possível.

----- Não posso deixar de referir que a realização de vários eventos de cariz económico como: “ o FESTIVAL do BUTELO e das CASULAS, a BANCA na PRAÇA, a FEIRA das CANTARINHAS e outros eventos, cuja finalidade foi trazer Pessoas e Vida para o nosso centro, contribuindo para o crescimento da economia local.....

----- Assistimos pois, a uma política orientada para a renovação do CENTRO HISTÓRICO. Assim, e dentro desta filosofia destaco a recuperação de um edifício na rua Conselheiro Abílio Bessa, com a finalidade da criação de uma residência de estudantes que certamente trará “Sangue Novo” para esta zona.

----- Relativamente à atividade industrial este executivo, também realizou uma ação de um intensivo apoio à indústria existente e à atração de nova atividade industrial e atividade complementar, à atividade existente.....

----- Certamente, a médio prazo, as taxas de desemprego verificadas no início da crise económica irão estabilizar e iniciar uma tendência decrescente.

----- No que toca à promoção do Ensino Superior no nosso Concelho e como já o referi anteriormente, a nova residência de estudantes irá certamente contribuir para a atratividade do nosso IPB. Assim como faço votos que sejam desenvolvidas políticas de estreitamento entre o nosso Ensino Superior e a Administração local da região.

----- Aproveito para destacar outros dois pontos muito importantes na vida da nossa região, a AREA SOCIAL e a melhoria de infra estruturas relacionadas com a mobilidade.

----- Sr. Presidente! Dou-lhe os parabéns por ser uma pessoa com uma grande sensibilidade em ajudar os mais carenciados, estando sempre atento em colocar as

peessoas em primeiro lugar e aqui faço referência à forma como está a ser implementado o PROGRAMA de CONTROLO de SALUBRIDADE das CANTINAS do Ensino Pré Escolar e do primeiro Ciclo do Ensino Básico, em que as refeições estão a ser confeccionadas com todo o rigor, desde as condições higiénicas à segurança alimentar com a presença de técnicos especializados nesta área.

----- Felicito-o por ser um autarca que se preocupa com o bem estar dos seus munícipes, apoiando as famílias mais carenciadas, 864 alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico e 337 alunos do Pré-Escolar, distribuídos por vários escalões.

----- No que diz respeito à prevenção da saúde referente às doenças orais das crianças, o Município teve o cuidado e a sensibilidade de proceder ao encaminhamento gratuito de 310 crianças, onde foram detetadas 126 crianças com cáries, que vão ser cuidadas através da medicina dentária, encaminhadas para o Centro de Saúde para procederem ao seu tratamento.

----- A sua sensibilidade, o seu humanismo, revela que com estes programas é mais um incentivo que proporciona às nossas crianças melhor qualidade de vida.

----- Ao terminar este ponto, não posso deixar de fazer uma referencia de grande relevância dos 98 Atendimentos Sociais, que foram analisados os diferentes pedidos mediante as diferentes situações de carência às famílias com grandes dificuldades : O apoio habitacional, a realização de visitas domiciliárias e a iniciação do processo de atualização de dados dos agregados familiares.

----- Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da CMB, Sra. e Srs. Veradores, Sras. e Srs. Presidentes da União de Freguesias, Sras. e Srs. Presidentes de Junta, Sras. e Srs. Deputados.

----- Sr. Presidente!

----- A economia regional é como o corpo humano que precisa que as suas artérias sejam eficientes para ser plenamente funcional; assim, destaco a importância que assumem as infraestruturas como:

----- A requalificação do Aeroporto Regional, como uma plataforma logística essencial para o nosso desenvolvimento e que o continuo incentivo à afirmação de Bragança, como uma verdadeira plataforma multimodal da região.

----- Destaco também a ligação Bragança/Vimioso, que irá beneficiar profundamente os nossos dois concelhos, não podendo deixar de congratula-lo pela sua defesa de uma boa ligação à PUEBLA de SANABRIA. Que essa antiga aspiração

se materialize rapidamente e que esta Assembleia continue a apoiá-lo nesta justa e importante demanda.

----- Não posso terminar esta intervenção, sem referir um ícone que rapidamente se está a tornar um símbolo da QUALIDADE e do BEM FAZER desta região. Que a nossa LOGOMARCA, se torne cada vez mais na estampa da qualidade deste Magnífico Povo.

----- Sr. Presidente!.....

----- Parabéns pelo excelente trabalho.

O nosso desejo é que V. Exa. continue pelo caminho correto, MELHOR ECONOMIA, MAIS QUALIDADE DE VIDA, UMA EXCELENTE CULTURA E EDUCAÇÃO . MAIS SAÚDE, SEGURANÇA, ESTABILIDADE, em suma:

----- “MAIS E MELHOR BRAGANÇA”.....

----- Obrigada!”

----- **Henrique Ferreira** - Começou por dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara, pelo dinamismo do Executivo, após um ano de conhecimento e arrumar da casa.--

----- Disse que se congratulavam com a instalação de uma rotunda no cruzamento em frente aos Serviços Sociais do IPB, que desejavam que fizessem o mesmo, pelo menos, no cruzamento em frente à subestação da EDP, na Av^a Sá Carneiro.

----- **Apresentou, por escrito, as seguintes questões:**

- O Tribunal Administrativo de Coimbra sentenciou a ilegalidade dos parcometros e parques de estacionamento cujas máquinas não dão factura com NIF. Não será a mesma a situação em Bragança?
- Em que fase e estado está a Barragem de Veiguinhas? A empreitada inclui a adutora à ETA ou exige outra empreitada? A quem fica a pertencer a gestão da água e da barragem?.....
- Já há notícias sobre a Igreja de S. Francisco?
- E sobre os cães no Clube de Caça e Pesca?.....
- Aquela bocado de avenida, junto ao Clube de Caça e Pesca não vai ao menos levar, de um dos lados, um bocado de alcatrão ou cimento provisórios para se passar do fim da avenida, a ponte da Rotunda do Caçador, pelo Clube, até à Rua Branca Chiotte? Só são 100 metros!

Sobre o discurso:

- nada a assinalar em relação ao ponto 1.1.1. a não ser a boa saúde financeira da CMB
- o nº de recibos e pagamentos de água corresponde a contadores existentes?.....
- O nº de atendimentos no Balcão Único diminui por causa da governação electrónica ou há menos interacções com o município?
- Quantos estagiários vai a CMB receber no âmbito do PEPAL?
- De que é que se trata quando se refere à contestação escrita no âmbito do Auto de Notícia CO 0615500074? (p.3)
- A avaliação dos serviços educativos prestados pela autarquia decorre em que âmbito? Da carta educativa ou de outro? Já foi nomeada a equipa de avaliação prevista na Carta Educativa ou esta é só para arranjo floral?
- Agrado pela Organização da Feira de Emprego, Educação e solidariedade social.
- Agrado pelo dinamismo das instituições culturais e respectivas actividades, pelo envolvimento dos alunos das escolas e ainda pelos eventos desportivos.
- Agrado também pela retoma no matadouro de Bragança.....
- Parabéns por terem conseguido aceder aos vídeos promocionais da TAP e publicitar a nossa região. Todas as ações promocionais são boas. Mesmo a do opíparo Festival do Butelo e das Casulas.....
- É bom registar o aumento dos estacionamento no Parque subterrâneo da Praça Camões. Sendo cedo para a concluir das causas, regista-se, com agrado, o efeito.....
- Da ANAC e não do ANAC
- O que são AVAC? (p. 12)
- Comunidade para a economia Cívica! Parabéns pela ideia e pela expressão. É capaz de não passar disso mas é uma boa tentativa de mudar um pouco o mundo.”.....
- **O Presidente da Mesa** alertou o Sr. Deputado Henrique Ferreira que o período que estava a decorrer era um período de intervenções e não de pedidos de esclarecimentos. Que, depois, no final, o Sr. Presidente da Câmara faria o favor de lhe responder às questões que foram formuladas.
- **Fátima Renovato** – Lamentou o facto do transporte aéreo Tires/Lisboa não estar contemplado no caderno de encargos e apelou ao Sr. Presidente da Câmara para que diligenciasse, junto do Secretário de Estado dos Transportes, para que fosse retificado o caderno de encargos.....

----- Relativamente aos estacionamento disse que, por uma questão de coerência da tomada de posição do Sr. Presidente na época natalícia, seria justo que se facilitasse o estacionamento.....

----- Felicitou a homenagem que se fez à Pintora Graça Morais, porque divulgou a nossa Cidade, mas que o dinheiro que se gastava devia ser distribuído de uma forma equitativa

----- **António Morais** - Relativamente ao Campo de Jogos da Estacada alertou para o facto de o esgoto se encontrar a céu aberto.

----- Também chamou à atenção para o facto das fossas sépticas de Grijó de Parada e Rabal se encontrarem inoperacionais.....

----- Referiu que a proliferação de lixeiras a céu aberto merecia um trabalho que assentasse na educação ambiental, na informação, na repressão, porque já havia normas instituídas, e que os aterros apropriados não existiam mas que eram necessários.

----- Relativamente às novas passadeiras da Alameda de Santa Apolónia, referiu que é meritório, mas chamou à atenção que a copa das árvores afeta a luminosidade e a travessia de peões.....

----- Em relação aos estacionamento para os taxistas, junto aos Serviços Sociais do IPB, perguntou se já tinha sido encontrada uma solução.....

----- Referiu-se à questão das “Caminhadas” dizendo que reputa de importante, e lançou um repto ao Sr. Presidente da Câmara, que foi o seguinte: que as caminhadas executadas no Parque Natural de Montesinho fossem efetuadas com o envolvimento daquela Instituição, em nome de uma maior eficácia, da boa oportunidade para a afirmação do Parque Natural de Montesinho

----- Para terminar, disse que não acompanha as afirmações do Dr. Henrique, sobre a execução, a crer no documento que lhes foi entregue.

----- **Para responder às questões que lhe foram colocadas, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara.....**

----- **Presidente da Câmara – Respondendo ao Membro Henrique Ferreira,** relativamente à questão dos estacionamento subterrâneos, disse que já estavam a tratar da aquisição de novo equipamento, sendo, depois, alargado aos estacionamento de superfície.

----- Informou que o serviço de pagamento via Internet, que foi desenvolvido com a PT, nos estacionamento de superfície, era o mais usado do País.

----- Relativamente à Igreja de S. Francisco, e tendo assumido que iriam resolver aquele problema, fazendo uma candidatura a Fundos Comunitários, referiu que, em 2016 também iriam tratar daquele equipamento.

----- Quanto ao Clube de Caça e Pesca disse que ainda não tinham nenhuma novidade, adiantando que iriam proceder a um levantamento de um terreno que possuem, para fazer uma carreira de tiro para as forças de segurança, e, caso se conseguisse, ajustariam as duas situações no mesmo local.....

----- Relativamente ao número de atendimentos no Balcão Único disse que a redução tinha a ver com a implantação da fatura eletrónica.

----- Informou que a candidatura para estagiários do PEPAL previa nove candidaturas, que tinham três, que não eram mais porque as candidaturas privilegiadas, por parte do Governo, eram no âmbito das ciências sociais em detrimento das do âmbito das engenharias, arquitecturas, etc.

----- Quanto ao auto de notícia CO, referiu que era um auto que lhes foi levantado por estarem a fazer uma intervenção num caminho, no Parque Natural de Montesinho, situação que estavam a contestar junto dos dirigentes do PNM e do Ministério.

----- Relativamente ao vídeo da TAP, disse que fica, ao Município, a custo zero.

----- Também informou que em junho, na Revista da TAP, nos voos de médio e longo curso, estariam quatro páginas sobre Trás-os-Montes, em grande destaque, e que também não pagariam nada.

----- Relativamente ao “AVAC” disse que tem a ver com o sistema de arrefecimento dos edifícios, nomeadamente o ar condicionado.

----- **Respondendo à Membro Fátima Renovato**, relativamente à ligação área, disse que o caderno de encargos estava feito, não era possível alterá-lo porque obrigaria a que o concurso tivesse um atraso substancial.

----- **Respondendo ao Membro António Morais**, relativamente ao campo de jogos da Estacada, disse que, em articulação com a União de Freguesias, estava prevista a sua retirada, e a pavimentação da área envolvente, permitindo um espaço utilizável para que os cidadãos pudessem dele usufruir de uma outra forma.

----- E quanto à fossa de Grijó de Parada disse que desconhecia o problema, mas que iriam averiguar.

----- Quanto à proliferação de lixeiras a céu aberto, referiu também que não havia no Concelho, nem no Distrito, apenas havia em Vila Pouca, um equipamento para receção de resíduos, os chamados RCD's (Resíduos de construção e demolição), obrigando as pessoas a deslocarem-se a Vila Pouca. Que há cerca de quatro anos houve a tentativa de candidatura a fundos comunitários, de um espaço para receção destes resíduos, mas que não se concretizou, e que agora havia vontade, por parte de alguns empresários, de avançar para aqueles equipamentos.....

----- Relativamente aos taxistas, informou que a CM reuniu com eles, tendo, os mesmos, solicitado que, junto aos Serviços Sociais do IPB, se disponibilizassem mais seis espaços de estacionamento, no fim de semana, e que a Câmara estava a ponderar qual a possibilidade de responder afirmativamente àquela pretensão, e que a questão da atribuição resultava na impossibilidade de outras pessoas poderem lá estacionar durante o fim de semana.

----- Relativamente às caminhadas que se realizavam no Parque de Montesinho, concordou que não tinha havido grande envolvimento do Parque porque aquela questão tinha sido articulada com o Parque, no sentido de que a divulgação e o atendimento seria feito no posto de turismo e que o Parque daria os panfletos e formaria os técnicos do Posto de Turismo.

----- INTERVALO PARA ALMOÇO - Neste ponto da agenda de trabalhos, foi interrompida a sessão, tendo-se reiniciado, depois de verificada a existência de quórum, cerca das quinze horas

----- Foram reiniciados os trabalhos com o retomar da discussão da Moção apresentada no período da manhã, tendo, o Sr. Presidente da Mesa, lido a Moção, cujo texto resultou do acordo entre os grupos municipais, e que abaixo se transcreve.....

“MOÇÃO VESPA DAS GALHAS DOS CASTANHEIROS

----- Originário da China. Assinalado no Japão em 1941, na Coreia em 1961 e na Geórgia (USA) em 1974. Na Europa foi assinalado em Itália em 2002 e na França e Eslovénia em 2005.

----- Este himenóptero ataca todos os castanheiros em geral, apesar de algumas espécies serem bastante mais sensíveis que outras, como, por exemplo, Castanea

sativa e seus híbridos. A variedade Bouche de Bétizac é bastante resistente, em que as larvas do inseto não se desenvolvem.

----- Desde a postura até ao desenvolvimento das larvas não é possível detectar qualquer sintoma, por simples observação visual. O principal sintoma é o aparecimento de galhas, nos ramos e folhas, a partir de meados de abril. O inseto ao induzir a planta para a formação de galhas prejudica o normal desenvolvimento vegetativo o qual se traduz numa diminuição do crescimento dos ramos, e formação de frutos. Pode mesmo conduzir à morte da planta. A dispersão é feita através do voo das fêmeas adultas, do vento ou da circulação de material infestado. Em consequência não há formação de galhas, e as folhas apresentam leves deformações.....

----- A única forma de tratamento desta praga é a luta biológica com *Torymus sinensis*, um parasita que vive 12 dias e alimenta-se da vespa, cujas libertações de indivíduos se realizam na Primavera.

----- Considerando que foi confirmada, pela primeira vez, a presença da Vespa das Galhas do Castanheiro na área de Trás-os-Montes, mais propriamente em Carrazeda de Montenegro, no Concelho de Valpaços e em Parada, Bragança.

----- Considerando o forte impacto negativo que pode ter a Vespa das Galhas do Castanheiro na produção de castanha no Nordeste Transmontano, podendo no pior cenário provocar quedas de produção até 90%.

----- Considerando o valor económico gerado pela castanha em Trás-os-Montes, através da criação de riqueza, emprego e fixação das pessoas no meio rural e, por essa via, a coesão territorial e a sustentabilidade ambiental desta região, de baixa densidade populacional.

----- Considerando que a castanha da região de Trás-os-Montes ocupa 85% da área nacional de produção. Desta produção cerca de 70% a 80% destina-se ao mercado externo (Espanha, França, Itália e Brasil são os mais representativos), contribuindo para a dinamização da economia nacional e consequentemente para a melhoria do saldo da balança comercial portuguesa.

----- Considerando que atualmente a castanha é o produto agrícola mais rentável de Trás-os-Montes e responsável pelo maior volume de exportações do nordeste transmontano, estando esse contributo avaliado em cerca de 100 milhões de euros, se considerarmos cumulativamente o impacto na produção e na agroindústria da região, tendo por conseguinte um peso determinante nos orçamentos das famílias, quer sejam

agricultores a título principal, ou residentes nas áreas urbanas mas que já tiram grande parte das suas férias para efetuarem a apanha das castanhas, com o objetivo de incrementar o respetivo rendimento disponível.

----- Considerando a excelência deste produto agrícola classificado como “Premium” a nível mundial como o comprova o facto de aproximadamente 85% da produção se destinar à exportação, existindo uma fileira perfeitamente estruturada e inovadora, desde o produtor até ao consumidor, sendo Bragança atualmente o concelho líder a nível nacional no que concerne à produção, transformação e investigação.....

----- Considerando o histórico de combate à Vespa das Galhas do Castanheiro ocorrido em Itália e noutros países europeus, exige-se que sejam tomadas, no mais curto espaço de tempo, as medidas necessárias ao combate eficaz deste potencial flagelo económico e social para a região de Trás-os-Montes, solicitando-se, com carácter de urgência, a introdução das medidas financeiras e legislativas capazes de garantir aos agentes da fileira as condições para vencerem esta ameaça, sem os custos por que tiveram que passar outros países.

----- Considerando o exposto, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 30 de abril de 2015, delibera:

- Que seja solicitada às entidades competentes a proibição da circulação de castanheiros para novas plantações ou replantações, desde que não estejam certificados e que venham de zonas atacadas pela vespa dos galhos do castanheiro.

- Reforço da fiscalização na altura da comercialização das plantas.....

- Imediata aplicação do antagonista onde sejam identificados focos de vespa e que esta aplicação seja suportada pelo Ministério da Agricultura e do Mar.

- Propomos ainda a celebração de um protocolo da CMB com o IPB, tendo como objetivos:

– Continuar a aposta nos estudos científicos, com a maior celeridade possível, para promover o combate às pragas dos castanheiros;.....

- Estabelecer parcerias com as mais diversas entidades envolvidas no combate a este flagelo, nomeadamente com a Direção Regional de Agricultura do Norte, Direção Geral de Alimentação e Veterinária, Universidade de Trás os Montes e Alto Douro e Associação Portuguesa da Castanha.

Que a presente deliberação seja enviada para as seguintes entidades:.....

Ministério da Agricultura e do Mar;.....

Secretaria de Estado da Alimentação e Investigação Agroalimentar;.....
 Presidente do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas;.....
 Direção Geral de Alimentação e Veterinária;.....
 Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte;.....
 Câmaras Municipais dos Distritos de Bragança e de Vila Real;.....
 Assembleias Municipais dos Distritos de Bragança e Vila Real;.....
 Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P.;.....
 Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;.....
 Instituto Politécnico de Bragança;.....
 Associação Portuguesa de Castanha;.....
 Juntas e Uniões de Freguesia do Concelho de Bragança;.....
 Organizações de produtores agrícolas e florestais dos Distritos de Bragança e Vila Real;.....
 Comunicação Social.....

Os subscritores: Telmo Ramiro Prada Afonso, Francisco Manuel Esteves Marcos, Luís Aníbal Rodrigues Martins, António Alberto Vaz Pereira Morais, Rui Fernando Rodrigues Correia, Manuel Agostinho Pires Diz, Francisco Luís Pires Pinheiro, José Carlos Fernandes Valente.”.....

-----Não havendo inscrições para pedidos de esclarecimento nem intervenções, sobre o novo texto da Moção, passou-se à votação da mesma, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando, momentaneamente, cinquenta e sete membros presentes.

-----Fizeram declaração de voto os Membros António Morais, Telmo Afonso e Rui Correia.

-----António Morais – “Obviamente que votámos a favor porque estamos de acordo com o texto. No entanto, não deixamos de chamar a atenção que as deliberações são meramente técnicas e consideramos que devia ter tido um chapéu mais abrangente, com o envolvimento de diferentes entidades com competências técnicas e políticas na matéria, porque sem esta visão também política, porque é uma questão eminentemente política, de interesse nacional, depende, de facto, do

envolvimento e o empenho destas entidades. O texto, por sua vez, também é centrado muito em Bragança, quando acho que a problemática é regional e acho que devíamos refletir no texto esta preocupação. Quer dizer, a natureza e os efeitos não se restringem geograficamente àquilo que está definido do ponto de vista político da região, é Bragança, e arredores, e regional, creio que o texto devia refletir isso e não cairmos em bairrismos, enfim, que não interessa muito.”

----- **Telmo Afonso** – “ Só para felicitar esta Assembleia pela tomada de posição em votar por unanimidade esta Moção, com todos os interesses económicos que tem para a região, não só para Bragança, também para outras regiões, se o Ministério da Agricultura e do Mar vier a tomar esta posição de lançar o hospedeiro ou o parasitoide, na zona onde é detetada a Vespa do Castanheiro, penso que não vai fazê-lo só na região de Bragança, portanto em relação às instituições e entidades oficiais, estão aqui todas envolvidas, e penso que não há mais para introduzir, é abrangente.

----- Também relembrar ao Sr. Presidente da Assembleia que o envio desta Moção para o Ministério da Agricultura e do Mar tem um certo carácter de urgência, porque, como sabemos, em Bragança e em Carrzedo de Monte Negro foi detetada, recentemente, esta praga, e deve ser combatida quanto antes. “

----- **Rui Correia** – “O PSD congratula-se com este entendimento, que foi, de facto, uma boa discussão e que conseguimos colocar em cima os interesses das populações, ficando de lado, neste momento, os interesses partidários e os interesses pessoais de alguns membros que, às vezes, estão aqui bem patentes nas declarações. Congratulamo-nos com este entendimento. “

PONTO 4.2 - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

PONTO 4.2.1 – Documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2014 e proposta de aplicação de resultados.

----- Seguidamente, se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“ I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte de abril do ano de dois mil e quinze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Baptista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2014 E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em cumprimento do estabelecido na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo Sr. Presidente da Câmara, foram presentes, os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2014, previamente distribuídos aos Srs. Vereadores, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas e cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, elaborados no âmbito do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as sucessivas alterações e de acordo com a resolução n.º 04/2001 - 2.ª Secção, alterada pela Resolução n.º 6/2013-2.ª Secção, e da Resolução n.º 2/2014, de 27 de Novembro, nos termos da alínea m) do artigo 51.º e 52.º da Lei n.º 20/2012, de 9 de março. Os referidos documentos são constituídos pelo Relatório de Gestão e Mapas e Anexos às Demonstrações Financeiras, comportando estes últimos o Balanço, a Demonstração de Resultados e os Anexos às Demonstrações Financeiras.

Os documentos em apreciação, elencados no ANEXO I, das Instruções n.º 01/2001 do Tribunal de Contas, encontram-se integralmente elaborados e devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado. Destes não constam mapas dos Ativos de Rendimento Fixo e Variável (pontos 8.3.5.1 e 8.3.5.2 do Pocal) pelo facto de os mesmos não assinalarem movimentos.

O Balanço do ano de 2014 apresenta um ativo líquido no valor de 221 246 023,87 euros, registando os fundos próprios e o passivo igual montante. A demonstração de resultados apresenta custos na ordem dos 28 443 659,48 euros e proveitos no montante de 30 889 258,03 euros, originando um resultado líquido do exercício positivo de 2 445 598,55 euros. No mapa dos fluxos de caixa estão discriminadas as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental quer às operações de tesouraria, onde se evidenciam também os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte) desagregados de acordo com a sua proveniência.

Este mapa apresenta, na gerência de 2014, os seguintes valores: Um total de recebimentos no valor de 33 820 312,13 euros, que compreendem 2 060 996,43 euros do saldo da gerência anterior, 30 296 549,95 euros de receita orçamental (receitas correntes no montante de 27 427 088,53 euros, receitas de capital no montante de 2 754 019,45 euros e o valor de 115 441,97 euros relativo a outras receitas) e 1 462 765,75 euros, de operações de tesouraria.

Foram efetuados pagamentos no valor total de 27 633 275,70 euros, correspondendo 26 061 953,86 euros a despesas orçamentais (despesas correntes no montante de 19 894 200,91 euros e 6 167 752,95 euros de despesas de capital), e 1 1571 321,84 euros, relativos a operações de tesouraria.

Estes valores evidenciam um saldo de 6 187 036,43 euros, a transitar para a gerência do ano seguinte, sendo o seu valor de 1 208 506,97 euros referente à execução orçamental e 4 978 529,46 euros, referente a operações de tesouraria.

Assim, propõe-se que a aplicação do resultado líquido do exercício no valor de 2 445 598,55 euros, seja aplicado da seguinte forma: constituição de reservas legais no valor de 122 279,93 euros e o restante no valor de 2 323 318,62 euros, para reforço do Património.

Mais se propõe, que nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos do estabelecido na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais e

nos termos do ponto 2.7.3.1. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as respetivas alterações, que sejam submetidos, para apreciação e votação da Assembleia Municipal, os Documentos de Prestação de Contas e a proposta da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2014, respetivamente.

De seguida o Sr. Presidente procedeu à apresentação do documento de forma sucinta:

APRESENTAÇÃO

“Numa sociedade interventiva e atenta, os cidadãos têm o dever legítimo de manter uma estreita vigilância sobre o uso do poder concedido àqueles que foram escolhidos para governá-los. Por seu lado, os governantes têm a obrigação de prestar contas aos cidadãos que os escolheram.

Mais importante que governar, os gestores públicos têm o dever de alcançar aquilo que Platão, Aristóteles e Cícero trataram de “o bem-comum”.

É esse o nosso principal desígnio: governar para atingir o bem-comum, com confiança, responsabilidade, realismo, em diálogo e proximidade, criando valor para todos, tendo como premissa que os diferentes agentes económicos são os verdadeiros fazedores de um território e os destinatários das decisões tomadas.

Assim prosseguimos, em 2014, com a implementação de ações mobilizadoras e diferenciadoras, em quatro vetores estratégicos: - Gestão, organização interna e relacionamento com o cidadão; - Coesão Social; - Desenvolvimento económico e competitividade; - e Reabilitação Urbana.

No primeiro vetor, continuámos a trabalhar na modernização dos serviços municipais, com o objetivo de melhorar a eficácia, eficiência e economia das ações, e a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, destacando-se, neste âmbito, os procedimentos iniciais para certificação, através do Sistema de Gestão da Qualidade (SGC), de mais dois serviços: Biblioteca e Arquivo.

Cientes de que os recursos financeiros são escassos mantivemos o rigor, contenção e disciplina orçamental, garantindo a sustentabilidade e equilíbrio das contas municipais, com diminuição gradual do endividamento e pagamento a fornecedores em tempo útil, contribuindo, desse modo, para a recuperação da economia.

O sucesso desta instituição advém da valorização da nossa equipa. O Município de Bragança é uma organização dinâmica e estamos empenhados em garantir que cada colaborador sente que é parte integrante do novo projeto para o Concelho.

Na área social, apoiámos as famílias mais vulneráveis e carenciadas, garantindo iguais oportunidades para todos, nomeadamente através da gratuidade dos manuais escolares, transportes e alimentação para todos os alunos integrados no escalão 1 e a redução de 50% para os alunos do escalão 2, do pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Continuamos a contribuir para o reforço da Rede Social concelhia, apoiando a construção de equipamentos sociais, da responsabilidade das IPSS, e a realização de obras para a melhoria das condições habitacionais, tanto na cidade como no meio rural.

Promovemos várias atividades desportivas e culturais. Realizámos a primeira Semana da Juventude, com o apoio de várias entidades locais, porque acreditamos nos nossos jovens, nas suas ideias, determinação, imaginação e vitalidade, para a construção de um Concelho mais criativo, inclusivo, intelectual, inovador e participativo.

A nossa ambição é criar ações e rentabilizar o que é nosso. Promover Bragança não é apenas divulgar o património, a cultura, as nossas infraestruturas de lazer. Promover deve ser, também, potenciar a economia local: comércio, restauração e hotelaria, gerando mais riqueza e emprego para todos.

Neste âmbito, destacamos o regresso da Feira das Cantarinhas ao Centro Histórico, atraindo milhares de cidadãos de todo o País e da vizinha Espanha. Também, o Festival do Butelo e das Casulas e a Festa da História foram um sucesso, assim como a Banca na Praça, que durante os meses de verão contou com a presença de expositores e produtores na Praça da Sé.

No final do ano “Bragança, Terra Natal e de Sonhos” deu mais vida ao Centro Histórico.

Com estas iniciativas o Centro Histórico revitalizou-se. A cidade animou-se. Os brigantinos sentiram orgulho. O turismo, principalmente o de proveniência espanhola, cresceu e a economia local acompanhou esse desempenho.

No quarto e último pilar, destacamos a criação da Área de Reabilitação Urbana, com 64 ha, que permitirá revitalizar o Centro Histórico, criando novas dinâmicas de população e atividade económica para esse espaço polarizador e estruturante da cidade.

Ao nível financeiro e de um modo sintetizado refira-se os principais resultados:

- O Município de Bragança apresenta uma taxa de execução do orçamento da receita, em termos de cobrança líquida, face às dotações corrigidas de 92,58%;
- As receitas (brutas) de capital e correntes obtiveram uma execução sobre as previsões corrigidas de 47,54% e 105,19%, respetivamente;
- O acréscimo da receita corrente de 4,04%, ou seja, cerca de 1,06 milhões de euros, face ao ano de 2013;
- A receita de capital, inferior em 71,77% relativamente a 2013, ou seja, cerca de 7 milhões de euros, fundamentalmente com origem na variação negativa das transferências de capital (FEF de capital e apoios comunitários);
- As despesas de capital e correntes obtiveram uma execução sobre as dotações corrigidas de 71,83% e 82,76%, respetivamente;
- As despesas realizadas com pessoal atingiram cerca de 6,7 milhões de euros, representando um aumento face a 2013 de 1,18%, ou seja, de 80 mil euros. As despesas com pessoal representam 33,75% das despesas correntes e 25,76% das despesas totais;
- As despesas com a aquisição de bens e serviços aumentaram 2,54% comparativamente a 2013, ou seja, de 0,28 milhões de euros;
- Os juros e outros encargos decresceram, face a 2013, 4,93% (i.e. cerca de 8 mil euros), respetivamente;
- Os passivos financeiros revelam um aumento, comparativamente a 2013, de 62,51%, ou seja, cerca de 0,57 milhões de euros, justificados pela

necessidade da assunção pelo Município dos passivos financeiros da liquidação da empresa MMB – Mercado Municipal de Bragança, E.M.M;

— Constatou-se que as receitas correntes superaram em 7,5 milhões de euros as despesas correntes, suportando a totalidade do investimento;

— A concretização de um prazo médio de pagamento a fornecedores de 32 dias, objetivo proposto e atingido.

— A redução da dívida a terceiros, relativamente a 2013, em 10,47%, ou seja, em 1,2 milhões de euros. Em 31.12.2014 a dívida de médio e longo prazos fixou-se em 6,7 milhões de euros e a dívida de curto prazo fixou-se em 3,8 milhões de euros (-34,92 % face a 2013). Sem o efeito da incorporação do Fundo de Apoio Municipal a redução global da dívida a terceiros seria de 23,30%;

— O cumprimento do limite da dívida face ao imposto pela lei em vigor, com uma margem disponível de 8,3 milhões de euros;

— Em termos patrimoniais, o Balanço da autarquia sofreu um incremento global de 12,1 milhões de euros, ou seja, de 5,79% face a 2013;

— O resultado líquido do exercício económico de 2014 é de 2,45 milhões de euros;

Por último deixo uma palavra de reconhecimento a todos os colaboradores e dirigentes do Município pela atitude de elevado sentido de responsabilidade manifestada, assim como a todos os agentes que interagem com esta instituição: Presidentes de Junta/União de Freguesias, elementos essenciais no processo de desenvolvimento do Concelho, sempre com uma atitude positiva na defesa dos reais interesses das populações; Instituições com as quais mantivemos uma relação de proximidade; prestadores de serviços e fornecedores de bens; e empresas.”

Após a apresentação, o Sr. Presidente, colocou o assunto à discussão e votação.

Intervenção do Sr. Vereador, Humberto Rocha

“Existe um ou outro ponto que reconheço haver uma evolução positiva, nomeadamente no Turismo com um aumento de 11,08%, não é muito evidente este

acréscimo, mas é um sector que com trabalho contínuo acabará por dar os seus frutos na promoção deste Concelho.

Na área social também foram tomadas algumas medidas positivas, contudo ainda fica aquém do esperado.

É um documento político que é da responsabilidade de quem tem o poder da gestão e reflete a sensibilidade da maioria do Executivo que não coincide com a minha.

O meu pensamento sobre todos os documentos, está refletido no seguinte parágrafo extraído do documento em apreciação:

“Sendo o Orçamento Municipal um culminar do processo político que formaliza a maior parte das opções decididas pela organização, a informação sobre a execução orçamental expressa, de forma sucinta, a sua concretização com o inicialmente planeado.”

Da minha apreciação global, reflete uma perspetiva de gestão diferente da que eu defendo para este Município, pelo que em consciência não chega para dar o meu aval.”

Intervenção dos Srs. Vereadores, Victor Pereira e André Novo

“Após uma leitura breve, o mais atenta possível, já que foi a manifesta falta de tempo para preparar tão responsável tarefa que constitui a análise do Relatório e Contas 2014, concluímos o seguinte:

Na apresentação inicial de alguns pressupostos, em jeito de preâmbulo, do relatório, são mencionadas algumas posições do executivo municipal, que urge rebater, dado que constituem nacos de prosa para incautos e eventualmente munícipes distraídos com que, necessariamente, temos de discordar.

Começando pelo ambiente, é por demais evidente a ausência de políticas de preservação e sensibilização, repercutidas no relacionamento inexistente e despreocupado com o Parque Natural de Montesinho, que fazem com que tenhamos a outrora joia da coroa completamente deixada ao abandono e que acarreta sérios reveses na atração de turistas, no desenvolvimento sustentável do concelho e na indignação cada vez maior dos naturais e habitantes desta zona protegida.

No trabalho para e com a comunidade é por demais evidente a despreocupação que este executivo tem revelado com o aumento cada vez maior da carga fiscal (IMI), o aumento do tarifário dos resíduos e da água e a ausência de uma política de apoio social séria e não de apoios pontuais aos carenciados.

No que diz respeito à valorização dos colaboradores, não deixam de ser caricatas as afirmações contidas no documento, quando assistimos a uma desmotivação e a um desânimo do pessoal, com a ausência de orientações e estratégias concertadas para a prossecução de objetivos bem definidos.

No setor da educação, se retirarmos as transferências do orçamento de estado para apoiar as atividades e as despesas no pré-escolar e ensino básico, são confrangedoras as verbas despendidas no orçamento da despesa para este setor. Aliás, a reprovação das propostas feitas pelos vereadores eleitos pelo Partido Socialista no âmbito das férias desportivas, para apoiar alunos carenciados e de débil condição social, denotam bem a preocupação que este executivo tem para com os mais desfavorecidos.

A nível do apoio social, praticamente limitado ao expediente decorrente do dia-a-dia, não se vislumbra qualquer política séria de intervenção numa época de emergência social com pessoas com graves carências de toda a índole, crianças com fome, aumento do abandono escolar e uma cada vez maior pobreza envergonhada associada a um desemprego galopante.

Este apoio, nas freguesias rurais, limita-se a apoios eleitoralistas, de reabilitação de escassos imóveis e a uma festa anual, encontro de gerações, importante, mas manifestamente pouco, para um trabalho gigantesco que urge fazer neste campo.

No capítulo das águas, o relator esqueceu-se de mencionar o aumento brutal da fatura da água para os munícipes da cidade de Bragança, fruto da atualização do tarifário, indo de encontro ao aconselhado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Ainda neste âmbito é de realçar a ausência de qualquer lançamento de novas redes de saneamento, limitando-se a relatar os projetos e infraestruturas herdadas dos mandatos anteriores.

No documento não se vislumbra um plano de sensibilização e defesa da floresta e de combate aos fogos florestais, como foi sugerido pelos vereadores eleitos pelo PS, limitando-se ao envio aos Srs. Presidentes de Junta de dois folhetos para afixarem em locais de estilo e de dois *spots* na comunicação social local.

Não vislumbramos também um plano de limpeza de caminhos e aceiros, limitando-se a um pagamento de 3000 litros de gasóleo em zona restrita em colaboração com o ICNF.

No serviço veterinário, a organização da 17.^a edição do concurso concelhio de bovinos da raça mirandesa, a única iniciativa neste setor justifica, pelos vistos, a infraestrutura do espaço das raças autóctones na envolvente do estádio municipal.

No desporto e juventude, em todo o enunciado, não se refere a necessidade de novas infraestruturas, nomeadamente um pavilhão polivalente para os mais diversos fins.

Finalmente, uma palavra para a reabilitação urbana. Apoiamos a iniciativa, como já referimos no plano e orçamento mas, no entanto, estaremos atentos à evolução do plano e à eficácia das medidas.

Em relação às contas propriamente ditas, nota-se o aumento das receitas do IMI e IRS, continuando os brigantinos a pagar a fatura de uma péssima política fiscal deste executivo, sem uma estratégia séria de abaixamento de impostos.

Verificamos ainda o aumento da receita de bens e serviços, onde se incluem a água e resíduos, que apesar do menor número de fogos habitáveis e um menor número de pessoas a consumir, pelo facto de um número significativo de brigantinos terem de emigrar, os montantes subiram, o que prova o elevado preço a que os municípios estão sujeitos.

No domínio da despesa, o aumento em 2,54% na aquisição de bens e serviços, contrariando a evolução até 2012-2013, vem dar razão ao Partido Socialista que, em tempo oportuno, alertou para a construção desenfreada de infraestruturas com utilidade duvidosa e que passaram a constituir despesas significativas para o município no tocante à sua manutenção.

Uma nota para a rubrica transferência correntes para as freguesias, no valor de 55.587,00 euros, verba insignificante que é reveladora da conceção que este

executivo tem do poder local, manifestando uma visão centralizadora do exercício do poder bem patente na ainda não transferência de competências para as juntas de freguesia e respetivas verbas de apoio.

Em relação ao endividamento, continua a causar-nos muita preocupação a dívida à ATMAD, no valor de 3.104.727,30 euros, bem como os hipotéticos montantes recorrentes dos processos judiciais que estão a decorrer e que a serem desfavoráveis para o município, podem importar em alguns milhões de euros que o município poderá ter de desembolsar e que poderão colocar em perigo o equilíbrio financeiro que agora existe.

A baixa execução orçamental revela ausência de projetos, já por nós apontada, indiciando falta de visão estratégica e de visão para o futuro. Este facto afeta as funções sociais e económicas das grandes opções do plano. O facto de transitarem para o ano de 2015 4.978.500 euros revela o imobilismo e o definhar que se nota em todo o concelho, nomeadamente na cidade, fruto da falta de ideias, da concretização de projetos, de uma linha de rumo de que este executivo liderado pelo PSD padece. Ou então poderemos tirar a conclusão de que se estão a resguardar para os últimos dois anos de mandato, “fabricando” um orçamento plurianual eleitoralista que lhes permita um hipotético êxito eleitoral, não se preocupando minimamente com o bem-estar dos brigantinos, com os seus anseios ou com as suas dificuldades.

Aliás, esta execução só não é mais baixa porque o orçamento de 2014 aprovado em Assembleia Municipal foi adulterado pela revisão orçamental efetuada em reunião de câmara de 31/12/2014, revisão essa que na nossa opinião é manifestamente ilegal, e por isso votámos contra, usurpando, também na nossa opinião, os poderes da Assembleia Municipal, em que foram retiradas às receitas e às despesas de capital, cerca de 1 milhão e 600 mil euros e que constituem motivos mais que suficientes para votarmos contra este documento de prestação de contas que, e mais uma vez na nossa opinião, não refletem toda a atividade da Câmara Municipal de Bragança.”

Intervenção do Sr. Vereador, Paulo Xavier

“Toda a intervenção do Partido Socialista, não tem qualquer tipo de fundamentação. O que assistimos na realidade é o fascínio retórico.

Por isso a nossa política, reafirmo qua o executivo tem um compromisso de verdade com Bragança, de determinação, de honestidade e de trabalho.”

Após análise e discussão, foi deliberado, com quatro votos a favor, dos Srs., Presidente e Vereadores, Paulo Xavier, Cristina Figueiredo e Gilberto Baptista, e três votos contra, dos Srs. Vereadores, Victor Pereira, Humberto Rocha, e André Novo, aprovar o Documento de Prestação de Contas relativo ao ano de exercício de 2014, bem como aprovar a proposta da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.

Mais foi deliberado, por unanimidade, e nos termos propostos, submeter os Documentos de Prestação de Contas para apreciação da Assembleia Municipal e a proposta da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2014, para aprovação daquele Órgão.

Declaração de voto do Sr. Vereador, Paulo Xavier

“Voto a favor, porque os Documentos de Prestação de Contas ora apresentados, relativos ao ano de 2014, preparados de acordo com o legalmente previsto, pautados pelo rigor na sua preparação, evidenciam clareza e representam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município de Bragança.

Refletem ainda, de forma adequada, quer na vertente orçamental, económica ou patrimonial, as prioridades traçadas para a gestão municipal no ano de 2014.”

Declaração de voto do Sr. Presidente

“Voto favoravelmente por todas as razões que enunciei na minha apresentação e porque aquilo que foi realizado ao longo do ano de 2014 foi um conjunto de iniciativas e atividades que vão no sentido de respostas às intenções programáticas apresentadas no ano de 2013, às quais estamos a responder de forma efetiva e verdadeira.

Mais acrescento que “nacos de prosa para incautos” é aquilo que os Senhores Vereadores do Partido Socialista fizeram na sua intervenção, desvirtuando completamente a realidade e induzindo as pessoas em erro, numa atitude absolutamente demagógica e enganadora.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 22 de abril de 2015.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – Anexo I
RELATÓRIO E CONTAS 2014”

----- **O Sr. Presidente da Câmara**, como esclarecimentos adicionais, apresentou, em power point, uma pequena síntese, dizendo que resultava de um trabalho de todos os Serviços, que era muito objetivo, e que retratava as ações que ocorreram no ano de 2014, em cada Unidade Orgânica do Município de Bragança, e que, pelo lado das contas, que elas refletiam, fielmente, a tradução numérica das ações ocorridas à luz do POCAL, sendo auditadas e certificadas pela equipa de auditores contratada para o efeito.

----- Que, dado tratar-se de um documento eminentemente técnico, evidenciaria alguns dados, e que estaria disponível para responder às questões que lhe fossem colocadas.



Apresentação de resultados 2014

Apresentação de Resultados



Volume de Receitas: 30,30 milhões €

Volume de Despesas: 26,06 milhões €

Execução do orçamento da receita: 92,58%

Resultado Líquido: 2,45 milhões €

Prazo médio de pagamentos: 32 dias

Redução de Dívida: 1,23 milhões € (10,47%). Sem o efeito do Fundo Apoio Municipal seria de 2,73 milhões € (23,20%)

30

----- Referiu que este prazo médio de pagamentos, 32 dias, era uma meta importante e ambiciosa, porque, normalmente, as faturas não chegavam ao Município no dia em que eram emitidas, e lamentavelmente tinham que considerar, para aquele cálculo, o prazo em que a fatura era emitida e não aquele em que entrava no Município, e era paga a partir daí, caso contrário estariam a falar de um prazo muito mais curto.

Apresentação de Resultados



REFORÇAMOS

o resultado líquido

AUMENTAMOS

o património municipal

CUMPRIMOS

um Prazo Médio de Pagamentos próximo dos 30 dias

31

REDUZIMOS

o endividamento global

FORTALECEMOS

a estrutura de capitais

por via da execução rigorosa de programas de melhoria e eficiência, mantendo a qualidade dos serviços prestados e a prossecução da Missão da Instituição: “Assegurar a melhor qualidade de vida à população”.

32

CONCRETIZAMOS

progressos relevantes

nos 4 vetores fundamentais da estratégia definida pelo Executivo, com ações inovadoras, sustentáveis e de desenvolvimento integrado, através do diálogo e proximidade com todos os agentes económicos, sempre com **as pessoas no centro da nossa atuação**.

33

MANTIVEMOS

o nossa elevada responsabilidade social

Valorizando os colaboradores, construindo um modelo de desenvolvimento sustentável, trabalhando com e para a comunidade, com responsabilidade e confiança.

34



Fim

----- Inscreveu-se, para pedido de esclarecimento, o Membro Bruno Veloso. ...

----- **Bruno Veloso** – Referiu que o início do documento era tudo menos técnico, pois tinha várias apreciações políticas e de opção.

----- Quanto aos valores apresentados, relativamente à receita, dado que o orçamento previa uma receita de trinta e três milhões, e, apresentando, naquele momento, um valor de trinta milhões, sendo a diferença percentual de 10% e não de 92%, disse que gostava de saber em que é que se tinha baseado aquele erro.

----- **O Sr. Presidente da Câmara respondeu à questão colocada**, esclarecendo a diferença da previsão da receita, dos três milhões, tinha a ver com a arrecadação da venda de bens de capital, e que não conseguiram concretizar, mas que como havia possibilidade legal de se fazerem alterações e revisões, era possível fazer aquilo.

----- **Bruno Veloso** – Agradeceu ao Sr. Presidente, pelo esclarecimento, e disse que ficou muito contente que, um ano depois, viesse dar razão ao PS, porque, o ano passado, o Sr. Presidente tinha, ali, reafirmado, que eram absolutamente fabulosos os valores que lhes traziam, relativamente à venda de imóveis, tendo-lhe sido dito que aqueles valores nunca iriam ser conseguidos, que não tinham fundamento nenhum estarem lá, e que, a prova disso, era aquilo que o Sr. Presidente, naquele momento, esclareceu.

----- **Não havendo mais pedidos de esclarecimento passou-se para o pedido de intervenções, sobre esta proposta da CMB.**.....

----- **Amândio Gomes – Apresentou, por escrito, o seguinte:**

----- “Em cumprimento do estabelecido no artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para que esta Assembleia Municipal possa apreciar, discutir e votar o Relatório e Contas do Município de Bragança, relativas ao exercício do ano de 2014, o Sr. Presidente da Câmara fez-nos hoje o resumo do conteúdo dos documentos de prestação de contas relativas ao ano acima referido, bem como da proposta de aplicação de resultados e prestou os esclarecimentos que lhe foram solicitados.

----- Os referidos documentos foram elaborados de harmonia com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, em vigor, e remetidas a todos os membros desta Assembleia Municipal.....

----- Assim, e porque todos nós tivemos oportunidade de os estudar em pormenor, não tenho o direito de maçar Vs. Ex.ªs com a repetição exaustiva do seu conteúdo, o qual reflete em termos económicos e financeiros a política seguida por um Executivo empenhado em promover a satisfação das necessidades e o bem comum dos seus

municípios, através da implementação de ações conducentes à modernização da gestão, organização interna e relacionamento com o cidadão; à coesão social; ao desenvolvimento económico e à reabilitação urbana......

----- Contudo, penso que convirá destacar as ações mais relevantes levadas a efeito pelo Executivo presidido pelo Sr. Dr. Hernâni Dias.

----- O Executivo Municipal cumpriu, com o máximo rigor, o Plano de Atividades e orçamento relativo ao ano findo.

----- Perante a análise orçamental elaborada por Auditor Externo podemos concluir que o grau da execução da despesa se encontra afetado pela execução das despesas de capital, dado que algumas empreitadas sofreram atrasos cuja responsabilidade não pode ser imputada ao Executivo Camarário, mas sim aos respetivos empreiteiros.

----- Mesmo assim e apesar da execução da despesa se apresentar um pouco superior à verificada no ano de 2013 ela fica muito próximo dos 80%, o que é bastante bom, *considerando o grau de execução de diversos municípios do País*.

----- No que à receita concerne verifica-se que, na globalidade, o grau de execução superou o de 2013, embora as transferências efetivamente recebidas não tenham atingido o volume esperado, dado que algumas verbas esperadas do FEF não chegaram....

----- Estes indicadores demonstram a capacidade de o Município liquidar atempadamente os seus compromissos.

----- O prazo médio do pagamento a fornecedores é, *como aqui foi dito*, de 32 dias, *acontece em poucas autarquias*

----- Relativamente à análise económica destaca-se que o resultado líquido do exercício em apreço ascende a 2 445 598,55 € montante superior ao verificado em 2013, o qual contribuiu para o reforço dos fundos próprios do município.

----- Em termos patrimoniais, *verifica-se que o nosso património* sofreu um incremento da ordem dos 12.1 milhões de euros.

----- O valor global das dívidas a terceiros é inferior a 10,47% ao verificado no ano anterior, cumpre em pleno o limite do endividamento total previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e deixa à Autarquia uma margem de endividamento futuro bastante folgada (na ordem dos 8 milhões de euros).

----- Esta é a realidade comprovada pelos documentos em pareço, os quais demonstram a capacidade de ainda fazermos mais e melhor em prol de um Concelho mais justo, mais solidário, mais inovador e inteligente.

----- Porque o Executivo atingiu os objetivos a que se propõe, o PSD vai aprovar as contas e relatório do Município relativos ao ano de 2014.”.....

----- **Henrique Ferreira – Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “O Documento que, a partir de agora, designaremos por RACGE, é um documento bonito, bem apresentado e com muito conteúdo. Aguenta-se bem de pé (o meu já não). Outros, ao contrário, contêm lapsos de escrita importantes, que convém corrigir porque comprometem a compreensão e o rigor das contas. Ex., p. 1 da certidão da CMB e ainda o que refere à aplicação do resultado líquido do exercício financeiro.....

----- Na análise considerámos todos os documentos: suporte à decisão do Conselho de Vereadores, RACGE e Relatórios do auditor externo.....

----- Síntese nas páginas 4 e 5 da proposta apresentada à reunião de Câmara para discussão e deliberação sobre o RACGE.

----- Desencontro entre alguns números dos diferentes documentos. Há desencontros entre números nos três documentos, assim como de ponderações que sobre eles são feitas. Por exemplo, entre o relatório do auditor externo e o texto da apresentação ao Conselho de Vereadores da CMB pelo respectivo Presidente. São apenas centenas de milhares de euros mas não deixa de ser importante.

----- O Relatório de actividades apresenta-se como uma boa descrição das actividades do município, durante o ano de 2104 e, sobretudo, da sua execução orçamental, prejudicada sobretudo, pela desorganização do Estado Português que, na transição entre governos, neste caso o autárquico, deixa a tesouraria do Estado em estado de penúria e, por isso, sem dinheiro para obras de transição entre mandatos, e também pela juventude e inexperiência do Executivo Municipal.

----- A Execução orçamental ressentem-se muito disso, com um desvio negativo de quase sete milhões de euros na arrecadação de fundos para investimentos de capital. Em contrapartida, os dois irmãos desavindos aqui representados (Coligação e PS) garantiram um aumento de 900% das receitas de IMI, em relação a 1997, e, só pelas leis de 2003 e de 2008, de 500% em relação a 2002. Isto para calarem as respectivas clientelas autárquicas. E só de 2013 para 2014, mais 22%, ou seja, 800.000 euros.....

----- Há aspectos em que a execução orçamental está em linha com as anteriores: boa arrecadação de receitas correntes, razoável disponibilidade destas para socorrer a outras despesas, despesa de pessoal controlada, relação despesas de pessoal/despesas correntes de 33,7%, já um pouco acima do limiar de excelência, que é 25%, relação despesas correntes/receitas correntes em 82,5%, acima do referencial de excelência, de 75%, e boa saúde financeira do município em termos do serviço da dívida (6,7 milhões em 15 milhões possíveis, cf. pp. 133-134), dos activos líquidos e dos fundos próprios embora, em relação a estes, seja de considerar o escrito no ponto 7 do Relatório da Certificação Legal das Contas. Regista-se também a dotação da unidade orgânica Educação, Cultura e Acção Social, com 2,6 milhões de euros. Além disso, também a estrutura de rácios relativamente aos resultados é abonadora da recomendação do município de Bragança.

----- Porém, também há aspectos negativos: relação receitas correntes/receitas globais na percentagem de 95%, o que constitui o principal indicador negativo desta execução orçamental, o qual, numa excelente execução deveria andar pelos 50%. Em consequência, também a relação despesas correntes/despesas globais sobe aos 78,78%, ultrapassando em 18,78 pontos o limite legal e em 28,78 o limite da excelência. E ainda que, face à não entrada de fundos de capital, a *ratio* receitas próprias/receitas totais, é agora de 50%, o que significa um Orçamento baseado essencialmente em receitas correntes. Além disso, e reportando-nos ao Quadro da p. 127 do RACGE, não se entende como é que, não se tratando de despesas de amortização e juros, e havendo disponibilidade financeira de 32,624 milhões, só se pagou uma despesa de 26,061 milhões, fazendo transitar um saldo de 6,5 milhões, que anula a bondade dos 7 milhões que sobraram das receitas correntes. **Estes dois aspectos constituem um enorme ponto de interrogação sobre o Documento, que carece ser esclarecido.** Não aceitamos a miserabilidade das transferências de receitas correntes para as freguesias, em 2014 (24.877 euros, cf p. 120). A não tratar-se de lapso, julgamos o caso inaceitável e revelador da centralização reinante na Administração Municipal, em Portugal, e por nós denunciada na intervenção comemorativa do 25 de Abril. Tanto mais que para o conceito diáfano de *Instituições Sem Fins Lucrativos*, as transferências atingem 758 mil euros. Já as transferências de receitas de capital para as mesmas freguesias nos parecem aceitáveis, atingindo um milhão e trinta e oito mil euros.

----- Quanto ao Relatório de Actividades, regista-se que ele está em linha com os anteriores, do anterior executivo, no que respeita às receitas e despesas correntes e às actividades de educação, dinamização cultural e desportiva e saúde, continuando e até incrementando a maior parte dos programas mas inova no que respeita à acção social, regulamentando programas e intervindo em situações de carência alimentar, familiar e social. Julgamos importante sublinhar o esforço pelo trabalho interinstitucional em rede e uma maior abertura para a discussão, para a participação e para o acordo social (desconhecemos a palavra consenso em termos teórico-empíricos). Sublinhamos ainda a nova imagem que este Executivo deu ao Relatório de Actividades, tornando-o num documento não apenas de relatório sobre a execução mas também estratégico, sobre a orientação.

----- Para terminar, julgamos serem necessárias duas reflexões: a primeira, tem a ver com os transportes públicos. Talvez não se justifique andarem a circular viaturas tão pesadas e tão caras para transportar tão pouca gente, sobretudo a horas não coincidentes com os fluxos escolares. Poderá mesmo justificar-se uma reformulação da rede de transportes face aos elevados custos que ela apresenta. A segunda reflexão tem a ver com o volume das despesas em material e sistemas informáticos. A Conta de Gerência de 2015 trar-nos-á com certeza a necessidade dessa reflexão dado o seu volume de despesa, conforme o PAO para 2015, e que constitui nele a maior fatia do investimento. Apesar de ser uma área nova, há que encontrar racionalidades que permitam poupanças.....

----- Face ao que fica dito, **iremos abster-nos na votação** do Plano de Actividades, pelos seus aspectos positivos, embora a Conta de Gerência evidencie lacunas em termos de alguns indicadores de desempenho e utilização de dinheiros. Por ex., há um excedente de 6 milhões e 187 mil euros, mas a explicação que é dada, nos parágrafos 2 e 3 da Informação ao Conselho de Vereadores para a sua utilização, é incoerente.”.....

----- **Bruno Veloso** – Referiu que, presentemente, existiam outros dados que os fariam votar de uma forma diferente da do ano passado, tendo já os Srs. Vereadores tomado aquela posição na Câmara Municipal.

----- Relativamente à parte política do documento, disse que a receita de capital, relativamente a 2013, tinha sofrido um decréscimo de sete milhões de euros, pela origem da variação negativa das transferências de capital do FEF, que existiam

responsabilidades políticas por parte do Estado, para que o Orçamento de Estado tivesse transferido menos verbas, e, por isso, menos sete milhões de euros no Orçamento da Câmara.

----- Quanto às aquisições de bens disse que gostava que se utilizassem as mesmas métricas, e que achava interessante quando se dizia que a aquisição de bens cresceu 0,28 milhões, porque 0,28 milhões eram exatamente 280 mil euros; como, quando se dizia que os passivos aumentaram 0,57 milhões e que se devia à extinção do Mercado Municipal, que também era importante serem claros e que se dissesse que o custo do Mercado Municipal rondou os 570 mil euros.

----- Que a conta refletia um aumento nas receitas, relativamente ao IMI e ao IRS, sendo a baixa uma redução irrisória, e atendendo a que as receitas tinham aumentado entendiam que a Autarquia teria margem para aliviar os bolsos dos cidadãos de Bragança.

----- Quanto àquilo que tinha a ver com o passivo, que os preocupava o passivo do contencioso, que rondava os 12 milhões de euros, sendo que 3 milhões e tal correspondiam a um só processo litigioso com as Águas de Trás-os-Montes, e que podia trazer, no futuro, alguns dissabores à tal salubridade das contas da Autarquia....

----- Relativamente ao Consórcio da Economia Cívica, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara em que é que se baseava aquele Consórcio, quais eram as entidades e empresas que iam colaborar, e o que é que a Autarquia pretendia “ lucrar ” com aquela questão.....

----- **Francisco Pinheiro** – Relativamente ao Relatório e Contas de 2014, fez as seguintes observações:

----- Surgiram-lhe algumas dúvidas, entre as quais, qual era o número de trabalhadores da Câmara Municipal de Bragança, porque numa página está um número, noutra está outro número.....

----- Relativamente à Educação, que, pelos números que estão no relatório, entre 2012 e 2014, a CM gastou menos 11% na generalização das refeições; nos suplementos alimentares a Câmara reduziu 28%; na atribuição de manuais escolares, de 2013 para 2014, baixou em 13%, não se justificando a variação, porque na generalização das refeições, em 2013, que foram abrangidos 1163 alunos e em 2014 - 1157, sendo que uma diferença de 6 alunos dava uma diferença de 11% nos encargos da CM, pelo que gostava que a Câmara municipal pudesse justificar a razão

pela qual aqueles números do texto não estavam de acordo com o que estava nos quadros.....

----- Relativamente à área do ambiente salientou a entrevista que o Sr. Presidente da Câmara tinha dado, em que tinha referido que ainda existiam 27 aldeias sem saneamento, mas que 92% da população estava servida pelo sistema de recolha e tratamento de águas residuais.....

----- Quanto aos resíduos sólidos, desde 2010 até 2014, disse que houve uma redução de 9% na recolha, e que não viu, nas contas da Autarquia, a equivalente redução nos encargos com a recolha dos resíduos sólidos, pretendendo uma explicação relativamente ao que se pagou em 2010 e em 2014, considerando que a recolha, em toneladas, foi 9% inferior.

----- Referiu que também há aspectos positivos, salientando as telecomunicações, as quais desceram consideravelmente, sendo aquele um aspeto de gestão rigorosa. ..

----- Quanto ao consumo de energia disse que subiu 13%, mesmo com as alterações que fizeram na rede elétrica, substituindo as lâmpadas antigas por lâmpadas LED, mas que o consumo de energia subiu nas escolas, sendo possível existir um explicação para aquele aumento.

----- Quanto ao consumo com as bombas de captação ou elevação de água, referiu que existia um erro, porque quando referiam que baixou, pela boa gestão da empresa privada que faz o serviço, os números que constavam no documento diziam o contrário, dado que em 2013 se tinha pago 48 mil e em 2014 - 52 mil.

----- Disse, ainda, relativamente a este assunto, que já tinha ali falado num contrato de 2,5 milhões de euros, e que, à posteriori, lhe responderam que era um contrato a cinco anos, que era um investimento muito grande, e que as empresas tinham que ter uma garantia de que iam receber durante alguns anos, para conseguirem recuperar o investimento, e que, presentemente, aquele contrato tinha sido assinado só por um ano. Que não sabia qual era a política, se já tinham o investimento pago e a Câmara ficaria só a pagar uma renda; que havia meio ano, o argumento do contrato de cinco anos era o investimento inicial, e que, naquele momento, tinham passado de um contrato de cinco anos para um contrato anual, para fazer o mesmo serviço!.....

----- Relativamente à evolução do património do Município, referiu que é bom, mas que deveria ter sido mais cuidada, e que tinha que se ter em conta o pagamento da manutenção e exploração do património, em termos de futuro.....

----- Referiu-se às três centrais hidroelétricas dizendo que, em 2010, produziam um milhão de euros, e que, em 2014, só produziram 800 mil euros, tendo havido uma diminuição de 20% nas receitas da Câmara na produção de energia.....

----- Em relação à diminuição de 33% dos passageiros nos STUB's, de 2011 para 2014, referiu que a mesma poderia estar relacionada com os contratos com as empresas privadas de transporte de passageiros.....

----- Relativamente à reabilitação urbana, também referiu que, na altura, tinha chamado à atenção, e esperava não ter razão, que a inclusão de determinados edifícios, com meia dúzia de anos, pudesse vir a desvirtuar aquele programa, e os fundos disponíveis fossem utilizados em edifícios recentes e não em edifícios que necessitassem.....

----- Acerca da coleta de impostos diretos, que todos os anos apresentavam como sendo uma baixa de IMI, e que, de 2012 a 2014, tinha aumentado em 23%, por parte da CM, e não lhe parecia correto que continuassem a acenar com a bandeira da baixa do IMI, quando cobravam mais um milhão de euros do que cobravam, quando entraram para o Município.....

----- Quanto às receitas de capital, que a execução estava explicada, que não havendo obras não havia financiamento, havendo baixa na taxa de execução.....

----- Quanto às despesa com o pessoal, referiu que houve uma subida de 13%, de 2012 para 2014, que o quadro se tinha mantido constante, e que, o ano passado, houvera a reposição do corte do ano anterior, sendo possível que os 13% viessem do ano de 2013.....

----- Relativamente à dívida a terceiros referiu que não encontrava uma explicação para os valores apresentados, pelo que pedia explicação sobre o assunto.....

----- Chamou a atenção para o que estava no relatório, relativamente às transferências correntes e de capital, porque o que tinha sido dito, ou ouvido por ele, não coincidia.....

----- **Luís Pires** – Começou por pedir desculpa pela falta de continuidade de presenças na Assembleia, por não ter tido disponibilidade temporal.....

----- Disse que não se revia na abordagem que estava a ser seguida, de forma genérica, ao Relatório de Contas., e que olhava para o documento como sendo uma ferramenta, e que quantas mais ferramentas mais responsabilidades, e que o importante eram as ideias.....

----- Também referiu que muitas das coisas que tinham sido corrigidas pelo Executivo, tinham sido alvo de reflexão, ali, como por exemplo a Feira das Cantarinhas, fazendo ver que as ideias que o PS trazia ali eram válidas e tinham que ser respeitadas.

----- Neste sentido, referiu-se, ainda, aos dois projetos emblemáticos, que era fazer duas rotundas na Avenida Sá Carneiro, uma junto à Central Elétrica e outra junto aos Serviços Sociais do IPB e que tinham sido ali ridicularizadas, mas que, no entanto, o Sr. Presidente tinha percebido que aqueles semáforos não estavam bem ali, e por isso mesmo via já fazer a rotunda em frente aos serviços Sociis do IPB.

----- Insistiu na necessidade de se criarem estruturas e condições para que os vindouros se fixassem cá.

----- Concluiu referindo que o relatório apresentava as contas certas, como teria que ser, sendo impossível estarem a imiscuir-se em detalhes contabilísticos.

----- **António Malhão** – Saudou o regresso do Sr. Membro Luís Pires, dizendo que o mesmo introduzia uma mais valia, enriquecendo o debate, e que não era pelo facto de, às vezes, haver confronto de ideias, que não deviam valorizar as pessoas, e que falou em aspetos importantes, construtivos.

----- Deu uma nota negativa ao membro Bruno Veloso, pelo facto de ter baixado o nível do debate, no Facebook, quando se dirigiu às intervenções dos Membros da AM, num tom jucoso.

----- Citou a expressão que estava no facebook, dizendo que o que ele tinha referido não era o que estava na dita expressão.

----- Disse, também, que a política se faz com seriedade e lamentou o facto das pessoas estarem a interagir com o facebook e não estarem concentradas naquilo que se passa na reunião.

----- Aconselhou o Sr. Membro Bruno Veloso a consultar o estudo da autoria do Professor Hernâni Lopes, intitulado “ Portugal, desafios nos alvares do século XXI”, na página 156, onde tinha o significado da expressão que ele utilizou.

----- Relativamente ao relatório e contas de 2014, subscreveu e reforçou a apresentação que fez o Dr. Amândio Gomes, a qual definia bem a qualidade do documento, mas que não concordava com a visão negativista que foi trazida por outros Membros.

----- Referiu-se, do mesmo modo, ao bom desempenho financeiro da CMB, refletido no saldo de Gerência.....

----- Sublinhou a regra do equilíbrio orçamental, que impunha que as receitas correntes deveriam, pelo menos, ser iguais às despesas correntes, tendo sido superado o cumprimento daquela regra, foi superado

----- Também sublinhou, vivamente, a capacidade de endividamento do Município. .

----- Terminou dizendo que o Município tinha uma situação económica e financeira que fazia inveja a outros municípios, muitos deles obrigados a recorrer ao FAM, e que aquilo era o coroar e o resultado da boa governação dos sucessivos executivos do PSD.--

----- **Estando concluídas as intervenções, o Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para um esclarecimento adicional.**

----- **Presidente da Câmara – Dirigindo-se ao Sr. Membro Bruno Veloso** disse que a comunidade para a economia cívica, em Bragança, foi constituída com várias entidades de relevância no panorama concelhio, a nível de empresas, instituições públicas, e o objetivo era juntar-se ao consórcio para a economia cívica, que era constituído por algumas entidades bancárias, com a sede em Lisboa, que já tinham aderido várias câmaras municipais, universidades, institutos, e que o objetivo era apresentar candidaturas a fundos comunitários, no sentido de se poder gerir um pacote de 50 milhões de euros. Que aquilo pressupunha iniciativas válidas de intervenção social a todos os níveis, e, por isso, o leque de entidades presentes era tão vasto.

----- **Respondendo ao Membro Francisco Pinheiro**, relativamente à produção de energia, esclareceu que a razão da mesma ter baixado foi porque houve menos água para turbinar e que, a CM não podia controlar as condições climatéricas.....

----- Quanto aos transportes, informou também que, desde o início em que se assumiu aquela responsabilidade de transportes em Bragança, o sistema era deficitário, e que continuava a sê-lo, mas que alguns só se lembravam das coisas quando lhe dava jeito, sendo preciso perceber que, se se retirassem os transportes, deixavam de prestar um serviço público.

----- Relativamente ao aumento das despesas com pessoal, disse que se devia à obrigatoriedade de internalização dos trabalhadores que pertenciam ao Mercado Municipal de Bragança e ao Matadouro, desde 2012 a 2014.

-----E, sobre a questão de outros credores, referiu que era dinheiro que o Município tinha de garantias bancárias, por exemplo, de obras, e que, em determinado momento, era obrigado a libertar, aquando da conclusão das obras, estando de acordo com aquilo que tinham sido os cadernos de encargos.....

-----**Após análise e discussão, foi a proposta em discussão submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com dez votos contra, seis abstenções e quarenta e nove votos a favor, estando, momentaneamente, sessenta e cinco membros presentes.....**

-----**Fizeram declaração de voto os seguintes Membros: Francisco Pinheiro, Bruno Veloso, Henrique Ferreira e Amândio Gomes.....**

-----**Francisco Pinheiro** – “O CDS votou favoravelmente este Relatório e Contas porque, apesar de todas aquelas notas que eu aqui transmiti, e é a forma de estar na política, aquilo que nós julgamos que pode ser melhorado, nós gostamos de chamara atenção para isso, e, por vezes, podemos fazer alguma observação que não tenha cabimento, por isso é que existe uma Assembleia Municipal, onde as pessoas falam e são esclarecidos aqueles pontos em que, por alguma razão, não estejam esclarecidos, é isso que nós estamos aqui a fazer, e o CDS não está aqui em contrapoder, quer esteja na oposição, seja PDS, seja PS, seja CDU, seja MSP, portanto estamos aqui de uma forma sempre positiva e vendo sempre o copo a meio, e esperando que o copo encha. ..

-----Todas estas observações que aqui faço, às vezes o tom pode não ser aquele que esperam, mas é o tom que eu utilizo de acordo com a situação que julgo ser o apropriado, e, portanto, o que queremos, sempre, é melhorar a atividade do Executivo, seja ele liderado por quem for, e não perseguimos ninguém, apenas damos o nosso contributo para esclarecer alguns assuntos e alertar para outros, que, apesar de ser natural, como o aumento da despesa ser uma coisa natural, mas convém alertar para o aumento, quase exponencial, das despesas com infraestruturas, por exemplo.”...

-----**Bruno Veloso** – “Naturalmente o PS votou contra, e votou contra, essencialmente por um motivo. Esta Assembleia aprovou o Orçamento do ano passado, que, entretanto, no dia 31 de dezembro de 2014 aprovou, em Reunião de

Câmara, uma revisão orçamental, em que foram retiradas às receitas e às despesas de capital, 1.600.000.€, procedimento este feito no fim do ano, em sede de Câmara Municipal. Tratou-se de uma revisão, nada mais serve para subir a execução do orçamento, e, de alguma forma, politicamente, trabalhar os números, para sermos mais concretos. E, também, do nosso ponto de vista, esta revisão orçamental enferma de legalidade duvidosa, uma vez que entendemos que a mesma deveria necessitar de uma alteração orçamental, que seria da competência da Assembleia. Aliás, alteração essa, ou revisão essa, que, a não ser pelas atas públicas, julgo eu que a própria Assembleia não foi informada, mas, julgo eu que isso deveria ser um assunto que era da competência da AM e não uma Revisão Orçamental e, portanto, competência da Câmara. “

-----**Henrique Ferreira** – “Abstivemo-nos pelas razões que anunciámos à nossa intervenção, embora gostássemos de poder votar a favor, mas não foi possível. “

-----**Amândio Gomes** – “O PSD votou favoravelmente os documentos que nos foram apresentados, porque entendemos que o Executivo atingiu, plenamente, os seus objetivos propostos no Plano de Atividades para o ano que findou. “

PONTO 4.2.2 – Proposta da quinta modificação – primeira revisão ao orçamento municipal da receita, primeira revisão ao orçamento municipal da despesa, primeira revisão ao plano plurianual de investimentos e primeira revisão ao plano de atividades municipal para o ano 2015.....

-----Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“ I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte de abril do ano de dois mil e quinze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha,

Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Baptista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PROPOSTA DA QUINTA MODIFICAÇÃO – PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA RECEITA; PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA DESPESA; PRIMEIRA REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PRIMEIRA REVISÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL PARA O ANO 2015

Pela Divisão de Administração Financeira foi presente a Primeira Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal para o ano de 2015.

As revisões ao Orçamento, ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e ao Plano de Atividades Municipal (PAM) encontram-se previstas no POCAL e executam-se perante situações perfeitamente tipificadas que obedecem a princípios e regras previsionais legalmente aprovadas naquele diploma.

A proposta agora apresentada, de revisão, tem por base:

Na ótica da Receita,

1. A incorporação do Saldo da Gerência relativo ao exercício de 2014 no valor de 4 978 500,00 euros.

Na ótica da Despesa,

1. O reforço/aumento, no montante de 1 137 500,00 euros, da dotação das despesas correntes;

2. A dotação das despesas de capital foi reforçada/aumentada no montante de 4 056 200,00 euros e diminuída no valor de 215 200,00 euros;

Orgânica	Económica	Designação	Aumentos (A)	Diminuições (D)
0102	020201	Encargos de instalações	65.500 €	0 €
0102	020209	Comunicações	50.000 €	0 €
0102	020220	Outros trabalhos especializados	50.000 €	0 €
0102	020225	Outros serviços	50.000 €	0 €
0102	040101	Públicas	14.000 €	0 €
0102	070101	Terrenos	100.000 €	0 €
0102	07010202	Aquisição	100.000 €	0 €
0102	07010203	Reparação e Beneficiação	200.000 €	0 €

0102	08050102	Freguesias	535.000 €	0 €
0102	080701	Instituições sem fins lucrativos	150.000 €	0 €
0103	090802	Sociedades e quase-sociedades não financeiras- públicas	571.200 €	0 €
0103	090805	Administração pública central – Estado	0 €	215.200 €
0301	07010301	Instalações de serviços	600.000 €	0 €
0301	07010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	20.000 €	0 €
0301	07010499	Outros	1.000.000 €	0 €
0301	07011002	Outro	180.000 €	0 €
0301	070115	Outros investimentos	100.000 €	0 €
0301	07030312	Cemitérios	30.000 €	0 €
0302	020225	Outros serviços	80.000 €	0 €
0302	07010602	Outro	165.000 €	0 €
0302	070107	Equipamento de informática (hardware)	125.000 €	0 €
0302	070108	Software informático	25.000 €	0 €
0302	07011002	Outro	5.000 €	0 €
0303	020101	Matérias-primas e subsidiárias	120.000 €	0 €
0303	020202	Limpeza e higiene	200.000 €	0 €
0303	070115	Outros investimentos	70.000 €	0 €
0303	07030307	Captação e distribuição de água	80.000 €	0 €
0501	020225	Outros serviços	500.000 €	0 €
0502	020225	Outros serviços	8.000 €	0 €
Total			5.193.700 €	215.200 €
Total [(A) - (D)]			4.978.500 €	

3. O reforço/aumento, no montante de 3 195 200,00 euros, da dotação afeta a projetos que constam do **Plano Plurianual de Investimentos (PPI)**.

Orgânica	Económica	Plano		Designação	Aumentos	Diminuições
0302	07010602	2002	I 8	Aquisição de equipamento diverso	35.000 €	0 €
0102	070101	2002	I 42	Aquisição de terrenos e imóveis diversos	100.000 €	0 €
0102	07010202	2002	I 42	Aquisição de terrenos e imóveis diversos	100.000 €	0 €
0303	020101	2002	I 90	Remodelação e ampliação da rede de água rural	100.000 €	0 €
0102	07010203	2003	I 2	Conservação de fogos dos bairros de habitação social da Mãe de Água e Coxa	200.000 €	0 €
0301	070115	2003	I 3	Outros estudos e projectos	100.000 €	0 €
0303	020101	2003	I 10	Manutenção da rede viária urbana-sinalização e pintura	20.000 €	0 €

0302	07010602	2006	I	1	Aquisição de viaturas ligeiras	50.000 €	0 €
0302	07011002	2006	I	42	Aquisição de abrigos de passageiros	5.000 €	0 €
0302	07010602	2008	I	3	Aquisição de tractor destroçador e retroescavadora	80.000 €	0 €
0303	07030307	2008	I	9	Remodelação e ampliação da rede de água rural	80.000 €	0 €
0301	07010301	2008	I	22	Remodelação e conservação das instalações municipais	150.000 €	0 €
0301	07010303	2010	I	10	Construção do novo espaço para a feira	20.000 €	0 €
0301	07030312	2010	I	16	Obras de beneficiação nos cemitérios municipais	30.000 €	0 €
0301	07010499	2010	I	19	Zona Industrial das Cantarias - Fase II	1.000.000 €	0 €
0302	020225	2010	I	26	Manutenção de parques de estacionamento	60.000 €	0 €
0301	07010301	2011	I	3	Adaptação de edifício a posto de turismo e espaço memória da presença Sefardita	250.000 €	0 €
0301	07011002	2011	I	3	Adaptação de edifício a posto de turismo e espaço memória da presença Sefardita	180.000 €	0 €
0301	07010301	2015	I	8	Recuperação de edifício para instalação do observatório da interioridade	200.000 €	0 €
0303	070115	2015	I	16	Plano de racionalização dos consumos energéticos (pren) - certificação energética dos edifícios municipais e medidas corretivas	70.000 €	0 €
0302	070107	2015	I	20	Mobilidade inteligente + sustentabilidade no transporte público	125.000 €	0 €
0302	070108	2015	I	20	Mobilidade inteligente + sustentabilidade no transporte público	25.000 €	0 €
0103	090802	2015	I	23	Subscrição/realização das unidades de participação - Fundo de Apoio Municipal	215.200 €	0 €
Total						3.195.200 €	0 €

Neste ponto importa salientar que, em cumprimento das orientações emanadas pelo SATAPOCAL – Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL (Nota explicativa de março de 2015) a inscrição no PPI do ano de 2015 de um projeto/ação relativo à subscrição/realização das unidades de participação a subscrever pelo Município (num total de 1 506 185,25€ a efetuar em 7 anos, ou seja, de 2015 a 2021)

utilizando para o efeito a rubrica da classificação económica 09.08.02 – Unidades de participação/Sociedades e quase sociedades não financeiras/Públicas.

Esta situação já havia sido contemplada em sede de elaboração e aprovação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2015, constando inscrito no Plano de Atividades Municipal (PAM n.º 1/2015 - Realização do Capital Social - Fundo de Apoio Municipal).

Face à orientação expressa, nesta data, pelo SATAPOCAL procedemos às devidas retificações anulando a dotação que constava no PAM n.º 1/2015 - Realização do Capital Social - Fundo de Apoio Municipal, no valor de 215 200,00€ e inscrição de um novo projeto no PPI com o n.º 23/2015 - Subscrição/realização das unidades de participação - Fundo de Apoio Municipal, dotado com o mesmo montante.

4. A dotação das despesas afeta a projetos que constam do **Plano de Atividades Municipal (PAM)** reforçada/aumentada no montante de 755 000,00 euros e diminuída no valor de 215 200,00 euros.

Orgânica	Económica	Plano			Designação	Aumentos (A)	Diminuições (D)
0102	080701	2007	A	6	Apoio à construção e conservação de equipamento de Instituições e Outras do interesse do Concelho	150.000 €	0 €
0102	08050102	2007	A	7	Apoio à construção de centros de convívio (Freguesias)	150.000 €	0 €
0102	08050102	2007	A	14	Apoio à requalificação das ruas e largos nas Aldeias	40.000 €	0 €
0102	08050102	2007	A	15	Apoio na realização de obras de beneficiação em vários cemitérios	45.000 €	0 €
0103	090805	2015	A	1	Realização do Capital Social - Fundo de Apoio Municipal	0 €	215.200 €
0103	090802	2015	A	5	Parque de Ciência e Tecnologia Brigantia Ecopark - Reforço do Fundo Social	356.000 €	0 €
0102	040101	2015	A	6	Apoio à criação da Unidade Domiciliária de Cuidados Paleativos Terra Fria	14.000 €	0 €
Total						755.000 €	215.200 €
Total [(A) - (D)]						539.800 €	

Face ao anteriormente exposto, o PAM foi diminuído em 215.200,00 euros (associado ao projeto n.º 1/2015 - Realização do Capital Social - Fundo de Apoio

Municipal). Foi ainda inscrito um novo projeto com o n.º 6/2015 - “Apoio à criação da Unidade Domiciliária de Cuidados Paleativos Terra Fria” (rubrica da classificação económica 0102.040101), com a dotação de 14 000,00 euros.

Assim, o Orçamento para o ano Económico de 2015, teve um aumento de 4 978 500,00 euros, quer na Receita quer na Despesa e apresenta um valor total de 42 307 300,00 euros. O PPI teve um aumento de 3 195 200,00 euros passando a dotação global a ser de 14 448 400,00 euros. O PAM teve um acréscimo de 539 800,00 euros passando a dotação global a ser de 2 245 900,00 euros.

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a sua aprovação pela Câmara Municipal, bem como a submissão da referida proposta para aprovação da Assembleia Municipal.

Após análise e discussão, foi deliberado, com quatro votos a favor, dos Srs., Presidente e Vereadores, Paulo Xavier, Cristina Figueiredo e Gilberto Baptista, e três abstenções, dos Srs. Vereadores, Victor Pereira, Humberto Rocha, e André Novo, aprovar a Proposta da Primeira Revisão ao Orçamento Municipal, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Atividades Municipais para o ano de 2015, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos propostos.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 22 de abril de 2015.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.

II – Anexo II

1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO”

----- **Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções.....**

----- **Após análise e discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com dez votos contra, três abstenções e quarenta e nove votos a favor, estando, momentaneamente, sessenta e dois membros presentes.....**

Ata da Segunda Sessão Ordinária/2015 da Assembleia Municipal, realizada em 30 de abril.

----- Fez declaração de voto o Membro Henrique Ferreira.....

----- Henrique Ferreira - “Pois, quando se passa dos sessenta, da parte de tarde já tem que nos dar algum desconto! Portanto, o cansaço acumula-se. Não sei como é que os meus colegas do Grupo votaram, mas eu, pelo menos, abstive-me, mas, na declaração que tinha aqui, eu ia votar contra, na hipótese de não me darem esclarecimentos ao que eu ia pedir, como, entretanto, não pude intervir, por descincronia entre o período em que foi solicitada a inscrição, eu abstive-me. De qualquer forma passo a ler, só para ficarem a saber das minhas dúvidas:

-----“Neste ponto, a Câmara não terá andado bem nas explicações e fundamentações das suas decisões. Na certidão que nos é oferecida não se regista o nome da Sociedade de Fins Não Lucrativos, qual a sua área de actuação e que outros parceiros tem.

----- Do mesmo modo, o argumentário à luz da Lei 73/2013 para acrescentar valor às despesas correntes não é suficiente para propor mais despesa do que aquela que estava prevista a mais, a das amortizações e empréstimos, registando-se uma consignação de mais um milhão de euros do que o montante que é suportado pelo orçamento inicial e pelas amortizações e empréstimos.

----- Por outro lado, os dois documentos (a certidão e o texto da 1ª revisão) são contraditórios entre si.....

----- Como não pude discutir isto, obviamente abstive-me”.....

PONTO 4.2.3 – APOIO ÀS FREGUESIAS:.....

União das Freguesias Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova; Junta de Freguesia de Quintanilha; Junta de Freguesia de Mós; Junta de Freguesia de Alfaião (aquisição e reabilitação de habitação, para cedência a um idoso carenciado); Junta de Freguesia do Zoio; Junta de Freguesia de Alfaião (pavimentação da área envolvente do Centro de Convívio de Alfaião); Junta de Freguesia de Rebordãos; Junta de Freguesia de Donai; Junta de Freguesia de Quintela de Lapaças.....

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte de abril do ano de dois mil e quinze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Baptista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“APOIO ÀS FREGUESIAS

Conforme o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I , da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o qual estabelece que compete à Assembleia Municipal, sob proposta Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, pelo Sr. Presidente foram presentes, depois de verificados pela Divisão de Administração Financeira, os seguintes pedidos de apoio:

A União das Freguesias Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova solicitou um apoio financeiro no valor de 4.000,00 euros, para construção de um armazém, em Paradinha Nova, para albergar os materiais e equipamentos dessa entidade.

A presente despesa enquadra-se na rubrica do Orçamento Municipal “0102|08050102” S/Plano, estando nesta data com um saldo de cabimento disponível de 142.311,44 euros e os fundos disponíveis ascendem, nesta data, a 3.374.055,97 euros.

A Junta de Freguesia de Quintanilha solicitou um apoio financeiro no valor de 2.500,00 euros, para requalificação do edifício da antiga Escola Primária da Réfega.

A presente despesa enquadra-se na rubrica do Orçamento Municipal “0102|08050102” S/Plano, estando nesta data com um saldo de cabimento disponível de 138.311,44 euros e os fundos disponíveis ascendem, nesta data, a 3.370.055,97 euros.

A Junta de Freguesia de Mós solicitou um apoio financeiro no valor de 10.000,00 euros, para conclusão do Espaço Recreativo e Multicultural de Mós.

A presente despesa enquadra-se na rubrica do Orçamento Municipal “0102|08050102” S/Plano, estando nesta data com um saldo de cabimento disponível de 132.811,44 euros e os fundos disponíveis ascendem, nesta data, a

3.364.555,97euros. A Junta de Freguesia comparticipará a execução da obra, com o montante de 5.000,00 euros.

A Junta de Freguesia de Alfaião solicitou um apoio financeiro no valor de 12.000,00 euros, para aquisição e reabilitação de habitação, para cedência a um idoso carenciado, sinalizado pelo Serviço de Ação Social do Município de Bragança e pela Guarda Nacional Republicana.

Esse cidadão possui deficiência física e mental, vive atualmente a cerca de 4 km de Alfaião, na “Quinta dos Banheiros”, sem condições mínimas de habitabilidade.

A atual habitação não tem água canalizada, eletricidade e encontra-se em elevado estado de degradação, existindo o risco de ruir.

A presente despesa enquadra-se na rubrica do Orçamento Municipal “0102|08050102” S/Plano, estando nesta data com um saldo de cabimento disponível de 122.811,44 euros e os fundos disponíveis ascendem, nesta data, a 3.354.555,97euros.

A Junta de Freguesia do Zoio solicitou um apoio financeiro no valor de 5.000,00 euros, para pavimentação da rua de acesso ao Cemitério da localidade do Zoio. O custo global da obra é de 8.202,00 euros, comparticipando essa entidade o remanescente.

A presente despesa enquadra-se na rubrica do Orçamento Municipal “0102|08050102” S/Plano, estando nesta data com um saldo de cabimento disponível de 110.811,44 euros e os fundos disponíveis ascendem, nesta data, a 3.342.555,97euros.

A Junta de Freguesia de Alfaião solicitou um apoio financeiro no valor de 3.500,00 euros, para pavimentação da área envolvente do Centro de Convívio de Alfaião.

A presente despesa enquadra-se na rubrica do Orçamento Municipal “0102|08050102” S/Plano, estando nesta data com um saldo de cabimento disponível de 105.811,44 euros e os fundos disponíveis ascendem, nesta data, a 3.337.555,97 euros.

A Junta de Freguesia de Rebordãos solicitou um apoio financeiro no valor de 15.000,00 euros, para acertos finais da obra de construção do Centro de Convívio/Sede da Junta de Freguesia.

A presente despesa enquadra-se no PAM para o ano de 2015, no projeto 7/2007 “Apoio à construção de centros de convívio”, estando nesta data com um saldo de cabimento disponível de 150.000,00 euros e os fundos disponíveis ascendem, nesta data, a 3.334.055,97 euros.

A Junta de Freguesia de Donai solicitou um apoio financeiro no valor de 40.000,00 euros, para requalificação do Centro de Convívio de Lagomar.

A presente despesa enquadra-se no PAM para o ano de 2015, no projeto 7/2007 “Apoio à construção de centros de convívio”, estando nesta data com um saldo de cabimento disponível de 110.000,00 euros e os fundos disponíveis ascendem, nesta data, a 3.319.055,97 euros.

A Junta de Freguesia de Quintela de Lapaças solicitou um apoio financeiro no valor de 4.500,00 euros, para construção de muro de pedra no Largo Central, na localidade de Veigas.

A presente despesa enquadra-se no PAM para o ano de 2015, no projeto 14/2007 “Apoio à requalificação das ruas e largos nas aldeias”, estando nesta data com um saldo de cabimento disponível de 30.000,00 euros e os fundos disponíveis ascendem, nesta data, a 3.279.055,97 euros.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar os referidos apoios financeiros às Juntas de Freguesia, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e para os efeitos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Declaração de voto do Sr. Vereador, Humberto Rocha

“Registo com muito agrado os apoios pontuais que hoje estamos a deliberar, embora os considere manifestamente insuficientes.

Concretamente em relação à União das Freguesias de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova, e porque se trata do primeiro apoio concedido pela Câmara, pergunto ao Sr. Presidente se apenas foi pedido este apoio pontual por parte da União

de Freguesias ou se há mais pedidos de apoio sobre os quais a Câmara ainda não tenha deliberado?”

Declaração de voto dos Srs. Vereadores, Victor Pereira e André Novo

“Regozijamo-nos finalmente com os apoios dados a freguesias do Partido Socialista, ainda que em comparação com os montantes atribuídos a outras freguesias sejam relativamente diminutos. No entanto, saudamos o gesto e aguardaremos expectantes o tratamento igualitário, para o futuro, já que as necessidades são idênticas para todas as freguesias, independentemente desta ou daquela cor partidária.

Votamos favoravelmente, tal como temos feito sempre que são propostos apoios às freguesias.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 22 de abril de 2015.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier “.

----- **Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções**.....

----- **Após análise e discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando, momentaneamente, sessenta e dois membros presentes**.....

----- **Não houve declarações de voto**.....

PONTO 4.2.4 - Transferência de verbas para as juntas de freguesia.....

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte de abril do ano de dois mil e quinze, devidamente aprovada, e

com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Baptista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS FREGUESIAS

Pelo Sr. Presidente foi presente a proposta de transferência de verbas para as seguintes Freguesias, elaborada, pela Divisão de Ambiente, Águas e Energia:

“Tendo em vista a compensação financeira das Freguesias, devido a trabalhos vários referentes a obras de beneficiação e reparação das Redes de Saneamento Básico existentes, que as mesmas levaram a cabo nos meses de Outubro, Novembro, e Dezembro, de 2014, propõe-se a transferência das verbas, no total de 71.097,00 euros (Proposta de Cabimento n.º 1332/2015), abaixo discriminadas:

Junta de Freguesia	Valor a Transferir
ALFAIÃO -----	706,00 €
UNIÃO FREGUESIAS AVELEDA E RIO ONOR -----	2 367,00 €
BABE -----	1 366,00 €
BAÇAL -----	1 897,00 €
CARRAGOSA -----	1 104,00 €
UNIÃO FREGUESIAS CASTRELOS E CARRAZEDO -----	1 504,00 €
CASTRO DE AVELÃS -----	1 022,00 €
COELHOSO -----	2 948,00 €
DONAI -----	1 184,00 €
ESPINHOSELA -----	1 634,00 €
FRANÇA -----	1 780,00 €
GONDESENDE -----	659,00 €
GOSTEI -----	1 173,00 €
GRIJÓ DE PARADA -----	1 527,00 €
UNIÃO FREGUESIAS IZEDA, CALVELHE E PARADINHA NOVA -----	13 273,00 €
MACEDO DO MATO -----	1 725,00 €
UNIÃO FREGUESIAS SÉ SANTA MARIA E MEIXEDO -----	773,00 €
MÓS -----	1 105,00 €

NOGUEIRA -----	1 904,00 €
OUTEIRO -----	2 147,00 €
UNIÃO FREGUESIAS PARADA E FAÍLDE -----	3 988,00 €
PARÂMIO -----	757,00 €
PINELA -----	1 092,00 €
QUINTANILHA -----	1 616,00 €
QUINTELA DE LAMPAÇAS -----	1 474,00 €
RABAL -----	1 306,00 €
UNIÃO FREGUESIAS DE REBORDAINHOS E POMBARES -----	1 080,00 €
REBORDÃOS -----	2 233,00 €
UNIÃO FREGUESIAS DE RIO FRIO E MILHÃO -----	2 548,00 €
SALSAS -----	1 854,00 €
SANTA COMBA DE ROSSAS -----	1 891,00 €
UNIÃO FREGUESIAS SÃO JULIÃO DE PALACIOS E DEILÃO -----	2 978,00 €
SÃO PEDRO DOS SARRACENOS -----	1 914,00 €
SENDAS -----	834,00 €
SERAPICOS -----	1 499,00 €
SORTES -----	1 121,00 €
ZOIO -----	1 114,00 €

A presente despesa enquadra-se na rubrica do Orçamento Municipal “0102/08050102” Freguesias, estando nesta data com um saldo de cabimento disponível de 213.410,00 euros. Os fundos disponíveis ascendem, nesta data, a 3.450.866,79 euros.

Assim, propõe-se a aprovação das referidas transferências, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal nos termos propostos.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 22 de abril de 2015.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- **Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções**.....

----- **Após análise e discussão, esta proposta foi a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando, momentaneamente, sessenta e dois membros presentes**.....

----- **Não houve declarações de voto**.....

PONTO 4.2.5 - Proposta de carta de princípios do orçamento participativo do Município de Bragança.....

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte de abril do ano de dois mil e quinze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Baptista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“CARTA DE PRINCÍPIOS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta:

“Uma sociedade mais justa, igualitária e dinâmica conta com a participação de cidadãos mais ativos no processo de governação local, garantindo o seu envolvimento nas decisões sobre a afetação dos recursos financeiros existentes, tendo em vista a prossecução dos 5 E’s: economia, eficácia, eficiência, equidade e excelência.

No médio e longo prazos pretende-se que Bragança seja um centro de incubação por excelência (sustentável, conectado, inclusivo, inovador, autêntico, criativo e intelectual), de afirmação no espaço regional, nacional e internacional, criando uma marca própria forte, capaz de garantir as condições para o desenvolvimento sustentável, através do diálogo e proximidade com todos os agentes económicos locais, potenciando a participação cívica.

Neste âmbito, ao implementar e desenvolver o Orçamento Participativo (OP) o Município de Bragança pretende envolver todos os cidadãos na definição das prioridades de governação local e na vida da comunidade local, fomentando a promoção de uma cidadania mais ativa e responsável e de munícipes mais esclarecidos e interventivos.

Assim, o OP é um importante instrumento na estratégia definida pelo Município de Bragança, para elevar a confiança, autoestima e sentimento de pertença dos brigantinos.

Com o contributo de todos, pretende-se construir um concelho melhor, mais participativo e com cidadãos que se sintam, ainda, mais felizes e orgulhosos.

Princípio primeiro (Democracia participativa)

A adoção do OP no Concelho de Bragança inspira-se nos valores da democracia participativa, constantes no artigo 2º da Constituição da República Portuguesa.

Princípio segundo (Âmbito)

O OP de Bragança abrange territorialmente o concelho de Bragança e todas as áreas que são da competência da Câmara Municipal de Bragança.

Princípio terceiro (Objetivos)

O OP é um processo que visa o envolvimento de todo o concelho de Bragança, através da participação dos cidadãos nas políticas governativas locais. Assim, tem como principais objetivos:

1. Promover o diálogo e a troca de conhecimentos/sugestões entre eleitos, cidadãos e a sociedade civil, com vista à construção de um concelho melhor, através da implementação de projetos e ações inteligentes e sustentáveis;

2. Fomentar a educação cívica e uma sociedade mais esclarecida e interventiva, na qual os cidadãos possam, livremente, fazer chegar as suas ideias e preocupações a quem governa o concelho;

3. Contribuir positivamente para a adequação e ajustamento das políticas municipais às reais necessidades e aspirações da população, na procura das melhores soluções para os problemas de acordo com os recursos disponíveis;

4. Aumentar a transparência da atividade governativa do Município de Bragança e o nível de responsabilização dos eleitos locais, contribuindo para aprofundar a democracia.

Princípio quarto

(Partilha do poder de decisão)

1. O OP é um processo de carácter consultivo e deliberativo, através da instituição progressiva de mecanismos de co-decisão.

2. Na dimensão consultiva, os cidadãos são consultados sobre a definição de prioridades de investimento para o Plano de Atividades e Orçamento do Município de Bragança.

3. Na dimensão deliberativa, os cidadãos podem apresentar e priorizar, através de votação, propostas de investimento e ações imateriais a serem integradas no Plano de Atividades e Orçamento Municipal.

4. Anualmente é definida pelo Executivo Municipal um montante do orçamento da autarquia a afetar ao processo de co-decisão.

Princípio quinto

(Mecanismos de debate e participação)

1. A fim de incentivar o debate esclarecido entre os cidadãos e a formulação de propostas numa lógica coletiva e não meramente individual, o

Município adotará mecanismos que aproximem os cidadãos entre si e com os próprios serviços municipais.

2. Os mecanismos a adotar, com recurso a meios presenciais e à distância (online), poderão passar pela realização de Assembleias Participativas promovidas pelo Município, em articulação com as Juntas/Uniãoes de Freguesias, do movimento associativo e de outras instituições do concelho.

3. Serão igualmente adotados mecanismos de apoio às pessoas no momento da votação dos projetos.

Princípio sexto

(Ciclo de participação)

Independentemente do calendário específico que vier a ser definido, anualmente, para cada edição, o OP envolve um ciclo anual em 9 fases:

1. Abertura de inscrições;
2. Assembleias Participativas;
3. Apresentação de propostas;
4. Análise técnica das propostas;
5. Período de reclamação;
6. Decisão sobre as reclamações;
7. Divulgação da lista final de projetos;
8. Votação dos projetos admitidos;
9. Apresentação pública dos projetos vencedores.

Princípio sétimo

(Qualidade e acessibilidade da informação)

O Município assegura o recurso a diversos meios de divulgação de forma a garantir o acesso à informação e a possibilidade de participação alargada dos cidadãos. A informação a disponibilizar deve ser completa e compreensível.

Princípio oitavo

(Prestação de Contas)

No final do processo será elaborado um relatório de avaliação global e disponibilizado para consulta dos cidadãos no Portal do OP do concelho de Bragança.

Princípio nono

(Avaliação)

Os procedimentos e os resultados alcançados por cada edição do OP de Bragança são avaliados anualmente, devendo ser sempre introduzidas as alterações que contribuam para o seu aperfeiçoamento, aprofundamento e alargamento progressivo.

Os cidadãos serão convidados a avaliar o OP através de um questionário.

Assim, ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a aprovação da proposta em apreço, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do citado diploma.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos propostos.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 22 de abril de 2015.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier “

----- **O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para apresentação do ponto.**

----- **Presidente da Câmara** – Referiu que, para cumprir o prometido na campanha eleitoral, que era implementar o orçamento participativo, estava a propor a carta de princípios, que o levaria à implementação do orçamento participativo já para o ano de 2016.

----- Que seria atribuída uma verba do orçamento municipal para entrar no orçamento participativo, o qual deveria ser dividido em dois, o orçamento participativo normal e o orçamento participativo jovem, onde seria alocado um determinado montante para que as pessoas pudessem, de forma autónoma, decidir onde pretendiam gastar o dinheiro.

----- Que teria que haver prazos para a apresentação das propostas que seriam submetidas a votação e à apreciação do Município, para que não houvesse propostas que não fossem exequíveis. Que só podiam ser concretizadas mediante a verba que viesse a ser disponibilizada e se fossem exequíveis sob o ponto de vista físico. Que,

Ata da Segunda Sessão Ordinária/2015 da Assembleia Municipal, realizada em 30 de abril.

depois, fazer-se-ia a votação, e se a proposta ganhadora não gastasse a verba toda, seriam as propostas que ficassem classificadas imediatamente a seguir que seriam executadas durante o ano de 2016, para que os projetos, que as pessoas entendessem, pudessem ser decididos pelos cidadãos, diretamente, e fossem, depois, incluídos no plano de atividades e orçamento para 2016, e não fosse o próprio Executivo a definir toda a política, ao nível da execução, para o ano seguinte, sem que isso passasse pelos cidadãos.....

-----**Solicitaram esclarecimento os seguintes Membros: Henrique Ferreira, Francisco Pinheiro e Bruno Veloso**.....

-----**Henrique Ferreira** – Felicitou o Município por aquela iniciativa, dizendo que a participação era a principal forma da realização da democracia, sendo aquela proposta motivo de regozijo.....

-----No entanto, sublinhou alguns aspetos operacionais que deveriam ser melhorados, e perguntou ao Sr. Presidente se aceitava que se fizessem propostas de alteração.....

-----**Apresentou, por escrito, o seguinte:**

-----“Esta carta é contraditória pois transfere, no seu princípio sexto, o poder deliberativo dos cidadãos para uma comissão ou júri de apreciação das propostas apresentadas. Assim, há que definir quem pode apresentar propostas, em que sede e quantas **pessoas são necessárias para subscrever as propostas.**”

-----**Francisco Pinheiro** – Disse que foi uma boa iniciativa, por parte da Câmara, mas ficou com a ideia que seria um grupo de cidadãos que iria propor projetos e, depois, a Comissão da Câmara avaliaria da exequibilidade e viabilidade de levar para a frente aquele projeto. Pareceu-lhe mais exequível ser a Câmara a definir duas ou três áreas onde estava a pensar investir, e, depois, propor aos munícipes qual era o projeto que queriam em que a Câmara investisse primeiro.....

-----**Bruno Veloso** – Saudou a iniciativa, mas referiu que tinha ficado com algumas dúvidas.

-----Disse que tinha gostado mais de ouvir o Sr. Presidente, do que da própria proposta, porque a intervenção tinha sido mais elaborada, que entendia e partilhava da opinião de disponibilizar verbas para dois tipos de projetos, um para os jovens e outro mais aberto à população, mas que aquilo deveria constar no regulamento.

----- Referiu que, abrir as portas para que houvesse orçamentos participativos e depois escolher as ideias que parecem mais adequadas e passíveis de serem eventualmente escolhidas, não lhe parecia que fosse a melhor forma.

----- Achava legítima a obrigatoriedade de serem grupos, formais ou informais, a fazer a proposta, para garantir que não haveria uma usurpação do orçamento participativo para o proveito individualizado de cada cidadão, ao propor um determinado projeto, mas sim uma coletividade organizada.

----- Referiu, ainda, que, em termos de votação dos projetos apresentados, iria funcionar a lógica de quem mais quer, mais vai mobilizar para que o seu projeto ganhe, trazendo, “ de per si”, a envolvimento necessária para que aquele tipo de orçamentos participativos seja aquilo mesmo.

----- E também achou que naquele regulamento faltava um bocadinho de objetividade, pelo que se deveriam introduzir algumas alterações, dentro daquilo que o Sr. Presidente da Câmara tinha referido..

----- **O Sr. Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos solicitados.**

----- **Presidente da Câmara** – Para esclarecer o Sr. Membro Bruno Veloso, disse que aquilo não era nenhum regulamento, era uma carta de princípios e que as normas de participação seriam definidas imediatamente a seguir e que aí estaria vertido aquilo que ele disse: de que forma se participava, qual o montante a afetar ao orçamento e de que forma se fazia a votação, e que esta carta de princípios iria regular as normas de participação que a seguir viessem a ser definidas.

----- Disse, também, que qualquer munícipe podia apresentar uma proposta, independentemente de ser a título particular ou inserido numa coletividade, não havendo limite à apresentação de propostas. Que não fariam o que foi sugerido pelo Membro Francisco Pinheiro, porque se fossem eles a definir os projetos e dizer – temos aqui quatro e agora escolham um - estavam a limitar a capacidade de decisão e escolha dos próprios munícipes.

----- Que o orçamento dava liberdade para cada um propor aquilo que entendesse, e que a única coisa a ser respeitada, mediante as normas que fossem definidas, era serem projetos exequíveis, que não fossem contra a legislação em vigor e que o Município, dentro do quadro financeiro que definiu para aquele projeto, o conseguisse realizar sem que, para isso, tivesse que afetar mais despesa àquele projeto.

----- **Para intervenção usou da palavra António Morais.**

----- **Antônio Moraes** – Disse que o tema enfermava de muitas contradições, desde logo, históricas. Que era uma ideia que surgiu no Brasil, nos anos 80, para fazer face a problemas específicos do Brasil, como falta de democraticidade, falta de órgãos, e que se impunha uma medida, e que, depois, do ponto de vista ideológico, foi retomada por forças sociais democráticas, forças esquerdistas, tendo aquilo um longo historial.

----- Que, no entender da CDU, não se adapta à nossa realidade, que a nossa realidade impunha, do ponto de vista institucional, que os orçamentos fossem todos participativos e que pressuponha uma dinâmica de relação com a realidade e com as populações.

----- Em síntese, que não subscreviam esta ideia e que advogavam outra prática e outra relação com as populações, em que tornassem participativos todos os orçamentos.

----- **Henrique Ferreira** - Referiu que o documento pretendia favorecer e incentivar a participação, que, para a participação ser verdadeira, era sempre política, porque permitia ao participante que elegeisse os seus próprios objetivos e estratégias, mas o que estava no documento era que seria a Câmara a selecionar os projetos.

----- Que a Câmara tinha que dizer aos cidadãos quais eram os projetos legais, exequíveis, e, no final, quem tinha competência para selecionar os projetos era a AM, elegendo os projetos mais relevantes, dentro das áreas e do dinheiro estabelecidos para participação.

----- Que a participação, no seu aspeto essencial, era sempre política e vinculante. .

----- **Fez a seguinte proposta de alteração:**

----- “O n.º 5 do Princípio Sexto passe a ser – Devolução das propostas aos subscritores, e depois de analisadas pela Câmara;

----- O n.º 6 passe a ser – Recomposição das propostas conforme as recomendações;

----- O n.º 8 passe a ser – Votação e priorização dos projetos admitidos pela Assembleia Municipal.”

----- Para terminar acrescentou que, de outra forma, estavam a transferir os poderes dos cidadãos para a Câmara, estando, assim, a transformar a política vinculante numa participação meramente consultiva.

----- **Anabela Anjos** – **Apresentou, por escrito, o seguinte:**

-----“Uma das propostas inseridas no manifesto eleitoral da equipa liderada pelo actual presidente da autarquia era a implementação do orçamento participativo. E como é apanágio deste executivo cumprir as propostas que apresentou, traz hoje a esta assembleia precisamente a carta de princípios que rege o referido orçamento participativo do município de Bragança.....

----- **O Orçamento Participativo (OP)** é um mecanismo governamental de democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos, geralmente o orçamento de investimentos de autarquias, através de processos da participação da comunidade. No Brasil, esses processos costumam contar com assembleias abertas e periódicas e etapas de negociação direta com o governo. No Orçamento Participativo retira-se poder de uma elite burocrática repassando-o diretamente para a sociedade. Com isso a sociedade civil passa a ocupar espaços que antes lhe eram "furtados".¹ A implementação do OP surgiu com a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, quando foi estimulada a participação popular na definição de políticas governamentais, por intermédio da criação dos Conselhos Setoriais de Políticas Públicas como espaços de controle social.

----- O **orçamento participativo (OP)** é usado já em Portugal por algumas autarquias, sendo que, têm um carácter meramente consultivo (i.e., não vinculativos), embora envolvam um compromisso claro dos executivos autárquicos.

----- Neste sentido, e indo de encontro a uma sociedade mais justa, igualitária e dinâmica a autarquia de Bragança pretende contar com a participação activa dos cidadãos no processo de gestão governamental local, permitindo assim, alocar recursos financeiros a projectos propostos por cidadãos comuns, que muitas vezes não têm forma de ver boas ideias convertidas em soluções e que implementando este Orçamento participativo dará margem à colocação em prática de excelentes projectos que porventura possam surgir.

----- A implementação de um orçamento participativo fará com que qualquer cidadão do concelho sinta que está a contribuir com a sua autarquia na procura das melhores soluções....

----- Os cidadãos vão sentir que estão a ser valorizados ao poder expor as suas ideias, os seus projectos, os seus contributos para a valorização do seu concelho.

----- Independentemente de poder virem a ser contemplados alguns dos projectos apresentados, o facto de existir uma total transparência no processo de participação, conforme podemos ver na carta de princípios que todos temos em nosso poder, dá ao cidadão que apresentou o projecto uma sensação de pertença, de participação cívica, de colaboração, de integração, de contribuição.

----- O facto de este orçamento participativo poder vir a ter um montante alocado a projectos apresentados pelos jovens, é um sinal claro, da aposta desta autarquia na confiança daqueles que são o futuro do nosso concelho, daqueles que são os potenciais investidores, daqueles que são a nossa esperança na continuação da revitalização do tecido comercial e empresarial.

----- Pelo exposto, somos da opinião que este tipo de iniciativas são de levada importância e como tal são de apoiar e louvar.”

----- **Bruno Veloso** - Reforçou a simpatia do PS pelos orçamentos participativos, e não tendo nenhuns entraves ideológicos, excepto aqueles de natureza trotskista, que pretendiam libertar completamente o poder eleito e passar todo o poder do orçamento para as pessoas, achava, o PS, um modelo bastante interessante, em que o poder executivo abria mão de uma sua competência para estimular a participação cívica.

----- Contrariando o Membro Henrique Ferreira, aduziu que não competia à Assembleia, porque a Assembleia tinha a competência de votar o Orçamento, sendo a sua elaboração da exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal, podendo a CM adotar um princípio de orçamento participativo.

----- Também referiu que o que a Câmara trazia ao Plenário era uma carta de princípios sobre a forma como se propunha abrir mão de parte de determinada verba, não quantificada, naquele momento, para que houvesse a escolha de determinados projetos.....

----- Relativamente à escolha dos projetos, reiterou que a natureza devia ser, preferencialmente, coletiva, como referia no Princípio Quinto - “...incentivar o debate esclarecido entre os cidadãos e a formulação de propostas numa lógica coletiva e não meramente individual...”- dizendo que estava melhor a carta do que aquilo que o Sr. Presidente lhe respondeu, embora com algumas ambiguidades, como, por exemplo, quando, no n.º 3, onde dizia – “Serão igualmente adotados mecanismos de apoio às

peças no momento da votação dos projetos” – deveria dizer-se “...no momento da elaboração dos projetos.....

----- Acrescentou, ainda, que aquele modelo era interessante, mas que a carta de princípios poderia ser melhorada, que seria interessante recolher algumas opiniões, se assim o Presidente da CM o entendesse, e que eles, o PS, poderiam dar dicas.

----- Fez uma chamada de atenção, relativamente ao articulado do n.º 2 do Princípio Quinto, nomeadamente nas Assembleias Participativas, dizendo que o “online” não deveria constar, que o “online” seria só para a votação.

----- Terminou dizendo que o PS era a favor do princípio, que louvava a Câmara por terem trazido este articulado, mas que achava que poderia ser melhorado.....

----- **Amândio Gomes** - Usou da palavra para dizer ao Sr. Membro Henrique Ferreira que não lhe parecia viável que a escolha dos projetos participativos, que fossem apresentados, fossem, linearmente, aprovados ou rejeitados pela Assembleia, porque o orçamento e plano de atividades era aprovado na Assembleia, por proposta da CM, não podendo qualquer cidadão trazê-los diretamente à Assembleia.

----- **Henrique Ferreira** – Respondendo aos Srs. Membros Bruno Veloso e Amândio Gomes, disse o seguinte:.....

----- Que a parte a retirar, do montante orçamentável, para o orçamento participativo, estava definida;.....

----- Que a Câmara outorgava às associações a possibilidade, dentro daquele montante, de estabelecerem projetos, ou seja, que a Câmara colocava aquilo, logo, no plano da decisão política, não no plano da decisão técnica, e que competia à Assembleia fazer a escolha.

----- **Presidente da Câmara** – Esclareceu que não via razão para a confusão que se tinha gerado sobre aquele assunto, dando a seguinte explicação:.....

----- Que o cidadão proporia um projeto que seria enviado para o Município avaliar.

----- Que a avaliação iria ser técnica, e tinha a ver com a exequibilidade física e financeira. Que, se fosse exequível, iria ser aprovado e iria para a gaveta dos que iriam a votação. Se ultrapassasse o montante do OP, e se a nível de exequibilidade física, não fosse possível ser concretizado, ficava excluído, indo para a gaveta dos excluídos.

----- Que não iriam decidir nada, apenas iriam avaliar se o projeto era exequível/legal ou não.

-----Que quem iria decidir os projetos eram os cidadãos, através da votação “online” ou em suporte de papel, e o mais votado seria o 1.º a entrar no plano e orçamento do Município, para que fosse submetido à votação da AM.....

----- Que será criada uma plataforma onde o cidadão pudesse votar apenas uma vez, e que vão tomar as devidas cautelas para que a votação não fosse adulterada e acautelando que pudesse ganhar um projeto dum pessoa que soubesse mais de informática, viciando o sistema.

----- Que já tinham analisado, noutros municípios, orçamentos participativos, sabendo a forma como eles fizeram, para controlar aquela situação, e que o Município de Bragança não deixará e o fazer, também.

-----Que a proposta não estava vedada a conjuntos de cidadãos, nem a qualquer cidadão que, a título particular, quisesse apresentar propostas.....

-----Que as regras seriam definidas imediatamente a seguir.

-----Que a Assembleia não podia, nunca, decidir os projetos vencedores, teriam que ser decididos pelos cidadãos, ao Município só competiria trazer à AM, no documento que vai ser submetido à aprovação (plano de atividades e orçamento), o projeto vencedor.

----- Terminando, e para que não restassem dúvidas, o Sr. Presidente da CM deu, ainda, uma explicação relativamente às fases do “ciclo de participação”, as quais constam no princípio sexto desta carta de princípios.....

-----**Henrique Ferreira – Informou que, face a todos os esclarecimentos prestados, retirava a proposta, anteriormente apresentada.**

-----**De seguida, esta proposta da Câmara Municipal, foi submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com um voto contra, zero abstenções e sessenta e dois votos a favor, estando, momentaneamente, sessenta e três membros presentes.**

-----**Para declaração de voto usou da palavra o Membro António Morais, que apresentou, por escrito, o seguinte:**

-----“Para a CDU o Orçamento Participativo visa a formalização e burocratização da participação popular por um método de participação intermediado, do qual beneficiam as pessoas com mais acesso à informação, visa a desresponsabilização dos poderes

públicos e a transferência para as populações da decisão de gerir os restos sumidos das opções políticas e orçamentais.

----- Consideramos que não é possível desligar as opções políticas nacionais dos meios, poderes e competências que o Poder Local assegura. Achamos até estranho que se discuta a participação das populações ao mesmo tempo que corre um processo de perda de autonomia do poder local, com privatizações, encerramento de serviços públicos, restrições à contratação pública e imposições no plano financeiro, factores e razões de exclusão social e degradação das condições de vida das populações.

----- Em rigor, podemos estar perante a criação de uma estrutura intermédia de representação que consideramos desaconselhável na medida que a existência de freguesias e a sua interação com os órgãos municipais são já uma forma de participação próxima das populações, a par de outros espaços formais como os conselhos municipais e relacionamento com o movimento associativo.....

----- Para a CDU o que pode e deve ser objecto de participação é, entre outros, a elaboração das Opções do Plano que não se deve esgotar nos órgãos, antes numa ampla busca de contribuições das populações num trabalho de proximidade dos eleitos à população tornando a sua participação efectiva e directa e não apenas formal e intermediada.

----- Assim, não apenas votaremos contra a Carta de Princípios do OP como reafirmamos a nossa oposição à ideia e conceitos subjacentes.”

PONTO 4.3 - DISCUSSÃO E TOMADA DE CONHECIMENTO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:.....

PONTO 4.3.1 - Auditoria externa às contas do município de Bragança - Relatório do auditor externo sobre a informação económica e financeira do reportado a 31 de dezembro de 2014......

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“ I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte de abril do ano de dois mil e quinze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Baptista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

**“AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA -
RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E
FINANCEIRA RELATIVA AO 2.º SEMESTRE DE 2014**

Pelo Sr. Presidente, foi presente, para tomada de conhecimento, o Relatório de Análise Económico – Financeira do 2.º Semestre do ano de 2014, previamente distribuído pelos Srs. Vereadores, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas e cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, elaborado pela empresa de auditoria externa, Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em cumprimento do estabelecido da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Mais se propõe, que o referido documento seja remetido à Assembleia Municipal.

O Executivo Municipal tomou conhecimento, e em cumprimento do disposto da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º do referido diploma, remete o documento à Assembleia Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 22 de abril de 2015.

- a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier
- b)

II – Anexo III

**RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO
2.º SEMESTRE DE 2014 ”**

----- Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções.....

----- Tomado conhecimento

PONTO 4.3.2 - Certificação legal e parecer sobre as contas do ano de 2014.....

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“ I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte de abril do ano de dois mil e quinze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Baptista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“CERTIFICAÇÃO LEGAL E PARECER SOBRE AS CONTAS DO ANO DE 2014

Pelo Sr. Presidente, foi presente, para tomada de conhecimento, a Certificação Legal de Contas do ano de 2014 bem como o parecer sobre as mesmas, previamente distribuídos pelos Srs. Vereadores, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas e cujo teor se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais, apresentados pela empresa de auditoria externa, Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em cumprimento do estabelecido na alínea e) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Assim, propõe-se, e para efeitos do estabelecido do n.º 3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que sejam submetidos para apreciação da Assembleia Municipal.

O Executivo Municipal tomou conhecimento, e em cumprimento do disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 77.º, e n.º 3 do artigo 76.º do referido diploma, remete os documentos à Assembleia Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 22 de abril de 2015.

c) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – Anexo IV

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS ”

----- Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções.....

----- Tomado conhecimento

PONTO 4.3.3 - Propostas de isenção do pagamento de taxas pela utilização de instalações municipais:

PONTO 4.3.3.1 - Auditório Paulo Quintela (UAG): Instituto Politécnico de Bragança, Instituto Português do Desporto e Juventude, Coral brigantino N.ª Sr.ª das Graças, Seminário Maior de S. José, Arando - Associação Transmontana Cultural e Desportiva, Partido Social Democrata (dois pedidos), Comissão Diocesana de Justiça e Paz;

Para Ratificação do ato: Agrupamento de Escolas Emídio Garcia (Jardim de Infância de Santiago), Federação Distrital do Partido Socialista (RC de 23 fevereiro) e Federação Distrital do Partido Socialista (RC de 13 de abril); União de Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo, Grupo Desportivo de Bragança.

PONTO 4.3.3.1 a) Instituto Politécnico de Bragança, Instituto Português do Desporto e Juventude, Coral Brigantino N.ª Sr.ª das Graças, Seminário Maior de S. José.

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“ CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia nove de março do ano de dois mil e quinze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Baptista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PROPOSTA DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS PELA UTILIZAÇÃO DO AUDITÓRIO PAULO QUINTELA

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Unidade de Administração Geral:

O INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA, solicita a cedência do Auditório Paulo Quintela, para o dia 7 de abril, para a realização de uma conferência aberta Segurança Alimentar, bem como a isenção do pagamento das taxas no valor de 68,13€, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, em vigor no Município de Bragança;

O INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, solicita a cedência do Auditório Paulo Quintela, para o dia 17 de março, para a realização da Sessão Distrital do Parlamento Jovem, bem como a isenção do pagamento das taxas no valor de 90,20€, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, em vigor no Município de Bragança;

O CORAL BRIGANTINO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, solicita a cedência do Auditório Paulo Quintela, para o dia 22 de março, para a realização do Concerto Musical do dia do Pai, bem como a isenção do pagamento de taxas no valor de 68,13€, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor no Município de Bragança;

O SEMINÁRIO MAIOR DE S. JOSÉ, solicita a cedência do Auditório Paulo Quintela, para o dia 15 de março, para a celebração de mais um ano do Padroeiro São José, bem como a isenção do pagamento de taxas no valor de 68,13€, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor no Município de Bragança;

Considerando a autorização genérica deliberada pela Assembleia Municipal, em Sessão de 26 de novembro de 2014, com limites à concessão de isenções ou reduções de taxas, para o ano de 2015, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, fixada até ao limite máximo de 100 000,00€.

Face ao exposto, propõe-se para aprovação da Câmara Municipal, as seguintes isenções do pagamento de taxas:

Ao Instituto Politécnico de Bragança, no valor de 68,13€, relativo à cedência de instalações municipais, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor no Município de Bragança.

Ao Instituto Português do Desporto e Juventude, no valor de 90,20€, relativo à cedência de instalações municipais, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor no Município de Bragança.

Ao Coral Brigantino Nossa Senhora das Graças, no valor de 68,13€, relativo à cedência de instalações municipais, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor no Município de Bragança.

Ao Seminário Maior de S. José, no valor de 68,13€, relativo à cedência de instalações municipais, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor no Município de Bragança.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como dar conhecimento à Assembleia Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 24 de março de 2015.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier “

----- **Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções**.....

----- **Tomado conhecimento**

PONTO 4.3.3.1 b) - Proposta de isenção de pagamento de taxas pela utilização do Auditório Paulo Quintela: Arando - Associação Transmontana Cultural e Desportiva.

-----Seguidamente, se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“ CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e três de março do ano de dois mil e quinze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo e André Filipe Morais Pinto Novo, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PROPOSTA DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS PELA UTILIZAÇÃO DO AUDITÓRIO PAULO QUINTELA

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Unidade de Administração Geral:

A ARANDO - ASSOCIAÇÃO TRANSMONTANA CULTURAL E DESPORTIVA, solicita a cedência do Auditório Paulo Quintela, para o dia 25 de março, das 20h00 às 23h30 para realização do evento intitulado “Meditação do Perdão”, bem como a isenção do pagamento das taxas no valor de 68,13€, ao abrigo do disposto no n.º 2 alinha c) do artigo 10.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor no Município de Bragança;

Considerando a autorização genérica deliberada pela Assembleia Municipal, em Sessão de 26 de novembro de 2014, com limites à concessão de isenções ou reduções de taxas, para o ano de 2015, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, fixada até ao limite máximo de 100 000,00€.

Face ao exposto, propõe-se para aprovação da Câmara Municipal, a isenção do pagamento de taxas à ARANDO - ASSOCIAÇÃO TRANSMONTANA CULTURAL E DESPORTIVA, no valor de 68,13€, relativo à cedência de instalações municipais, ao

abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor no Município de Bragança.

Deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar a referida proposta, bem como dar conhecimento à Assembleia Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 14 de abril de 2015.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier “

----- Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções.....

----- Tomado Conhecimento.....

PONTO 4.3.3.1 c) - Proposta de isenção de pagamento de taxas pela utilização do Auditório Paulo Quintela: Partido Social Democrata (dois pedidos); Comissão Diocesana de Justiça e Paz.

----- Seguidamente, se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“ CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia treze de abril do ano de dois mil e quinze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Baptista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PROPOSTA DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS PELA UTILIZAÇÃO DO AUDITÓRIO PAULO QUINTELA

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Unidade de Administração Geral:

O PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, solicita a cedência do Auditório Paulo Quintela, para o dia 17 de abril, das 21h00 às 23h00, para a realização de uma ação partidária do PSD, bem como a isenção do pagamento de taxas no valor de 68,13€, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, em vigor no Município de Bragança;

O PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, solicita a cedência do Auditório Paulo Quintela, para o dia 26 de abril, das 14h00 às 18h00, para a realização das comemorações dos 40 anos do PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, bem como a isenção do pagamento de taxas no valor de 68,13€, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, em vigor no Município de Bragança;

A COMISSÃO DIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ, solicita a cedência do Auditório Paulo Quintela, para o dia 29 de maio, das 21h00 às 23h30 para realização de uma conferência, bem como a isenção do pagamento de taxas no valor de 68,13€, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor no Município de Bragança;

Considerando a autorização genérica deliberada pela Assembleia Municipal, em Sessão de 26 de novembro de 2014, com limites à concessão de isenções ou reduções de taxas, para o ano de 2015, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, fixada até ao limite máximo de 100 000,00€.

Face ao exposto, propõe-se para aprovação da Câmara Municipal, as seguintes isenções do pagamento de taxas:

Ao PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, no valor de 136,26€, relativo à cedência de instalações municipais, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor no Município de Bragança.

À COMISSÃO DIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ, no valor de 68,13€, relativo à cedência de instalações municipais, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor no Município de Bragança.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como dar

conhecimento à Assembleia Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 14 de abril de 2015.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier “

----- **Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções**.....

----- **Tomado Conhecimento**.

PONTO 4.3.3.1 d) – Proposta de isenção de pagamento de taxas pela utilização do Auditório Paulo Quintela: Agrupamento de Escolas Emídio Garcia (Jardim de Infância de Santiago)- Ratificação do ato.

----- Seguidamente, se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“ CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e três de fevereiro do ano de dois mil e quinze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Baptista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PROPOSTA DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS PELA UTILIZAÇÃO DO AUDITÓRIO PAULO QUINTELA – RATIFICAÇÃO DO ACTO

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Unidade de Administração Geral:

O Agrupamento de Escolas Emídio Garcia, solicita a cedência do Auditório Paulo Quintela, para o dia 13 de fevereiro, das 17:00h às 19:30h, para a realização da Festa de Carnaval do Jardim de Infância de Santiago, bem como, a isenção do pagamento das taxas no valor de 68,13€, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 10.º

do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, em vigor no Município de Bragança.

Considerando a autorização genérica deliberada pela Assembleia Municipal, em Sessão de 26 de novembro de 2014, com limites à concessão de isenções ou reduções de taxas, para o ano de 2015, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, fixada até ao limite máximo de 100 000,00€.

Face ao exposto, propõe-se para aprovação da Câmara Municipal, a isenção do pagamento de taxas ao Agrupamento de Escolas Emídio Garcia, no valor de 68,13€, mormente no que respeita à cedência de instalações municipais, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor no Município de Bragança.

Despacho de 12.02.2015: “Autorizo. Agendar para Reunião de Câmara para ratificação.”

Deliberado, por unanimidade, ratificar o ato praticado pelo Exmo. Presidente.

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 13 de março de 2015.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier “

----- **Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções**.....

----- **Tomado conhecimento**

PONTO 4.3.3.1 e) - Proposta de isenção de pagamento de taxas pela utilização do Auditório Paulo Quintela: Federação Distrital do Partido Socialista (RC de 23 de fevereiro).

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“ CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e três de fevereiro do ano de dois mil e quinze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Baptista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PROPOSTA DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS PELA UTILIZAÇÃO DO AUDITÓRIO PAULO QUINTELA – RATIFICAÇÃO DO ACTO

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Unidade de Administração Geral:

A Federação Distrital do Partido Socialista, solicita a cedência do Auditório Paulo Quintela, para o dia 21 de fevereiro, (sábado) das 14:00h às 19:00h, para a realização de uma Reunião, bem como, a isenção do pagamento das taxas no valor de 93,78€, ao abrigo do disposto da alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, em vigor no Município de Bragança.

Considerando a autorização genérica deliberada pela Assembleia Municipal, em Sessão de 26 de novembro de 2014, com limites à concessão de isenções ou reduções de taxas, para o ano de 2015, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, fixada até ao limite máximo de 100 000,00€.

Face ao exposto, propõe-se para aprovação da Câmara Municipal, a isenção do pagamento de taxas à Federação Distrital do Partido Socialista, no valor de 93,78€, mormente no que respeita à cedência de instalações municipais, de acordo com o disposto da alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor no Município de Bragança.”

Despacho de 18.02.2015: “Autorizo. Agendar para Reunião de Câmara, para ratificação.”

Deliberado, por unanimidade, ratificar o ato praticado pelo Exmo. Presidente.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 13 de março de 2015.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier “

----- **Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções**.....

----- **Tomado conhecimento**

PONTO 4.3.3.1 f) - Proposta de isenção de pagamento de taxas pela utilização do Auditório Paulo Quintela: Federação Distrital do Partido Socialista (RC de 13 de abril), União de Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo, Grupo Desportivo de Bragança.

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“ CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia treze de abril do ano de dois mil e quinze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Baptista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PROPOSTA DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS PELA UTILIZAÇÃO DO AUDITÓRIO PAULO QUINTELA – RATIFICAÇÃO DE ATOS

Pela Unidade de Administração Geral, foi presente a seguinte informação:

“Considerando a proximidade das datas da realização dos eventos e a urgência, propõe-se que excepcionalmente e por não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, o Sr. Presidente pratique o ato da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira Reunião de Câmara, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A FEDERAÇÃO DISTRITAL DO PARTIDO SOCIALISTA, solicitou a cedência do Auditório Paulo Quintela, para o dia 11 de abril, das 14h00 às 20h00, para a realização de uma iniciativa do PS local, bem como a isenção do pagamento de taxas

no valor de 68,13€, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, em vigor no Município de Bragança;

A UNIÃO DAS FREGUESIAS DA SÉ, SANTA MARIA E MEIXEDO, solicitou a cedência do Auditório Paulo Quintela, para o dia 11 de abril, das 09h00 às 13h00, para a realização de um seminário direcionado aos Eleitos Locais e Funcionários Autárquicos, subordinado ao tema “Orçamento do Estado 2015”, bem como a isenção do pagamento de taxas no valor de 68,13€, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, em vigor no Município de Bragança;

O GRUPO DESPORTIVO DE BRAGANÇA, solicitou a cedência do Auditório Paulo Quintela, para o dia 31 de março, das 21h00 às 23h00, para a realização da Assembleia Geral do Clube, bem como, isenção do pagamento de taxas no valor de 68,13€, ao abrigo do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, em vigor no Município de Bragança;

Considerando a autorização genérica deliberada pela Assembleia Municipal, em Sessão de 26 de novembro de 2014, com limites à concessão de isenções ou reduções de taxas, para o ano de 2015, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, fixada até ao limite máximo de 100 000,00€.

Considerando a data das iniciativas, perante a urgência e por não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara, ao abrigo da competência que confere o n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Sr. Presidente autorizou a isenção do pagamento de taxas, ficando estes atos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade.

Face ao exposto, propõe-se para ratificação da Câmara Municipal, a isenção do pagamento das seguintes taxas:

À FEDERAÇÃO DISTRITAL DO PARTIDO SOCIALISTA, no valor de 68,13€, relativo à cedência de instalações municipais, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor no Município de Bragança.

À UNIÃO DAS FREGUESIAS DA SÉ, SANTA MARIA E MEIXEDO, no valor de 68,13€, relativo à cedência de instalações municipais, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor no Município de Bragança.

O GRUPO DESPORTIVO DE BRAGANÇA, no valor de 68,13€, relativo à cedência de instalações municipais, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor no Município de Bragança.

Deliberado, por unanimidade, ratificar os atos praticados pelo Exmo. Presidente, bem como dar conhecimento à Assembleia Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 14 de abril de 2015.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier “

----- Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções.....

----- Tomado conhecimento.

PONTO 4.3.3.2 – Piscinas Municipais (DAF e UDJ) (RC de 23 de fevereiro e RC de 23 de março).....

PONTO 4.3.3.2 a) – Proposta de isenção de pagamento de taxas pela utilização das Piscinas Municipais (RC de 23 fevereiro)

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“ CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e três de fevereiro do ano de dois mil e quinze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha,

Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Baptista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PEDIDOS DE ISENÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO PAGAMENTO DE TAXAS DE UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Administração Financeira conjuntamente com a Unidade de Desporto e Juventude:

Deram entrada nos serviços municipais cinco requerimentos a solicitar a renovação do cartão de munícipe para utilização da piscina municipal. Estes foram analisados pelos Serviços de Taxas, Contraordenações e Metrologia conjuntamente com a Unidade de Desporto e Juventude, para apuramento, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 3.º do Regulamento do Cartão do Munícipe do Concelho de Bragança, de direito a beneficiar de isenção total ou parcial do pagamento do valor das taxas correspondentes à utilização dos serviços e equipamento mencionado.

Os benefícios outorgados pelo cartão de munícipe só são aplicados posteriormente à análise das declarações e comprovativos imprescindíveis para a atribuição dos escalões A e B, conforme prevê o n.º 2 do artigo 5.º do referido regulamento, aplicados meramente a um dos regimes: A) Regime Livre ou B) Classes Orientadas.

Assim e face ao que antecede procedeu-se à análise socio económica dos requerentes.

As isenções (total ou parcial) propostas enquadram-se no previsto no Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais - Capítulo III, artigo 10.º, n.º 2, alínea f), ou seja, podem beneficiar de isenção ou de redução as pessoas de comprovada insuficiência económica, e aplicar-se-ão por um período de 6 meses sendo que, findo este prazo e mediante novo pedido formalizado nos Serviços de Taxas, Contraordenações e Metrologia, reavaliar-se-ão as condições socioeconómicas dos requerentes.

Para os cinco requerentes em apreço, no exercício económico de 2015 e para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, informa-se que a estimativa da despesa fiscal (receita cessante) das isenções totais ou parciais a conceder é no valor de 269,48€, conforme consta no quadro seguinte:

Requerente	redução	1. ^a Inscrição ou renovação (1)	Total da prestação do serviço (2)	Renovação anual da inscrição (a partir de fevereiro de 2015)	Totalidade da renovação	Total da redução	Pago na renovação	Total da redução para o período de utilização (fevereiro a junho de 2015)	Total pago para o período de utilização (fevereiro a junho de 2015)
Marina de Sousa Canelas Gonçalves	50%	19,46 €	97,30 €	Renovação em fevereiro 2015	10,49 €	5,25 €	5,25 €	53,90 €	53,90 €
António Marcelino Gonçalves	50%	19,46 €	97,30 €	Renovação em fevereiro 2015	10,49 €	5,25 €	5,25 €	53,90 €	53,90 €
Mimosa Filomena Alves	50%	19,46 €	97,30 €	Renovação em fevereiro 2015	10,49 €	5,25 €	5,25 €	53,90 €	53,90 €
Madalena Martins Soares	50%	19,46 €	97,30 €	Renovação em fevereiro 2015	10,49 €	5,25 €	5,25 €	53,90 €	53,90 €
Ascensão Nascimento Vale Fernandes	50%	19,46 €	97,30 €	Renovação em fevereiro 2015	10,49 €	5,25 €	5,25 €	53,90 €	53,90 €
Total								269,48 €	269,48 €

(1) artigo 9.º, n.º 1, alínea a) e b) da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais

(2) artigo 9.º, n.º 1, alínea c) da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais

Em Sessão Ordinária de 26 de novembro de 2014, a Assembleia Municipal no âmbito da autorização genérica com limites à concessão de isenções ou reduções de taxas, deliberou, autorizar a Câmara Municipal, sob proposta devidamente fundamentada, conceder isenções ou reduções dentro dos limites estabelecidos nos regulamentos municipais em respeito pelo princípio da legalidade tributária previsto no n.º 9 do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, fixando o valor de 100.000,00€ como limite à despesa fiscal (receita cessante) até 31 de dezembro de 2015.

Por conseguinte, é da competência do órgão Câmara Municipal, deliberar sobre a atribuição das isenções, com posterior conhecimento à Assembleia Municipal.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como dar conhecimento à Assembleia Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 13 de março de 2015.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier “

----- **Não houve pedidos de esclarecimento**.....

----- **Para intervenção usou da palavra a Membro Fátima Renovato**.....

----- **Fátima Renovato** – Referiu que, relativamente a este pedido de isenção total ou parcial de taxas, concordava com o princípio, com a isenção das taxas, mas discordava da forma como era feita, nomeadamente o facto de estar mencionado o nome das pessoas que pediam isenção total ou parcial da ocupação da piscinas, bem como o montante da taxa.....

----- **Para responder à Membro Fátima Renovato, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara**, dizendo que o Regulamento, que está definido, os obriga a esse procedimento, e que, pela regra da transparência, achava que estava bem.

----- Naquele sentido, **o Sr. Presidente da Mesa** leu o artigo 17.º (Princípio da administração aberta), do Código Administrativo, que diz:.....

----- “Todas as pessoas têm o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, mesmo quando nenhum procedimento que lhes diga diretamente respeito esteja em curso, sem prejuízo do disposto na lei em matérias relativas à segurança interna e externa, à investigação criminal, ao sigilo fiscal e à privacidade das pessoas.”

----- Referiu que a decisão administrativa da Câmara era uma decisão que tinha o carácter de abertura à Comunidade, que aquela informação não podia ser privada aos cidadãos.

----- **Para intervenção usou da palavra o Membro Fernando Paula**.

----- **Fernando Paula** – Referiu que, havendo pessoas que necessitavam de aulas de hidromassagem, por receita médica, e dado que em Bragança não havia hora específica para aqueles casos, pensava que seria bom que a Câmara Municipal de Bragança arranjasse uma hora de manhã ou à tarde, com protocolo ou sem protocolo, com a USLN, para que aquelas pessoas pudessem praticar a hidromassagem, dado que em Bragança não existia outra piscina onde aquele serviço pudesse ser prestado.

----- **Tomado conhecimento**.

PONTO 4.3.3.2 b) – Proposta de isenção de pagamento de taxas pela utilização das Piscinas Municipais (RC de 23 de março).....

-----Seguidamente, se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“ CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e três de março do ano de dois mil e quinze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo e André Filipe Morais Pinto Novo, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PROPOSTA DE ISENÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO PAGAMENTO DE UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta elaborada pela Divisão de Administração Financeira, conjuntamente com a Unidade de Desporto e Juventude: Deram entrada nos serviços municipais dois requerimentos a solicitar a renovação do cartão de munícipe para utilização da piscina municipal. Estes foram analisados pelos Serviços de Taxas, Contraordenações e Metrologia conjuntamente com a Unidade de Desporto e Juventude para apuramento, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 3.º do Regulamento do Cartão do Munícipe do Concelho de Bragança, de direito a beneficiar de isenção total ou parcial do pagamento do valor das taxas correspondentes à utilização dos serviços e equipamento mencionado.

Os benefícios outorgados pelo cartão de munícipe só são aplicados posteriormente à análise das declarações e comprovativos imprescindíveis para a atribuição dos escalões A e B, conforme prevê o n.º 2 do artigo 5.º do referido regulamento, aplicados meramente a um dos regimes: A) Regime Livre ou B) Classes Orientadas.

Assim e face ao que antecede procedeu-se à análise socio económica dos requerentes.

As isenções (total ou parcial) propostas enquadram-se no previsto no Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais - Capítulo III, artigo 10.º, n.º 2, alínea f), ou seja, podem beneficiar de isenção ou de redução as pessoas de comprovada insuficiência económica e aplicar-se-ão por um período de 4 meses sendo que, findo este prazo e mediante novo pedido formalizado nos Serviços de Taxas, Contraordenações e Metrologia, reavaliar-se-ão as condições socioeconómicas dos requerentes.

Para os dois requerentes em apreço, no exercício económico de 2015 e para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, informa-se que a estimativa da despesa fiscal (receita cessante) das isenções totais ou parciais a conceder é no valor de 99,52€, conforme consta no quadro seguinte:

Requerente	Redução	Prestação do serviço (2)	Total da prestação do serviço (2)	Renovação anual da inscrição (a partir de março de 2015)	1.ª Inscrição ou renovação (1)	Total da redução na 1.ª Inscrição ou renovação (1)	Total Pago na 1.ª Inscrição ou renovação	Total da redução para o período de utilização (março a junho de 2015)	Total pago para o período de utilização (março a junho de 2015)
Maria Luísa Rodrigues	50%	19,46 €	77,84 €	Renovação em março 2015	10,49 €	5,25 €	5,25 €	44,17 €	44,17 €
Mariana Fernandes Delgado	75%	15,49 €	61,96 €	Inscrição em março de 2015	11,85 €	8,89 €	2,96 €	55,36 €	18,45 €
Total								99,52 €	62,62 €

(1) Artigo 9.º, n.º 1, alínea a) e b) da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais

(2) Artigo 9.º, n.º 1, alínea c) da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais

Em Sessão realizada no dia 26 de novembro de 2014 a Assembleia Municipal de Bragança, sob proposta da Câmara Municipal no âmbito da autorização, genérica com limites à concessão de isenções ou reduções de taxas, deliberou autorizar a Câmara Municipal, sob proposta devidamente fundamentada, a conceder isenções ou reduções dentro dos limites estabelecidos nos regulamentos municipais em respeito pelo princípio da legalidade tributária previsto no n.º 9 do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, fixando o valor de 100 000,00€ como limite à despesa fiscal (receita cessante) até 31 de dezembro de 2015.)

Por conseguinte, é da competência do órgão Câmara Municipal deliberar sobre a atribuição das isenções, com posterior conhecimento à Assembleia Municipal.

Deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar a referida proposta, bem como dar conhecimento à Assembleia Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 14 de abril de 2015.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier “

----- **Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções**.....

----- **Tomado conhecimento**

PONTO 4.3.4 – Entrada gratuita no Museu Ibérico da Máscara:

PONTO 4.3.4 a) - Entrada gratuita no Museu Ibérico da Máscara - Agrupamento de Escolas de Vila Pouca de Aguiar Sul.

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e três de fevereiro do ano de dois mil e quinze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Baptista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PEDIDO DE ENTRADA GRATUITA NO MUSEU IBÉRICO DA MÁSCARA E DO TRAJE

Pela Divisão de Educação, Cultura e Ação Social foi presente a seguinte informação:

O Agrupamento de Escolas de Vila Pouca de Aguiar Sul solicita a entrada gratuita ao Museu Ibérico da Máscara e do Traje, no dia 19 de março de 2015, para um grupo de 20 alunos do Curso Vocacional Misto, com idades compreendidas entre os 14 e os 17 anos, acompanhados de 4 professores. Trata-se de alunos subsidiados e oriundos de agregados familiares com dificuldades financeiras que poderão beneficiar de isenção do pagamento das taxas de visitas ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 10.º, do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, em vigor no Município de Bragança.

Em Sessão Ordinária de 26 de novembro de 2014, a Assembleia Municipal, no âmbito da autorização genérica com limites à concessão de isenções ou reduções de taxas, deliberou, autorizar a Câmara Municipal, sob proposta devidamente fundamentada, conceder isenções ou reduções dentro dos limites estabelecidos nos regulamentos municipais em respeito pelo princípio da legalidade tributária previsto no n.º 9, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, fixando o valor de 100 000,00€, como limite total à despesa fiscal (receita cessante) até 31 de dezembro de 2015.

Considerando que a Câmara Municipal pode conceder isenções ou reduções de taxas, para o ano de 2015, de acordo com previsto no n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, propõe-se, para aprovação, a isenção do pagamento das taxas de visita ao Agrupamento de Escolas de Vila Pouca de Aguiar Sul, sendo o valor da receita cessante de 12,00€.

As isenções propostas enquadram-se no capítulo IV – Utilização de Instalações Desportivas; Culturais; de Recreio e Outras, do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor no Município de Bragança.

Após análise, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como dar conhecimento à Assembleia Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 13 de março de 2015.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier “

----- Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções.....

----- Tomado conhecimento

PONTO 4.3.4 b) - Entrada gratuita no Museu Ibérico da Máscara - Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança.....

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“ CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e três de fevereiro do ano de dois mil e quinze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Baptista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PEDIDO DE ENTRADA GRATUITA NO MUSEU IBÉRICO DA MÁSCARA E DO TRAJE

Pela Divisão de Educação, Cultura e Ação Social foi presente a seguinte informação:

A Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança solicita a entrada gratuita ao Museu Ibérico da Máscara e do Traje, no dia 26 de fevereiro de 2015, para um grupo de 11 pessoas. Trata-se de utentes do Centro de Convívio e Centro de Dia que poderão beneficiar de isenção do pagamento das taxas de visitas ao abrigo do disposto na alínea d), do n.º 2, do artigo 10.º, do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor no Município de Bragança.

Em Sessão Ordinária de 26 de novembro de 2014, a Assembleia Municipal, no âmbito da autorização genérica com limites à concessão de isenções ou reduções de taxas, deliberou autorizar a Câmara municipal, sob proposta devidamente fundamentada, conceder isenções ou reduções dentro dos limites estabelecidos nos regulamentos municipais em respeito pelo princípio da legalidade tributária previsto no

n.º 9, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, fixando o valor de 100 000,00€, como limite total à despesa fiscal (receita cessante) até 31 de dezembro de 2015.

Considerando que a Câmara Municipal pode conceder isenções ou reduções de taxas, para o ano de 2015, de acordo com previsto no n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, propõe-se, para aprovação, a isenção do pagamento das taxas de visita à Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança, sendo o valor da receita cessante de 5,50€.

As isenções propostas enquadram-se no capítulo IV – Utilização de Instalações Desportivas; Culturais; de Recreio e Outras, do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor no Município de Bragança.

Após análise, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como dar conhecimento à Assembleia Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 13 de março de 2015.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier “

----- **Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções**.....

----- **Tomado conhecimento**

PONTO 4.3.5 – Pedido de utilização da sala de espectáculos do Teatro Municipal de Bragança – DECAS - Ratificação do ato – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte.....

----- Seguidamente, se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“ CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia nove de março do ano de dois mil e quinze, devidamente aprovada, e com a

presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Baptista, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PEDIDO DE UTILIZAÇÃO DA SALA DE ESPETÁCULOS DO TEATRO MUNICIPAL DE BRAGANÇA – RATIFICAÇÃO DO ATO

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Educação, Cultura e Ação Social:

A Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte solicita que lhe seja cedida gratuitamente a utilização da sala de espetáculos do Teatro Municipal de Bragança, no dia 08 de março de 2015, para a realização do evento “A mulher na Agricultura e o Desenvolvimento Rural Sustentável”. Trata-se de um evento de interesse público e que pode beneficiar de isenção do pagamento da taxa de utilização ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 10.º, do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor no Município de Bragança.

Em Sessão Ordinária de 26 de novembro de 2014, a Assembleia Municipal, no âmbito da autorização genérica com limites à concessão de isenções ou reduções de taxas, deliberou autorizar a Câmara Municipal, sob proposta devidamente fundamentada, conceder isenções ou reduções dentro dos limites estabelecidos nos regulamentos municipais em respeito pelo princípio da legalidade tributária previsto no n.º 9, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, fixando o valor de 100 000,00€, como limite total à despesa fiscal (receita cessante) até 31 de dezembro de 2015.

Considerando que a Câmara Municipal pode conceder isenções ou reduções de taxas, para o ano de 2015, de acordo com previsto no n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, propõe-se para aprovação a isenção do pagamento da taxa de utilização à Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, sendo o valor da receita cessante de 1.141,51€.

Perante a urgência e por não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara, propõe-se que, ao abrigo da competência que confere o n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Sr. Presidente pratique o

presente ato, ficando este sujeito a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade.

- As isenções propostas enquadram-se no capítulo IV – Utilização de Instalações Desportivas; Culturais; de Recreio e Outras, do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor no Município de Bragança.

Despacho do Sr. Presidente de 04/03/2015: “Autorizo. Agendar para RC para ratificação.”

Deliberado, por unanimidade, ratificar o ato praticado pelo Exmo. Presidente, bem como dar conhecimento à Assembleia Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 24 de março de 2015.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier ”

----- **Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções**.....

----- **Tomado conhecimento**

PRESENCAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENCAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Madureira Afonso

Primeiro Secretário – João Adriano Rodrigues

Segunda Secretária – Maria Madalena Morais Morgado (em substituição)

2-RESTANTES MEMBROS

Alcino António Pinto Pilão *

Amândio dos Anjos Gomes

Anabela Pires Antunes dos Anjos

António Eduardo Fernandes Malhão
António Manuel Pereira
Armando José Pereira *
Filipe Osório Caldas
Isabel Maria Lopes
José Luís Baltasar
Manuel Mesquita Rodrigues *
Maria do Amparo Mendes Alves
Maria de Fátima Basílio Pereira Prada *
Maria Gracinda O.C. Gouveia Amaro
Pedro Nuno Gonçalves Nogueiro
Rui Fernando Rodrigues Correia
Vasco Augusto Pilão Cadavez

PARTIDO SOCIALISTA

Alcídio Augusto Castanheira
Ana Maria Ferreira Brás
Bruno Viriato da Costa Veloso
Fernando Carlos da Silva Paula
Francisco Manuel Esteves Marcos
Jorge Humberto Lopes Sampaio Marinho
Luís Carlos Magalhães Pires
Maria Celina da Silva Paula
Maria de Fátima Renovato Veloso
Pedro José Rego *
Sandra Marisa Rodrigues Valdemar *

MOVIMENTO SEMPRE PRESENTE

Altina da Conceição Fernandes *
Amâncio José Catarino Ferreira
Henrique da Costa Ferreira
Jorge Manuel Xavier Laranjinha
Luís Carlos Pires do Vale
Manuel Agostinho Pires Diz *

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

António Alberto Vaz Pereira Morais

CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL/ PARTIDO POPULAR

Francisco Luís Pires Pinheiro

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Alfaião	António Manuel Teixeira Baptista
UF- Aveleda / Rio de Onor	José Carlos Fernandes Valente
Babe	Alberto Manuel de Sousa Pais
Baçal	Luís Filipe Pires Carvalho
Carragosa	Jorge Augusto Ala
UF – Castrelos / Carrazedo	César Luís Gonçalves
Castro Avelas	José Vicente Fernandes
Coelhoso	Paulo Manuel Almeida da Veiga
Donai	Luís Aníbal Rodrigues Martins
Espinhosela	Telmo Ramiro Prada Afonso
França	Carlos Manuel Afonso da Silva
Gimonde	António Manuel Choupina Assares
Gondesende	Augusto David Afonso Pires
Gostei	Rui Jorge Fernandes Martins **
Grijó de Parada	Maria Helena Santos Branco
UF- Izedá/ Calvelhe/Pard.Nova	Luís Filipe Pires Fernandes
Macedo Mato	Manuel Augusto Crisóstomo
Mós	Anabela Afonso Pereira Rodrigues
Nogueira	José António Prada
Outeiro	César Gustavo Garrido
UF-Parada/Failde	António Manuel Afonso Pires
Parâmio	Nuno Miguel Martins Diz
Pinela	Alex Olivier Alves Rodrigues

Ata da Segunda Sessão Ordinária/2015 da Assembleia Municipal, realizada em 30 de abril.

Quintanilha	José Carlos Rodrigues Fernandes
Quintela de Lapaças	Miguel Francisco Pinto
Rabal	Jaime Rodrigues Loureiro
UF –Rebordainhos/ Pombares	José Jorge Martins Caminha
Rebordãos	Adriano Augusto Correia Rodrigues **
UF -Rio Frio/Milhão	Adriano Augusto Ferreira
Salsas	Pedro Miguel Ramos Zoio
Samil	Telmo Ricardo Alves Malhão
UF- S.Julião Palácios/Deilão	Altino Francisco Pereira Pires
São Pedro Serracenos	Humberto José dos Santos
UF – Sé/Santa Maria/Meixedo	José Júlio Vaz Pires
Sendas	Dinis Augusto Dias Pinela
Serapicos	Rui Fernando Pires Caetano
Sortes	António João Pires
Zoio	Hélder Jorge dos Santos

* - Membro Suplente

** - Substituto

FALTAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Martinho Eduardo do Nascimento (Justificada)

MOVIMENTO SEMPRE PRESENTE

Ana Cláudia Veloso Guedes de Almeida (Justificada)

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Elídio Alexandre Morais (Justificada)

B - CÂMARA: PRESENCAS

Presidente - Hernâni Dinis Venâncio Dias

Vereadores: Vítor Prada Pereira

Paulo Jorge Almendra Xavier

Humberto Francisco da Rocha

Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo

André Filipe Morais Pinto Novo

Gilberto José Araújo Baptista

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão cerca das dezanove horas, e do que nela se passou, se lavrou a presente ata que, depois de achada conforme, vai ser presente, para discussão e votação, na terceira sessão ordinária do ano de 2015, desta Assembleia Municipal, a realizar em 30/06/2015, e vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa.

O Presidente (Luís Manuel Madureira Afonso) _____

O Primeiro Secretário (João Adriano Rodrigues) _____

A Segunda Secretária, em substituição (Maria Madalena Morais Morgado) _____